

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

DANIELLA SIMÕES BENETTI

ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL
PROLONGADO: ANÁLISE DO PROCESSO DE DESLIGAMENTO

SÃO CARLOS

2012

DANIELLA SIMÕES BENETTI

**ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL
PROLONGADO: ANÁLISE DO PROCESSO DE DESLIGAMENTO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Especial.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rachel de Faria Brino

SÃO CARLOS

2012

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

B465as Benetti, Daniella Simões.
Adolescentes em situação de acolhimento institucional
prolongado : análise do processo de desligamento / Daniella
Simões Benetti. -- São Carlos : UFSCar, 2013.
104 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2012.

1. Educação especial. 2. Acolhimento institucional. 3.
Estatuto da criança e do adolescente. 4. Fatores de risco e
proteção. 5. Desligamento institucional. I. Título.

CDD: 371.9 (20ª)



Banca Examinadora de Defesa de Dissertação de **Daniella Simões Benetti**.

Profa. Dra. Rachel de Faria Brino
(UFSCar)

Ass. *Rachel Brino*

Profa. Dra. Fátima Elisabeth Denari (UFSCar)

Ass. *Fátima Denari*

Profa. Dra. Eliane Aparecida Campanha Araújo
(CONDIM)

Ass. *Eliane Araújo*

Dedico esta pesquisa à minha família, em especial aos meus filhos, com muito carinho e emoção em virtude do apoio, da força, do amor que me ofereceram durante o seu desenvolvimento. Ao meu pai e herói Décio. Aos amigos, Priscila, Cláudia, Elisa, Jairo, Michelli, Clarissa, Leandro (Clínica Veredas), do CREVI (Centro de Recuperação da Vida), que me encorajavam e me abençoavam por meio de orações. Aos participantes deste estudo. À Prof^a. Dr^a. Rachel de Faria Brino que carinhosamente me ofereceu todo suporte necessário, acreditou e incentivou a elaboração desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado força para conquistar mais esta etapa em minha vida, por ter me acompanhado na rodovia e por ter me iluminado nos momentos em que mais precisei.

À Profª Drª Rachel Brino que com muita delicadeza, sensibilidade, paciência soube conduzir toda a elaboração da pesquisa, com riquezas de detalhes e dicas preciosas e por ter compreendido que era a elaboração do meu primeiro projeto de pesquisa, da minha primeira pesquisa de maior relevância. Obrigada pelo apoio, pela confiança depositada em minha pessoa, pela força oferecida nos momentos difíceis que passei em minha vida e por compor a Banca de Qualificação e a Banca de Defesa. Não tem como te esquecer.

Não poderia esquecer de agradecer minha família, filhos e esposo, por terem colaborado em tudo, a fim de que este trabalho fosse concluído.

Aos amigos que dispensaram muita energia positiva desde o dia em que participei do processo seletivo.

Aos professores do Programa de Educação Especial da UFSCAR que ajudaram a enriquecer os meus conhecimentos. Aos alunos que participaram da disciplina Seminário em Educação Especial 1 e Profª. Drª. Fabiana Cia e Profª. Drª. Márcia Duarte que ministraram tal disciplina, pois, colaboraram de forma significativa para a elaboração do meu projeto de pesquisa.

À Profª Drª. Eliane Aparecida Campanha Araújo que avaliou as entrevistas antes da sua aplicação e contribuiu com ricas informações para sua melhor compreensão e por ter aceitado compor a Banca de Defesa. Muito obrigada.

À querida Profª Drª Fátima Elisabeth Denari que educadamente, carinhosamente, aceitou compor a Banca de Qualificação poucos dias antes da sua realização, e ainda, por ter contribuído de maneira relevante para a melhoria da pesquisa em questão em diversos aspectos: ortograficamente, esteticamente e cientificamente. Meus sinceros agradecimentos, inclusive por ter aceitado compor a Banca de Defesa. Você é especial.

Ao Prof. Dr. Alex Eduardo Gallo que aceitou participar da Banca de Qualificação oferecendo informações importantes para melhor compreensão da essência do trabalho e ainda, por ter aceitado compor a Banca de Defesa. Sua presença é uma honra.

À Profª Fabiana Cia que delicadamente aceitou compor tanto a Banca de Qualificação quanto da Banca de Defesa sempre apoiando, incentivando com muito carinho a conclusão do trabalho. Obrigada!

À Profª Alessandra Turini Bolsoni-Silva por ter aceitado compor a Banca de Qualificação com muita prontidão. Fiquei encantada com tamanha recepção desde o primeiro contato, só tenho a agradecer.

Aos funcionários do Programa de Pós Graduação em Educação Especial que contribuíram para a organização do espaço, para a limpeza e recepção de todos os alunos, principalmente a atendente do PPGEEs Eliane Cristine Nucci Rodrigues que educadamente sempre forneceu apoio e informações necessárias para o bom andamento do Programa.

A vocês, Lucas e Bruna, razão do meu viver.

A você meu esposo, Jairo, pela força que você tem me dado em todas as etapas da minha vida, você é uma benção em todos os sentidos. Infinitos agradecimentos.

Aos meus irmãos, Alexandre e Elisa pelo apoio oferecido na hora que mais precisei e aos meus pais Décio e Iracema.

"A amorosidade de que falo, o sonho pelo qual brigo e para cuja realizacao me preparo permanentemente, exigem em mim, na minha experiencia social, outra qualidade: a coragem de lutar ao lado da coragem de amar!"
(PAULO FREIRE)

RESUMO

O acolhimento institucional é uma das linhas de ação política da garantia dos direitos da criança e do adolescente, cujo caráter é provisório e excepcional; forma de transição para reintegração familiar e ou para integração em família substituta. Normalmente ocorre quando as famílias são consideradas sem condições de dar assistência aos filhos, ou seja, quando apresentam comportamentos que colocam em risco o desenvolvimento pleno dos filhos. Tanto o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar quanto o seu desligamento da instituição são realizados pelo Poder Público, porém, observa-se a inexistência de políticas públicas eficazes, bem como dados de pesquisas científicas que abarquem a questão do desligamento institucional, mais especificamente neste estudo. O presente estudo teve como objetivos: **a)** descrever o processo de desligamento institucional sob a óptica de adolescentes que viveram em situação de acolhimento institucional por um período prolongado e das dirigentes; **b)** descrever o funcionamento de uma instituição de acolhimento sob a óptica do dirigente da instituição. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório. Participaram do estudo duas dirigentes de duas Instituições de Acolhimento e seis indivíduos que permaneceram em situação de acolhimento além do tempo permitido por lei, dois anos e que completaram maioridade, motivo inclusive, que acarretou o desligamento. Os instrumentos utilizados para coleta de dados foram: Roteiro de Entrevista 1) As características da Instituição de Acolhimento e Roteiro de Entrevista 2) O Desligamento Institucional, ambos foram aplicados com os dirigentes das Instituições de Acolhimento e ainda, Roteiro de Entrevista 3) As Conseqüências do Desligamento Institucional realizado com os ex-acolhidos. As perguntas dos roteiros de entrevista foram submetidas, antes da sua aplicação, a juizes que apontaram sugestões para melhor compreensão do contexto. A aplicação das entrevistas ocorreu em momentos distintos e em locais previamente escolhidos pelos participantes. Por intermédio dos instrumentos foram realizadas análises quantitativas, obtidas a partir das categorias definidas, tendo como parâmetro principal a análise de conteúdo. Os resultados indicaram que em alguns aspectos as Instituições pesquisadas se descreveram de forma diferente, pois, apresentaram diferentes tipos de condutas no que se refere à execução de algumas de suas funções, entre estas, humanização do processo de desligamento, preparação gradativa para o referido momento, manutenção dos vínculos familiares, apoio à reestruturação familiar, incentivo à convivência com outras famílias, participação nos serviços oferecidos pela comunidade local. Outros aspectos institucionais descritos pelas dirigentes, se caracterizaram de forma igualitária e se referem à semelhança residencial, manutenção dos vínculos afetivos entre irmãos, atendimento em pequenos grupos, entre outros. A maioria dos adolescentes apontou que o desligamento institucional foi um momento permeado por sentimento de tristeza, medo, insegurança, lembranças, tendo o indivíduo se preparado ou não para vivenciar este momento e suas conseqüências estavam relacionadas à dificuldade em arrumar emprego, viver sozinho, manter-se financeiramente. Conclui-se que há necessidade de políticas públicas específicas que abarquem a questão do desligamento Institucional, que ampare o adolescente financeiramente, emocionalmente, socialmente, antes, durante e após o referido processo. Indica-se ainda, a necessidade de capacitação para todos os atores sociais envolvidos com situação de acolhimento Institucional para melhor atuação e compreensão do contexto.

Palavras-chaves: Acolhimento Institucional; ECA; Fatores de risco; Desligamento Institucional.

ABSTRACT

The host institution is one of the lines of political action to guarantee the rights of children and adolescents, whose character is provisional and exceptional form of transition to reintegration and family or for integration in a foster family. Usually occurs when families are considered unable to provide child care, or when they have behaviors that put at risk the full development of children. Both the removal of the child or adolescent from family and his dismissal of the institution are made by the Government, however, there is a lack of effective public policies and scientific research data that cover the issue of institutional shutdown, more specifically. The present study aimed to: a) describe the process of institutional shutdown according to the opinion of adolescents who lived in a situation of institutional care for an extended period and the leaders; b) describe the operation of a host institution. This was a qualitative, exploratory. The study included two leaders of the two institutions reception and six individuals who remained in a state of Reception beyond the time allowed by law, and who completed two years of majority, including motive, which led to the shutdown. The instruments used for data collection were: Interview Script 1) The characteristics of the host institution and Interview Script 2) Shutdown Institutional, both were applied with the leaders of institutions and even Home, Interview Script 3) The Consequences Off the Institutional conducted with former accepted. The questions of the interview scripts were submitted before the application, the judges pointed suggestions to better understand the context. The application of the interviews took place at different times and places previously chosen by the participants. By means of the instruments were performed quantitative analyzes, obtained from the defined categories, with the main parameter to content analysis. The results indicated that in some respects the institutions surveyed described themselves differently, therefore, had different types of conduct with regard to the implementation of some of its functions, humanization of the shutdown process, preparation gradual for that time, maintenance of family ties, family support for restructuring, encouraging interaction with other families, participation in the services offered by the local community. Other aspects described by the Institutional leaders have been characterized equally and refer to similar residential maintenance of emotional bonds between siblings, attendance at small groups, among others. Most adolescents showed that the shutdown was a moment Institutional permeated by feelings of sadness, fear, insecurity, memories, and the individual is ready or not to experience this moment and its consequences were related to the difficulty in getting a job, live alone, keep themselves financially. It is concluded that there is need for specific policies that cover the issue of Institutional shutdown, to support the teen financially, emotionally, socially, before, during and after this procedure. Still, training for all social actors involved in institutional care situation for better care and understanding of the context.

Keywords: Institutional Shelter; ACE Risk factors; Institutional shutdown.

LISTA DE QUADROS

<i>Quadro 1</i> – Nomeações dadas às Instituições de Acolhimento, de acordo com o período histórico e a legislação vigente à época.....	29
<i>Quadro 2.</i> Participantes selecionados para participar da pesquisa.....	39
<i>Quadro 3</i> – Caracterização dos participantes.....	65

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – As características da Instituição de Acolhimento.....	93
Anexo 2 – O Desligamento Institucional.....	95
Anexo 3 – As Conseqüências do Desligamento Institucional.....	97
Anexo 4 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	100
Anexo 5 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	102
Anexo 6 – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos.....	104

SUMÁRIO

Sumário.....	10
Apresentação.....	13
Introdução.....	20
1 Educação Especial.....	20
2 Fatores de risco/prevenção.....	26
3 Acolhimento institucional/desligamento.....	28
Objetivos.....	37
Método.....	37
Delineamento de Pesquisa	37
Participantes.....	37
Procedimento de escolhas das Instituições e triagem dos participantes.....	38
Local.....	40
Instrumentos de Coleta de Dados.....	41
Roteiro de Entrevista 1 – As características da Instituição de Acolhimento.....	41
Roteiro de Entrevista 2 – O Desligamento Institucional.....	42
Roteiro de Entrevista 3 – As conseqüências do Desligamento Institucional.....	42
Procedimentos éticos.....	43
Procedimentos para a Coleta de Dados.....	44
Procedimentos de Análise de Dados.....	45
Resultados.....	46
1.1 Caracterização da Instituição de Acolhimento.....	46
1.1.2 Insuficiência de recurso financeiro e suas conseqüências no atendimento oferecido.....	47
1.2 Os vínculos familiares e suas possibilidades de manutenção.....	48
1.3 Apoio à reestruturação familiar: uma realidade nem sempre possível.....	49

1.4 Incentivo à convivência com outras famílias: em busca da sociabilidade.....	49
1.5 Instituição de acolhimento e suas características físicas.....	50
1.1 Caracterização da Instituição de Acolhimento.....	51
1.1.2 Planejamento financeiro e suas conseqüências no atendimento oferecido.....	51
1.3 Os vínculos familiares e suas possibilidades de manutenção.....	52
1.4 Apoio à reestruturação familiar: humanização do processo.....	53
1.5 Incentivo à convivência com outras famílias.....	54
1.6 A instituição de acolhimento e suas características físicas.....	54
2.1 O processo de desligamento institucional.....	55
2.2 As dificuldades que acompanham o processo de desligamento.....	56
2.3 As conseqüências do desligamento para o desenvolvimento psicossocial do adolescente.....	57
2.4 Preparação gradativa para o desligamento.....	58
2.1 Desligamento institucional: um processo de construção contínua.....	59
2.2 Acompanhamento oferecido no ato do desligamento.....	61
2.3 As conseqüências do desligamento para o desenvolvimento psicossocial do adolescente.....	62
2.4 Preparação gradativa para o desligamento: fortalecendo as redes.....	63
3.1 Caracterização dos adolescentes.....	64
3.2 Maioridade: um dos motivos que acarretam o desligamento institucional.....	66
3.3 O impacto da notificação do desligamento e as redes de apoio.....	67
3.4 Redes de apoio presentes no ato do desligamento: e suas possibilidades de contatos futuros.....	69
3.4.1 Vínculos afetivos mantidos após o desligamento.....	70
3.5 Expectativas de vida futura.....	71
3.5.1 A realidade encontrada.....	71

3.5.2 A questão financeira.....	73
3.6 Lembranças da vida na instituição.....	73
3.6.1 A instituição de acolhimento sob a ótica dos adolescentes.....	74
3.6.2 Sugestões dos adolescentes que se referem ao processo de desligamento.....	75
Discussão.....	77
Considerações Finais.....	86
Referencias Bibliográficas.....	88
Anexos.....	93

APRESENTAÇÃO

Ao sentar em minha poltrona para escrever as primeiras linhas desta dissertação, sinto que por um instante a minha mente se desloca do teórico, do científico, do burocrático fazendo com que meus olhos parem fixados em um único ponto, como se estivessem frente a uma tela de cinema que, neste exato momento projeta toda trajetória da minha vida até aos dias atuais. Nem mesmo o barulho da casa cheia de parentes e amigos que se reúnem todos os domingos para um bom bate-papo durante o café da tarde, tira a minha concentração.

Escuto ao longe minha filha perguntando se está tudo bem e apenas sorrio para não perder o fascínio que domina todo o meu ser. Conduzida pela emoção de estar finalizando mais uma etapa da minha vida, me entrego totalmente. Sinto que não posso desvincular toda leitura que apresento neste trabalho, da minha própria vida.

De vestido florido de tecido tipo algodão e sandálias de cor rosa claro, vestimenta, aliás, que usei grande parte da minha infância eu e papai brincávamos de fazer “comidinha” no fogão improvisado de tijolos feito no fundo do quintal de nossa casa e depois do delicioso almoço, arroz quentinho e salada de tomate, nós dois deitávamos na rede para a hora da história. A história contada era sempre a mesma: “O menino Decinho”, porém, a cada dia um capítulo diferente era me apresentado.

“Decinho era uma criança nascida em 21 de janeiro de 1941, filhos de pais leprosos e devido à complexidade envolvida no controle da doença da lepra e nos efeitos devastadores provocadas pelo seu contágio, logo ao nascer foi encaminhado ao orfanato denominado na época Educandário. Vivendo junto com centenas de outras crianças, o garoto não era poupado dos diversos castigos coletivos impostos a todos os internos, como forma de disciplina-los, educa-los, bem como, dos banhos frios coletivos, dos serviços distribuídos a todos a partir da idade de cinco anos. Diversão somente quando voluntários passavam pela Instituição com o intuito de fazer “caridade” e então, distribuíam alguns convites para o circo para os mais novos e ingressos para o cinema para os mais velhos e só os mais comportados usufruíam do benefício”, narrava papai.

E eu, aos meus cinco anos de idade ficava encantada com o barulho da ambulância que levava o garoto até o Educandário, me divertia com a farra, com as peraltices que a criançada aprontava quando os monitores se distraíam, escutava o barulho dos diversos sapatos adentrando os imensos corredores na hora de dormir, sentia a escuridão da noite, pois, não podia acender as luzes após o recolher. Até a doença da lepra significava para mim uma porção de manchinhas espalhadas pelo corpo da pessoa, tipo catapora que inclusive, nesta

idade eu havia pegado catapora e então, não foi tão difícil imaginar como ficava a pele de uma pessoa leprosa. O que eu não imaginava é que a história do menino Decinho, era a história verdadeira da vida de papai.

Recordo-me que papai sempre dizia que no orfanato tinham crianças de todas as etnias, de diversas culturas, com necessidades especiais. Sua fala me envolvia a tal ponto que todos os dias, ao chegar da escola eu pegava a minha bicicleta de cor azul claro, bicicleta que tinha sido de meu irmão e de minha irmã mais velhos que eu, e saía pelo bairro a procurar crianças pequenas que necessitavam de cuidados especiais, principalmente de classe social menos favorecida. Parecia que algo me “chamava” e me “encaminhava” para o lugar certo, pois, eu sempre encontrava crianças que necessitavam de cuidados especiais. Atualmente, não sei dizer ao certo como encontrava tais crianças e o que eu dizia ou fazia para convencer as pessoas deixarem eu “cuidar”, brincar com seus filhos ou com seus sobrinhos, só sei que lá eu permanecia a tarde toda “cuidando”, brincando até o dia escurecer. Quando começava a escurecer eu sabia que era hora de voltar para a casa.

Todos da minha família, papai, mamãe e meus irmãos estavam tão envolvidos em seus afazeres diários que não notavam a minha saída e ou a minha chegada. De vez em quando mamãe perguntava onde eu tinha estado a tarde toda e de carro eu e ela percorríamos todo o caminho que eu havia feito durante o dia, até descíamos em algumas casas para que ela se certificasse de que realmente estive ali. Muitas famílias que eu conheci durante minha “peregrinação” (risos) acabaram se tornando amigas da minha família e na medida do possível mamãe as ajudavam arrecadando alimentos, vestimentas para estas.

E assim o tempo passou, mudamos de cidade várias vezes, fui entrando na adolescência e o menino Decinho também já não era mais menino e sim, um lindo adolescente Décio que conquistava as mocinhas com suas rimas e versos. Um poeta nato.

“Quando moço, Décio sempre conseguia ingressos para a matinê do cinema, pois, se comportava impecavelmente. Sua beleza conquistava as mocinhas por onde passava. E foi assim que ele conheceu Iracema, sua mãe. Ela também o encantava com sua beleza e com sua voz, era cantora de rádio. E quase ao completar a idade que deveria deixar a Instituição, 18 anos, eu, Décio, tive a grande sorte de ser escolhido para adoção e quem me adotou foi Dr. Lauro de Sousa Lima, médico que trouxe para o Brasil a medicação para o controle da hanseníase, lepra. Desde então, passei a frequentar a Instituição não mais como um interno, mas sim, como voluntário junto com meu pai adotivo”, com lágrimas nos olhos papai relatava mais um episódio da sua história.

Foi então que comecei de fato a entender que o menino Decinho era o meu papai. E assim, as histórias passaram a serem contadas com outros personagens em ação, outros cenários, outros enfoques, outros enredos. Já não estavam presentes somente os internos, os funcionários da Instituição de acolhimento, os momentos de diversão, de tristeza, mas sim, a nova família adotiva de papai, a família de origem e extensa de mamãe e um casamento à vista. Papai também relatava que muitos dos seus companheiros de internato tinham ido embora da instituição devido ao fato de terem completado a maioridade, e, desde então nunca mais os encontrara. Com grande pesar vivia me dizendo que tinha muita vontade de revê-los.

Percebendo que não conseguiriam viver longe um do outro, papai e mamãe se casaram, tiveram os dois primeiros filhos e ainda quando pequenos, o vovô adotivo veio a falecer. Meses após o seu falecimento eu nasci. Da mesma forma que na minha adolescência, aos 18 anos, também conheci meu esposo, me apaixonei e casei. E, ao nascer minha primeira filha, Bruna, senti uma grande vontade de ir atrás da família extensa de papai, pois, gostaria que ele sentisse o prazer de pertencer a uma família como eu tinha prazer de ter a minha. Descobri que ter filho e poder acolhê-lo em meus braços é a maior benção que uma mãe pode receber do Criador. Imaginei a dor de Elisa, mãe de papai ao ter que se separar de seu único filho logo ao dar a luz. Terá ela ao menos visto o seu único filho uma única vez? Tal pergunta papai nunca soube me responder.

Dor que também pude sentir em minha alma quando tive que me despedir do meu segundo filho Igor, que veio iluminar nossa vida durante alguns meses e vive em nossos corações eternamente: Te amo filho querido! Passado quatro anos do falecimento de Igor, em visita de rotina ao ginecologista descobri que estava grávida de Lucas que nasceu, sem pretensão alguma, no dia do meu aniversário, 18 de dezembro do ano de 2000. E com isso, hoje posso afirmar sem medo de errar: ser mãe é a melhor experiência que uma mulher pode passar.

Anos depois iniciei a graduação em Pedagogia apesar de querer muito fazer Psicologia, mas, não tinha condições financeiras para tal, e ainda, participava assiduamente como voluntária em uma Instituição de Acolhimento localizada na cidade onde residíamos desenvolvendo atividades de caráter lúdico, com as crianças acolhidas. Uma experiência vivenciada por todos da minha família, eu, meu esposo e meus filhos com muito carinho e dedicação.

Os anos passaram e eu não conseguia contato algum com a família de papai, apesar de nunca desistir. Em contraposição, eu comecei a me estabelecer profissionalmente, recebi o convite para trabalhar no NAE (Núcleo de Atendimento Especializado) da faculdade

onde cursava graduação, e o referido Núcleo atendia crianças com necessidades educacionais especiais. Foi então que me apaixonei incondicionalmente pela profissão. E claro, o assunto que abordei no meu trabalho de conclusão de curso foi voltado para crianças e adolescentes acolhidas institucionalmente, isto é, abrigadas. Pesquisei a evolução histórica dos abrigos no Brasil, à evolução das políticas públicas e o Programa do Enriquecimento Instrumental (PEI) de Reuven Feuerstein que foi desenvolvido em Israel como alternativa de ensino complementar aplicado em crianças órfãs sobreviventes aos campos de concentração da Segunda Guerra Mundial.

Ao terminar o meu primeiro trabalho de conclusão de curso, papai também se emocionou ao lê-lo, pois, relatou não imaginar que o que vivenciara vinha de encontro com os registros bibliográficos apontados no trabalho. Era o discurso científico conversando com a vivência na prática. Foi então que percebi que toda a história que encontrei, foi justamente a mesma contada por papai ao longo da minha infância, era a sua história, a minha história, a história dos meus filhos... Enfim, a história que sempre estará presente em nossas vidas, atravessando gerações.

Logo que acabei a graduação em Pedagogia Ingressei na Educação Infantil e comecei a fazer Especialização em Intervenção Familiar: Psicoterapia e Orientação Sistêmica e fui trabalhar com famílias violentas, negligentes, negligenciadas, excluídas socialmente, realizando orientação e intervenção sistêmica. Inclusive, alguns pais tinham seus filhos acolhidos institucionalmente. Tal experiência me fez entender o outro lado da “moeda”, isto é, o lado triste de algumas famílias que “perdiam” seus filhos devido ao fato de não terem condições financeiras para mantê-los, apesar de amá-los muito. Foi então que resolvemos, eu, meu esposo e meus filhos agregarmos a nossa família duas fantásticas crianças, Aline e Estefani que atualmente também já constituíram novas famílias.

Como eu conhecia a história das meninas e sabia o amor profundo que estas tinham por suas genitoras mesmo que separadas destas e suas genitoras por elas, nós as levávamos para passar os finais de semana com suas famílias de origem e para elas era tudo o que mais queriam. Enquanto Aline e Estefani iam ter com suas famílias de origem nas férias de Julho e Dezembro, também recebíamos em nosso lar, outras crianças da Instituição de Acolhimento, cerca de dez, doze crianças por semana, cada semana ficava um grupo até que todos tivessem usufruído da mesma oportunidade. Em Janeiro era o mês que descansávamos o mês todo, eu e minha família nas praias litorâneas.

E foi justamente durante o período em que as crianças se encontravam em casa que pudemos presenciar trágicos desligamentos inesperados, não comunicados com antecedência,

imediatos após decisão judicial. Em meu coração ficava uma grande lacuna ao tentar imaginar o quanto o desenvolvimento psicossocial de tais crianças e ou adolescentes era afetado devido ao ocorrido. Nascia assim, o meu projeto de pesquisa que eu queria tanto desenvolver no Mestrado, não sabia ao certo que ano seria, mas o meu desejo era que a questão em foco saísse da invisibilidade social e que algo fosse feito em relação ao exposto.

Na tentativa de desenvolver um trabalho mais humanitário, compreender melhor o ser humano, sua afetividade, suas fragilidades, suas necessidades, fui fazer o curso de Terapia Comunitária e todos os mini-cursos voltados para área em questão: técnicas de redução de estresse comunitário, decodificando a linguagem corporal, técnicas de resgate da autoestima e outros. Papai começou a trabalhar comigo, isto é, me ajudar com os cuidados comunitários voltados para crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social e na ocasião recebemos a grande notícia de que o Instituto Morhan (Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase) Barueri já tinha encontrado alguns indícios sobre a família extensa de papai. A notícia veio “recheada” de um convite divisor de águas, pois, o Instituto Morhan também estava nos convidando para o grande encontro de filhos separados dos pais pelo isolamento compulsório que seria realizado na cidade de Itú, SP.

Dia de 20 de março de 2011 papai teve a oportunidade de ter um dos sonhos realizados, que era o de encontrar seus companheiros, amigos de internato. Lá estavam centenas de filhos separados de seus pais pelo isolamento compulsório e dentre estes, vários amigos e amigas que viveram com papai no Educandário. Entre risos e lágrimas, abraços apertados, silêncio, papai e seus amigos tiveram a oportunidade de relembrar os momentos em que viveram juntos, tiraram fotos, deram entrevista a várias emissoras de televisão. Eu não me continha de emoção, a ansiedade era tanta que mal conseguia ficar sentada e lógico fui perguntar para o melhor amigo de papai, que estava presente no encontro como tinha sido a vida dele após sua saída da Instituição de Acolhimento.

Feliz seu T. me diz: *“É filha, minha vida não foi fácil como a vida do Decinho. Você sabia que ele era chamado de Decinho? Era o queridinho e por isso foi adotado pelo Dr. Lauro. Eu tive que deixar a Instituição e fui morar nas ruas. Todo dia eu ia ao banco X e pedia ao gerente que me deixasse lavar as escadas do banco, já que outro emprego não me davam. Quem ia dar emprego para um adolescente que havia acabado de sair do orfanato? Ninguém! E de tanto eu insistir um dia ele resolveu deixar. Daí, fui pedindo para fazer mais coisas e aos poucos fui conquistando a todos lá no banco. Os anos passaram fui trabalhar no caixa, virei gerente e hoje estou aqui, aposentado e abraçando o meu melhor amigo de infância. Quer algo melhor?”*

Mais uma vez tive a convicção de que estava indo no caminho certo, que tinha mesmo que pesquisar o processo de desligamento institucional de acordo com a visão de adolescentes que viveram em situação de acolhimento institucional prolongado, isto é, que viveram na instituição além dos dois anos que é o tempo máximo permitido pela lei. Procurando compreender as conseqüências desse processo para o seu desenvolvimento psicossocial. E ainda, descrever a Instituição de Acolhimento que o acolheu com o intuito de conhecer seu funcionamento global, medidas adotadas para amenizar o impacto do desligamento no desenvolvimento psicossocial dos acolhidos que se desligam da instituição, tendo em vista que todas as medidas adotadas pela Instituição interferem diretamente na vida dos acolhidos, de acordo com a visão dos autores apontados no decorrer deste trabalho.

Antes de iniciar o Mestrado, cheguei a entrar no curso de graduação de Psicologia, mas, por motivo de força maior tive que parar. Atualmente, estou terminando a Especialização em Arteterapia, a primeira etapa do curso de Libras e estou me preparando para a defesa da dissertação de Mestrado que tanto sonhei.

Consegui realizar a pesquisa que me trazia inquietações e as hipóteses que tínhamos de que os adolescentes que viveram durante um período prolongado em situação de acolhimento institucional não tiveram uma preparação gradativa para o desligamento, e, conseqüentemente não estavam preparados para reintegração social, devido a vários fatores, por exemplo: escolaridade ainda incompleta, falta de condições financeiras para auto-sustentação, falta de habilidade para lidar com os mais diversos tipos de preconceito, insegurança frente ao novo, timidez excessiva, falta de um suporte emocional, entre outros. E ainda, que o processo de desligamento repentino acarreta algumas conseqüências de ordem emocional como, por exemplo: tristeza, angústia, perda de apetite, e outros, realmente foram confirmados e os resultados encontrados podem ser conferidos ao longo da dissertação deste trabalho.

Acreditávamos ainda, que a instituição de acolhimento não estivesse preparada para cumprir de fato sua função social de medida protetiva, devido à falta de capacitação profissional, falta de articulação entre os diversos componentes da rede de proteção à infância e adolescência, falta de estrutura e suporte dos órgãos públicos, falta de conhecimento das leis que abrangem essa questão, entre outros aspectos. Os resultados apontaram que tudo depende da coordenação, supervisão, da equipe técnica, do orçamento disponível e pode variar de uma instituição para outra.

Quanto à família de papai estamos nos preparando para buscar os documentos encontrados pelo Instituto Morhan (Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela

Hanseníase) Barueri, pois, acabamos de receber a notícia que surpresas agradáveis nos aguardam. Provavelmente o faremos no próximo mês, Dezembro, mês de férias escolares dos meus filhos que também querem estar presente neste momento tão importante na vida do avô.

Há cerca de cinco anos só alguns adolescentes acolhidos institucionalmente continuam a freqüentar minha casa, pois, meus filhos também estão na fase da adolescência e se identificam com os adolescentes em questão, e ainda, mudei de cidade e as coisas ficaram mais difíceis. A casa é muito menor e não comporta grande quantidade de pessoas, além disso, estou trabalhando até mesmo nas férias de Julho e Dezembro e em Janeiro eu e minha família ainda descansamos nas praias litorâneas.

O que me deixa mais feliz neste exato momento da minha vida é ver que mesmo sem receber a todos em minha casa, continuo empenhada em ajudá-los a terem melhor qualidade de vida, a terem visibilidade social, pois, são sujeitos especiais, que necessitam de cuidados especiais, atenção especial, educação especial. Como diz papai: *“Chega de fazer de conta que tais crianças e adolescentes só existem nos contos”*. Desejamos que a partir dos dados coletados programas que colaborem para a preparação gradativa do adolescente para o seu desligamento sejam pensados, formulados, aplicados com o intuito de amenizar os impactos negativos do momento em questão.

INTRODUÇÃO

1 Educação Especial

De acordo Cardoso-Buckley (2011) pesquisas no campo da Educação Especial abrangem diversos assuntos que de forma direta ou indireta são voltados à educação de pessoas com certos tipos de deficiências, como por exemplo, impedimentos de qualquer natureza: físico, mental, sensorial, no que tange ao comportamento e ao desenvolvimento, isto é, apresentam alterações no que se refere às interações sociais recíprocas, na comunicação e ainda, engloba os superdotados que possuem potencial elevado nas áreas intelectuais. Atualmente, tecnologias específicas estão sendo desenvolvidas, bem como novas normas arquitetônicas, metodologias e estratégias educacionais, tendo em vista, a qualidade de vida das pessoas em geral, deficientes ou não. É um tempo considerado propício à inclusão.

Acordos são assinados. (...). Políticas são traçadas. Planos educacionais são elaborados. É preciso incluir a todos. É preciso que todos participem. É preciso que todos – sem exceção – estejam realmente “em casa” em sua comunidade. Valoriza-se a cooperação entre todos, a solidariedade (CARDOSO-BUCKLEY, 2011, p. 18).

A autora enfatiza ainda, que a inclusão deve ser valorizada, pois, todo ser humano tem algo a contribuir, tem um “dom” particular que deve ser partilhado, tem sua essência que deve ser valorizada, respeitada, tem o direito a participar, colaborar com e na comunidade na qual se encontra inserido, tem o direito de ter suas necessidades específicas atendidas e se desenvolver como os demais, em todos os sentidos.

De acordo com o Art. 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, nº 9394, de 1996 (BRASIL, 1996, p. 43) “Entende-se por educação especial, para efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. Sob esta perspectiva, o artigo aponta ainda, que cabe ao sistema de ensino atender às necessidades específicas de tais alunos por meio de currículos, técnicas e métodos, recursos específicos e outros, tendo como objetivo principal inseri-lo socialmente de forma efetiva.

A educação especial se constitui uma das modalidades de educação que tem provocado atenção especial de estudiosos e pesquisadores das mais diversas áreas e diferentes abordagens, dentre estas: filosófica, política, psicológica, pedagógica, social, médica, que têm

tentado explicitar, de modo geral, o papel que esta desempenha na vida das pessoas, para as famílias, para a escola e para a sociedade, de acordo com Mazzotta (1982).

Em se tratando de educação, a educação de qualquer pessoa é proveniente de situações capazes de transformá-lo e segundo Mazzotta (1986) a educação procede não somente de situações programadas e formais que acontecem em instituições sociais, mas, também pode ocorrer em locais variados, tais como: no próprio lar, na escola, na igreja, ao ar livre, em ambientes hospitalares e outros. Implica o relacionamento de pessoas que exercem influências recíprocas e tem como objetivo principal o desenvolvimento intelectual dos envolvidos, sem descuidar dos aspectos: físico, emocional, moral e social (MAZZOTA, 1993). E, considerando as diferenças particulares entre as pessoas, o sistema educacional deve oferecer meios adequados para atendê-los, mesmo que isto implique na busca de recursos adicionais diferentes dos já existentes na instituição educacional, a fim de garantir-lhes a permanência no ambiente educacional, considerando ainda, suas limitações e possibilidades.

Sob essa perspectiva, conforme exposto anteriormente, ao conjunto de recursos e serviços educacionais especiais utilizados com o intuito de apoiar e suplementar os serviços educacionais comuns e com o objetivo de oferecer uma educação formal a educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, denomina-se: Educação Especial. Importa ressaltar que esse tipo de atendimento requer profissional capacitado, adaptações curriculares especiais, materiais, aparelhos e equipamentos específicos. Desta forma, a educação especial e a educação considerada “normal” se configuram como elementos de uma mesma e única educação (MAZZOTTA, 1982).

A história da educação especial pode ser compreendida a partir de cada período histórico ocidental, isto é, na Antiguidade pessoas com deficiências eram negligenciadas, pois, representavam à degeneração da espécie humana, sendo assim, abandonadas, perseguidas e eliminadas do convívio social normal. Durante o período da Idade Média eram consideradas crianças sagradas ou figuras possuídas por forças diabólicas e na Idade Moderna possuíam vários pseudônimos como, por exemplo, idiota, anormal, entre outros. Na Idade Contemporânea pessoas com deficiências foram compreendidas de diversas formas, por exemplo, entre os séculos XVII e XIX estas foram segregadas da sociedade em instituições residenciais com o intuito de serem protegidas e neste mesmo século XIX surgiram os estudos científicos pioneiros na área da deficiência mental, os deficientes mentais eram considerados idiotas, de acordo com Amaral (1995).

Jean Itard foi o primeiro a defender que a deficiência intelectual era um problema médico cujo tratamento seria a partir da aplicação de ações educativas culturais que poderiam colaborar para superação do déficit mental (PESSOTI, 1984).

Sob essa perspectiva, Mendes (2006) aponta que foi no século XVI que a história da educação especial começou a ser escrita de maneira diferente. O ponto de partida foi a partir da iniciativa de médicos e pedagogos que acreditavam na educação de pessoas consideradas até o momento como “ineducáveis”, por meio dos trabalhos com bases tutoriais. Estes eram os tutores de seus alunos, porém o cuidado foi custodial e a institucionalização para os considerados “desviantes” foi a principal resposta social à situação vigente. Paralelamente a situação asilar, no século XIX a escola regular de ensino começou a abrir classes especiais nas escolas regulares para responder pela aprendizagem de todos os alunos, inclusive dos alunos considerados “difíceis” e na metade do século XX surgiram às bases para a proposta de unificação, de integração e normalização escolar sob a argumentação de que todas as crianças com deficiências teriam os mesmos direitos das demais crianças: matricular-se nas escolas comuns, sem restrição ou segregação.

Desta forma, segundo Mendes (2006) iniciou-se a busca por novas formas para assegurar de fato a participação plena de pessoas com deficiências, no meio social, na comunidade e áreas afins. Em 1990, nos Estados Unidos o termo “integração” passou a ser substituído pelo termo “inclusão” cujo objetivo era inserir alunos com dificuldades nas classes comuns do ensino regular.

Mantoan (2003) aponta para a principal diferença entre os termos “integração” e “inclusão”. Entende-se por “integração” a inserção na escola comum, de alunos com deficiência, mas, o termo era também utilizado para designar alunos com deficiência agrupados em escolas especiais, ou mesmo em classes especiais e residências, destinadas a atender esse tipo de população e ainda, grupos de lazer. O processo de integração oportunizava ao aluno com deficiência participar do processo educacional em qualquer tipo de atendimento: “escolas especiais, classes especiais em escolas comuns, ensino itinerante, sala de recursos, classes hospitalares, ensino domiciliar e outros. Trata-se de uma concepção de inserção parcial, porque o sistema prevê serviços educacionais segregados” (MANTOAN, 2003, p. 23).

Com relação ao termo “inclusão” o mesmo prevê a inserção do aluno com deficiência na escola, de forma radical, completa e sistemática, isto é, todos os alunos deficientes ou não devem ter a oportunidade de frequentar as salas de aula do ensino regular, a fim de obter sucesso no que se refere ao processo educativo geral e, a ainda, melhorar a

qualidade de ensino das escolas abarcando a todos os alunos, inclusive, os que fracassaram em suas salas de aula. Extingue-se, desta forma a subdivisão existente nos sistemas escolares, são elas: ensino especial e ensino regular, pois, todas as crianças têm o direito à educação independentemente da situação em que se encontra, de acordo com Mantoan (2003).

Uma escola que respeite e valorize a diversidade, aberta para todos é um dos pressupostos filosóficos que alicerçam a política de educação inclusiva, e no Brasil a inclusão social e educacional é um processo que se concretiza apoiado nas referidas fundamentações políticas, à medida que se assume a diversidade, se reconhece o direito à diferença como um fator gerador do enriquecimento educativo e social. Os resultados deste processo vêm contribuindo para efetivas mudanças de paradigma que impulsionam as pessoas a conviverem sem restrições de qualquer ordem, com uma diferente concepção de aprendizagem (SIAULYS, 2005).

Mudança significativa no âmbito da educação especial ocorreu na cidade de Salamanca no ano de 1994 durante a realização da Conferência Mundial de Educação Especial (organizada pelo governo da Espanha e pela UNESCO) cujos representantes de vários governos e organizações internacionais reafirmaram o compromisso que prioriza educação para todos, reconhecendo a necessidade de se educar crianças e jovens com necessidades especiais dentro do sistema regular de ensino, bem como, reafirmaram o compromisso dos governos de investirem maiores esforços em estratégias de identificação e intervenções precoces (BRASIL, 1994).

Esta conferência culminou no documento denominado Declaração de Salamanca e os princípios básicos que orientam sua estrutura dita:

(...) que a escola se deve ajustar a todas as crianças independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas e outras. (...) terão de incluir-se crianças com deficiência ou sobredotados, crianças de rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nomadas, crianças de minorias lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais. O mérito dessas escolas não consiste somente no facto de serem capazes de proporcionar uma educação de qualidade a todas as crianças; a sua existência constitui um passo crucial na ajuda da modificação das atitudes discriminatórias e na criação de sociedades acolhedoras e inclusivas (BRASIL, 1994, p. 6).

Desta forma, a Declaração de Salamanca redefiniu a educação especial em termos de seu alunado e de seu foco de ação de forma mais abrangente, isto é, passou a abranger todas as crianças privadas de educação, que apresentam necessidades educacionais especiais,

assegurando uma educação para todos. Entende-se por crianças com necessidades especiais as que não progredem adequadamente, que não estão matriculados na escola, com impedimentos físicos, mentais ou múltiplos. Dentro da proposta de educação inclusiva, a educação especial deve atender com qualidade a todos os alunos (Educação para Todos), isto significa que a oferta educacional não deve apenas estar centrada em torno de pessoas com deficiência, mas sim, deve estar pautada no princípio de que todos os alunos devem aprender de forma igualitária e que o sistema educacional deve considerar as particularidades de cada caso (SANTOS, 2002).

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) realmente a educação especial já não é mais entendida como um sistema educacional segregador, mas sim, como um conjunto de medidas adaptadas às diversidades dos alunos imersos no ensino regular e, que tem seus princípios teóricos fundamentados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e foi reafirmado pela Declaração sobre Educação para Todos, visando os seguintes aspectos:

- Igualdade de oportunidades;
- Direito à educação a todos;
- Valorização das diferenças sociais;
- Valorização das diferenças culturais;
- Valorização das diferenças raciais;
- Valorização das diferenças étnicas;
- Valorização das diferenças físicas;
- Valorização das diferenças intelectuais;
- Valorização das diferenças sexuais;
- Valorização das diferenças emocionais;
- Valorização das diferenças lingüísticas e outras.

Sob essa perspectiva, a educação especial é destinada ao atendimento educacional de pessoas com necessidades educacionais especiais, cuja sigla é representada da seguinte forma: NEE, em uma ou mais áreas que promovem a aprendizagem (Educação Inclusiva) de acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, Brasil (2001). Entende-se por necessidades educacionais especiais (NEE): deficiências físicas, deficiências intelectuais, deficiências auditivas, deficiências visuais, deficiências múltiplas, distúrbio da fala; distúrbio de emocionais ou comportamentais; distúrbio de aprendizagem; distúrbio da linguagem; altas habilidades ou superdotação e transtornos globais do desenvolvimento. Estende-se ainda às

necessidades de crianças que trabalham, que pertencem a minoria lingüística, étnica ou cultural, bem como às crianças provenientes de famílias nômades ou remotas, crianças que vivem em situação de rua, desfavorecidas, marginalizadas, em desvantagem ou em situação de risco (BRASIL, 1994; BRASIL, 2008; HONORA e FRIZANCO, 2008).

Sob essa perspectiva Dallari (1985, p. 6) afirma:

Mas, justamente porque vivendo em sociedade é que a pessoa humana pode satisfazer suas necessidades, é preciso que a sociedade seja organizada de tal modo que sirva, realmente, para esse fim. E não basta que a vida social permita apenas a satisfação de algumas necessidades da pessoa humana ou de todas as necessidades de apenas algumas pessoas. A sociedade organizada com justiça é aquela em que se procura fazer com que todas as pessoas possam satisfazer todas as suas necessidades, é aquela em que todos, desde o momento em que nascem, têm as mesmas oportunidades, aquela em que os benefícios e encargos são repartidos igualmente entre todos.

De acordo com Oliveira (2009) além de compreender quais são as necessidades especiais das pessoas que a educação inclusiva busca entender, também é importante conhecer as possíveis causas que acarretam tais necessidades bem como, quais são os métodos que podem ser utilizados para prevenir tais ocorrências e ou mesmo, amenizá-las quando já instaladas. Desta forma, por intermédio da prevenção é possível se conseguir uma redução dos índices da deficiência, e sob essa perspectiva o foco da educação encontra-se na prevenção das deficiências. Para que haja prevenção é necessário que se conheça as causas da deficiência ou situações de risco capazes de gerar mais crianças deficientes.

Dentre as subáreas da Educação Especial, há uma área que atua no âmbito na prevenção primária, secundária e terciária, abrange os aspectos políticos e sociais que busca compreender as “ferramentas” que a sociedade utiliza para tentar equalizar oportunidades para pessoas com necessidades educacionais especiais, prevenir a ocorrência destas, e ainda, amenizar os problemas que cercam as pessoas com as referidas necessidades especiais educacionais (MENDES, 2000). Desta forma, a educação especial aumenta a oportunidade de desenvolvimento educacional e social dos alunos que demandam diferentes exigências para o desenvolvimento de suas aprendizagens, contribuindo para a prevenção da ocorrência e ou do

agravamento de condições que os inabilitam e ainda, promovendo a inserção social de pessoas que se encontra em situações de riscos.

2 Fatores de risco/prevenção

Yunes e Szymanski (2001) ressaltam que os fatores de risco estão relacionados a acontecimentos que afetam de forma negativa a vida da pessoa provocando um aumento na probabilidade desta apresentar problemas de ordem: física, social ou emocional. Segundo Polleto e Koller (2008) os fatores de riscos para o desenvolvimento humano estão presentes em contextos ecológicos, tais como: família, instituição, escola e ambiente. E os profissionais que trabalham com a parcela social em situação de risco pessoal e social devem ter atitudes que reforçam e resgatam as dimensões consideradas “sadias”, as quais possibilitam superação das situações de risco, reduzindo as deficiências e os prejuízos.

Nesse sentido, atuarão modificando, melhorando ou alterando as respostas das pessoas às situações de risco nas quais se encontram e tais ações são consideradas como fatores de proteção e promovem o desenvolvimento dos processos de resiliência (RUTTER, 1985). De acordo com Polleto e Koller (2008) entende-se por resiliência os processos de enfrentamento, de superação da pessoa mediante situações de crise e adversidade, implica empoderamento e superação das situações de risco.

De acordo com Allen (1993) os fatores de risco associados à alteração no desenvolvimento da criança, por exemplo, são classificados como biológicos ou ambientais, porém, em muitas situações ambos os fatores ocorrem simultaneamente. Nunes (1993) enfatiza que quando presentes, os fatores de risco prejudicam o desenvolvimento pleno e sadio da criança, provocando déficits nos aspectos: físicos, motores, sensoriais, mentais e emocionais e a prevenção da ocorrência desses fatores constituem-se em ação prioritária da Educação Especial.

Prevenir significa programar ações que impeçam a ocorrência ou instalação de fatos ou fenômenos que possam prejudicar a vida e à saúde da pessoa e, no caso de os prejuízos já terem a afetado, evitar a progressão de seus efeitos. Formiga e Pedrazzani (2004) acreditam ainda, que quanto mais cedo as ações preventivas forem implantadas, menores serão os riscos no desenvolvimento da população de modo geral.

As ações preventivas podem ser conduzidas em três níveis: primário, secundário e terciário, de acordo com Almeida (2005). Com relação às prevenções primárias, inclui ações que têm por objetivo evitar ou remover a exposição de uma pessoa ou de uma população a um

fator de risco, antes ocorra o desenvolvimento de uma patologia; prevenções secundárias compreendem ações que visam reverter à patologia apresentada, condicionando favoravelmente a sua evolução e prevenções terciárias têm como finalidade reabilitar a pessoa, reintegrá-la e potencializar a sua capacidade funcional remanescente.

De acordo com a Linha de Pesquisa 4, do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da UFSCAR (UFSCAR, 2012), a atenção primária e secundária na área da Educação Especial com ênfase na prevenção de deficiências visa investigar fatores de risco tanto ambiental quanto biológico que estão diretamente atrelados à prevenção da violência, bem como, visa investigar programas de intervenções, ou mesmo, de aplicações aos serviços prestados na área da saúde e educação. Dentro da referida abordagem os educadores têm a preocupação de estudar o desenvolvimento humano, priorizando diagnósticos de condições especiais (de risco ou de proteção), bem como, o aprimoramento de técnicas que visem minimizar os estressores envolvidos em tais condições específicas e ainda, que visem maximizar os recursos comunitários e ou sociais em prol do desenvolvimento do indivíduo a partir da definição de políticas e diretrizes voltadas a tal problemática.

Em se tratando de fatores de risco, no caso de uma criança ou de um adolescente, Walker et al. (2007) afirmam que esta pode ser considerada em situação de risco quando está exposto a riscos psicossociais que comprometam o seu desenvolvimento pleno, isto é, seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual, social e pode exacerbar condição de vulnerabilidade, entre eles: violência intrafamiliar, doença mental de um dos genitores, negligência e outros. De acordo com Poletto e Koller (2008, p. 410) a “baixa escolaridade e baixo status social dos pais, ou ausência de uma rede de apoio social e afetiva, podem ser apontadas como eventos negativos no desenvolvimento de crianças e jovens”. A situação de vida precária, as impossibilidades de superação, a falta de esperança, podem agravar ainda mais as condições de vulnerabilidade do sujeito imerso em tal situação.

Segundo Barnett (1997, apud MAIA e WILLIAMS, 2005, p. 92):

Nenhum outro fator de risco tem uma associação mais forte com a psicopatologia do desenvolvimento do que uma criança maltratada, ou seja, o abuso e a negligência causam efeitos profundamente negativos no curso de vida da criança. Segundo tal autor, as seqüelas do abuso e da negligência abrangem grande variedade de domínios do desenvolvimento, incluindo as áreas da cognição, linguagem, desempenho acadêmico e desenvolvimento sócioemocional. As crianças maltratadas, geralmente, apresentam déficit em suas habilidades de regular afeto e no comportamento geral.

Nesta perspectiva, Rutter (1987) afirma a importância das relações intrafamiliares, pois a família deve propiciar aos seus membros: proteção, incentivo, segurança, socialização, afeto, equilíbrio de poder, disciplina, e conseqüentemente, estes serão mais saudáveis emocionalmente. Desta forma, a família pode ser considerada tanto fator de risco como de proteção. Porém, ao longo dos tempos, vários aspectos também influenciam a família e a história de seus membros, entre eles: aspectos ambientais, aspectos sociais, aspectos políticos, aspectos transgeracionais, culturais e econômicos.

Importa ressaltar que a família, de acordo com Habigzang e Koller (2011) é o primeiro sistema na qual o ser humano em desenvolvimento interage. Possui um importante papel no desenvolvimento da criança e do adolescente, e é em casa, no ambiente familiar que estes desenvolve o repertório básico que molda os seus respectivos comportamentos. É dever dos pais prover os bens dos filhos, o sustento, a educação informal, o preparo para a educação formal, transmitir valores culturais. A condição peculiar familiar, ambiental, a violação dos direitos básicos, comprometem de forma direta o desenvolvimento seguro e saudável de todos os seus membros.

3 Acolhimento Institucional/ desligamento

No Brasil, quando as famílias são consideradas como fator de risco, isto é, quando não têm condições de dar assistência aos filhos, ou seja, quando apresentam comportamentos como, por exemplo: negligência ou abandono, abuso físico, abuso psicológico, abuso sexual, entre outros, que colocam em risco o desenvolvimento pleno de suas crianças e ou adolescentes, estas crianças e ou adolescentes são encaminhados para a instituição de acolhimento por intermédio do poder público (BENETTI, 2008).

O acolhimento institucional é uma das linhas de ação política da garantia dos direitos da criança e do adolescente. Trata-se de uma entidade executora de medida de proteção que acolhe crianças e adolescentes em situação de risco pessoal ou social, cujo caráter é provisório e excepcional, utilizável como forma de transição para reintegração familiar e ou para integração em família substituta. O atendimento oferecido pela referida entidade deve ser personalizado em que se privilegiam as ações descentralizadas, sem que haja privação de liberdade, de acordo com a Lei nº 12.010, art. 101, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 2009). O termo acolhimento institucional é recente, pois surgiu após algumas mudanças que foram realizadas no ECA, no ano de 2009.

De acordo com Prada (2007) o termo usado para nomear as primeiras instituições de acolhimento era “instituição” ou mesmo “orfanato” e o processo de acolhimento institucional era chamado de institucionalização. A partir dos anos 90, com a aprovação do ECA o nome dado a esse tipo de entidade acolhedora passou a ser Abrigo e o processo de acolhimento institucional denominado abrigamento.

Para melhor compreensão do exposto segue um quadro com as diversas nomeações dadas às instituições de acolhimento ao longo das décadas:

Quadro 1. Nomeações dadas às Instituições de Acolhimento, de acordo com o período histórico e a legislação vigente à época.

Nomeação dada	O processo era conhecido como	Dispositivo legal	Entrou em vigor
Orfanato ou Instituição	Institucionalização	Código Penal	No ano de 1830
Abrigo	Abrigamento	ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990.	No ano de 1990
Acolhimento Institucional	Acolhimento Institucional	ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009.	No ano de 2009

Segundo Cavalcante, Magalhães e Pontes (2009) crianças institucionalizadas são oriundas de famílias cujos pais e/ou responsáveis, por diversas razões não conseguiram cumprir com suas obrigações parentais, tais como: sustento, educação, criação dos filhos, entre outros. Normalmente, esse tipo de família possui renda, moradia e escolaridade precárias e a combinação dos referidos fatores associados à desagregação familiar, consumo abusivo de drogas, cria condições propícias ao descumprimento do dever dos pais com

relação ao desenvolvimento pleno dos filhos. De acordo com Boing e Crepaldi (2004) a rejeição, doença ou morte e pobreza da mãe também se apresentam como determinantes para a entrega de um bebê, ou da criança, para os cuidados institucionais.

De acordo com Silva (2003) a pesquisa realizada pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada que buscou conhecer as características, a estrutura de funcionamento e os serviços prestados pelos abrigos beneficiados com recursos do Governo Federal, apontou para a seguinte realidade: das 626 instituições pesquisadas em todas as regiões brasileiras, 589 oferecem abrigo para crianças e adolescentes em situação de risco social e atendem cerca de 20 mil crianças e adolescentes e destas 24,2% estão abrigados por carência de recursos materiais da família (pobreza); 18,9% estão abrigados por abandono; 11,7% estão abrigados por violência doméstica; 11,4% estão abrigados por dependência química dos pais e responsáveis; 7% estão abrigados por vivência de rua e 5,2% estão abrigados por orfandade.

Importa ressaltar que de acordo com a Lei nº 12.010, art. 19 do ECA (BRASIL, 2009) “Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes” e ainda, de acordo com o art 23 do referido dispositivo legal: “A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar”.

Segundo Valente (2009) a maioria dos casos de acolhimento institucional de crianças e adolescentes estão ligados ao fator pobreza familiar e, para que esta estatística fosse reduzida o Estado e a sociedade deveriam organizar e estabelecer novas redes de inclusão e de proteção social articuladas, de fato, às políticas sociais criadas para amparar as famílias imersas em tal problemática, antes de retirar-lhes os seus filhos. A família propicia à criança ou ao adolescente a construção da sua identidade, o estabelecimento de seus laços afetivos e o prepara para as experiências pessoais, bem como, para o processo de socialização.

A família é considerada ainda, de acordo com Bronfenbrenner (1996) o principal contexto responsável pelo desenvolvimento no que se refere aos diversos aspectos, de suas crianças e adolescentes e ainda, tem obrigações e responsabilidades específicas, tais como: dar sustento, educação, assistência aos filhos, bem como, mantê-los distantes de qualquer tipo de abandono, violência ou discriminação. No entanto, quando a família está imersa em situação de pobreza extrema, por exemplo, os cuidadores acabam por “falhar” em algumas das tarefas acima relacionadas e diversas são as conseqüências apresentadas, entre elas: privações decisivas para o bem-estar físico e emocional da criança.

De acordo com Lidchi (2009) o desenvolvimento global da criança e do adolescente está também diretamente ligado aos padrões de interação que estruturam a família como, por exemplo: famílias que têm regras claras e cujos membros sabem dialogar, cuidar, respeitar uns aos outros, entre outros aspectos positivos, proporcionam altos níveis de afeto e são consideravelmente sensíveis, os filhos apresentam auto-estima elevada, competência para enfrentar diversas situações, são mais confiantes e independentes. Por outro lado, famílias negligentes, que apresentam níveis muito baixo de afeto e cuidado, ou não possuem comunicação aberta entre seus membros, produzem impacto negativo no desenvolvimento cognitivo, físico, emocionais dos filhos que se mostram inseguros, com baixa auto-estima, menos competentes, entre outros. Sob essa perspectiva, Maranhão (2000) ressalta ainda, que as condições materiais e emocionais presentes no ambiente familiar são fatores primordiais no processo de prevenção e tratamento inclusive de doenças.

Conforme já apontado, o ambiente familiar é importante no desenvolvimento da vinculação afetiva da criança, porém, quando a mãe é insensível ou negligente às suas necessidades, a criança pode desenvolver apego inseguro, de acordo com Barros e Fiamenghi (2007). E, segundo Bowlby (1988) uma criança privada do convívio materno ou do convívio com pessoas que desenvolvam a função materna, pode sofrer uma série de efeitos prejudiciais, como por exemplo: angústia, necessidade exagerada de amor, forte sentimento de vingança, culpa, depressão, como é o caso de crianças que vivem em situação de institucionalização. Nesse caso, a criança pode ter o seu desenvolvimento altamente prejudicado, pois, se encontra constantemente privada de vincular-se com alguém que lhe ofereça apoio, proteção e cuidados.

No caso de bebês institucionalizados, a ausência da mãe ou de um substituto afetivo tende a provocar uma série de regressões ou falhas no seu desenvolvimento, e, em alguns casos a fala, a coordenação motora e o controle de esfíncteres são os mais afetados, de acordo com Ruiz e Oliveira (2005). Rappaport, Fiori e Herzberg (1981) afirmam que a ausência da presença materna ocasionada por vários motivos, entre eles: morte, abandono, hospitalização e outros, acarreta distúrbios no desenvolvimento da personalidade da criança, no componente afetivo e motor, na aprendizagem, da linguagem, da noção de propriedade, bem como, a ausência de afetividade, principalmente nos dois primeiros anos de vida e tais atrasos foram observados com maior evidência em crianças institucionalizadas.

Cuneo (2009) atenta ao fato de que a institucionalização quando prolongada, isto é, que ultrapassa o período de um ano, acaba por impedir o desenvolvimento sadio da criança devido a uma série de fatores: submissão à rotina rígida, afastamento do convívio com várias

peessoas, falta de atenção individualizada, ausência da família e do convívio familiar, falta de oportunidade de trocas afetivas significativas, entre outros. A ausência dos vínculos afetivos, de um referencial cognitivo são fatores que também contribuem para a criança não desenvolver padrões de apego, apresentar prejuízos de ordem somática, emocional, intelectual e social.

Cuneo (2009) ressalta ainda, que normalmente as crianças acolhidas são provenientes de famílias pobres que vivem em péssimas condições de higiene, escassez alimentar, habitação precária, isto significa que são crianças que apresentam inúmeras carências que tendem a se agravar caso permaneçam muito tempo na Instituição. A dinâmica presente no atendimento da instituição de acolhimento acaba por aprisionar a criança e não a protege da angústia de enfrentar o mundo externo após o seu desligamento, pois, este significa para a criança em situação de acolhimento algo misterioso e desconhecido.

(...) os relacionamentos formados durante a primeira infância são determinantes para o desenvolvimento global do ser humano, exercendo inegável influência nas experiências posteriores (...). As relações recíprocas entre mãe e filho asseguram não só a sobrevivência da criança como contribuem significativamente para o desenvolvimento dos setores psíquicos e somáticos da personalidade. (...) e assegura uma vida futura saudável. (...). A consolidação do desenvolvimento emocional, cognitivo e social da criança depende também da continuidade dos cuidados afetivos (CUNEO, 2009, p. 417/418).

A autora enfatiza ainda que o acolhimento institucional prolongado provoca diversas outras conseqüências para o desenvolvimento biopsicossocial da criança acolhida, entre estes: reações psicossomáticas como reflexo de distúrbios de origem emocional; distúrbio do sono; diarreias e enurese; dores constantes; carência afetiva forte; medo exagerado; baixa autoestima; sentimento de rejeição; falta de motivação; humor deprimido; autodepreciação; insegurança; falta de confiança nos outros; padrão repetitivo e persistente de comportamento agressivo e desafiador; rejeição à escola; prejuízo intelectual e emocional; apego inseguro; entre outros.

O momento da institucionalização por si só, caracteriza-se estressante para a criança, pois, a mesma passa a experimentar uma sobrecarga emocional que não pode ser

minimizada, por exemplo: privação da convivência com a família ao mesmo tempo em que tem que se adequar às regras institucionais, segundo Cavalcante, Magalhães e Pontes (2009). O ajustamento à vida institucional, bem como, a forma específica de cuidado profissional pode desempenhar um papel negativo no desenvolvimento social, cognitivo e afetivo da criança imersa em tal situação, pois, a criança é afastada do ambiente natural, levada a conviver com pessoas e situações diferentes, ao mesmo tempo em que é privada de atenção exclusiva e atendimento individualizado (MARANHÃO, 2000).

Nessa perspectiva, Rutter (1972) afirma que a privação materna durante o período de institucionalização não é a única variável que propicia o desencadeamento dos diversos quadros psicopatológicos apresentados por crianças institucionalizadas. É importante considerar que o ambiente, os fatores como idade, as experiências anteriores com os cuidadores, o temperamento, o gênero, e ainda, a própria qualidade do atendimento oferecido pelo abrigo, sua estrutura, condições de higiene, condições de saúde, estimulações físicas e emocionais também podem favorecer e ou prejudicar o desenvolvimento da criança e do adolescente institucionalizado. Boing e Crepaldi (2004) enfatizam que o processo de institucionalização deve tentar minimizar ao máximo os prejuízos decorrentes do abandono, e ainda, não deve ser prolongado a fim de não aumentar os riscos ao desenvolvimento da criança e ou do adolescente.

O acolhimento institucional prolongado pode ainda, se constituir em fator de risco à saúde infantil, pois, a criança e ou o adolescente ficam mais vulneráveis a doenças infecciosas (diarréia e infecções respiratórias), problemas dermatológicos e ainda, de ordem emocional como, por exemplo: depressão. Ocorre que, quanto mais tempo estes passam sob os cuidados da instituição mais expostos ficam à ação de agentes patológicos e situação de sofrimento psíquico. Institucionalização prolongada pode provocar alterações no estado físico e emocional da criança e do adolescente imersos em tal situação e a incidência de doenças infecto-contagiosa pode estar relacionada às privações típicas da convivência institucional, onde o cuidado é coletivo e há compartilhamento de ambientes, objetos pessoais, entre outros, segundo Cavalcante, Magalhães e Pontes (2009).

Após a realização de uma pesquisa em um abrigo infantil que atende 287 crianças, Cavalcante, Magalhães e Pontes (2009, 2007) concluíram que as doenças encontradas entre as crianças foram: 19,51% escabiose; 10,80% gripe/ resfriado; 10,45% desnutrição; 8,01% dermatite; 5,7% anemia e 4,18% pediculose; 49,47% apresentavam doenças, deficiências e lesões corporais experimentadas desde o nascimento; 42,5% das crianças contraíram doenças infecto-contagiosa e 18,83% manifestaram problemas de ordem emocional. Com relação ao

tempo de acolhimento institucional a maioria das crianças estavam no abrigo há quase cinco anos e a idade de ingresso variava desde um dia após o nascimento até dez anos e o acolhimento prolongado se dava ao fato de os pais terem sido considerados pouco capazes de prover os cuidados básicos necessário ao crescimento e socialização da criança.

Sigal, Perry, Rossignol e Quimet (2003) apontam que quanto menor a idade da criança institucionalizada, ou mais prolongado for o tempo da institucionalização, maior a chance desta vir sofrer os efeitos nocivos dessa experiência ao longo da vida. Segundo Brazelton e Greenspan (2002) crianças distantes dos cuidados parentais por um longo período de tempo podem apresentar riscos no que se refere ao processo de estruturação da personalidade, à construção da sociabilidade e ao amadurecimento psicológico.

De acordo com a Lei nº 12.010, art. 19, inciso dois disposto no ECA (BRASIL, 2009) o tempo máximo de acolhimento institucional deve ser de 2 anos e, o art. 92 prevê que uma instituição de acolhimento para cumprir a função social a que se propõe, deverá adotar diversas medidas entre elas:

Preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar; integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa; atendimento personalizado e em pequenos grupos; desenvolvimento de atividades em regime de co-educação; não desmembramento de grupos de irmãos; evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados; participação na vida da comunidade local; preparação gradativa para o desligamento; participação de pessoas da comunidade no processo educativo (BRASIL, 2009, p.53).

Tendo em vista as ações que a instituição de acolhimento deve adotar para cumprir de fato sua função social, apontadas anteriormente, a pesquisa realizada por Silva (2003) pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Aplicada) encontrou a seguinte realidade: das 589 instituições que abrigam crianças e adolescentes, 6,6% dos abrigos desenvolviam ações de preservação dos vínculos familiares; 14,1% dos abrigos desenvolviam ações de apoio à reestruturação familiar; 23,8% dos abrigos desenvolviam ações de incentivo à convivência com outras famílias; 14,9% dos abrigos pesquisados possuíam semelhança residencial; 14,9% dos abrigos realizam atendimentos em pequenos grupos; 34,1% dos abrigos participavam na comunidade local e 18,5% dos abrigos permitiam a participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

O único item que não foi contemplado na pesquisa citada se refere à preparação gradativa para o desligamento. Segundo Salina (2007) as pesquisas, de um modo geral, não enfatizam as estratégias utilizadas para evitar o acolhimento institucional e ainda, as medidas de preparação gradativa adotadas para o desligamento institucional.

O fato é que o desligamento institucional ainda é pouco discutido e especificado no campo das políticas públicas e sociais e conforme já salientamos nessa produção, o ECA até prevê no art. 92 que deve haver uma preparação gradativa para o desligamento. Porém, segundo Oliveira e Sapiro (2007) este procedimento é tão ou mais complexo que o ingresso da criança e do adolescente na instituição, pouco empregado e são raros os estudos que abordam essa questão. É um momento que também preocupa aos funcionários das instituições tendo em vista que muitas crianças e adolescentes acabam por ficar muito tempo acolhidos institucionalmente e a instituição acaba sendo, para muitos deles, uma referência muito grande e ainda, não há uma preparação anterior a esse momento, muitos acolhidos são avisados momentos antes do desligamento.

Segundo Oliveira e Sapiro (2007) o desligamento de adolescentes é um momento preocupante no sentido de que este tem que deixar a instituição ao completar 18 anos para dar “vaga” à outra criança e, ainda não tem um nível de escolaridade suficiente para poder arrumar um emprego que o sustente; nem mesmo o Estado custeia esse adolescente até que se estabilize de alguma forma. A instituição tem que cumprir com sua obrigação, isto é, tem que desligar o adolescente até mesmo para manter o auxílio financeiro estatal, mas, não tem clareza de como agir nesse momento. Em muitos casos os adolescentes não têm para onde ir e acabam por deixar para trás uma vida, a sua história. As políticas públicas sugerem ainda, que estes sejam acompanhados por um período de tempo após desligamento institucional, mas, não há órgão competente que desempenhe essa função e não se sabe ao certo como fazê-lo.

Nessa perspectiva, Salina (2007) aponta que os programas de ressocialização deveriam ser mais eficazes. Após análise da trajetória de vida de 17 participantes que se desligaram da instituição por terem completado a maioridade, constatou-se que 24% dos adolescentes estavam presos; 35% estavam mortos por envolvimento com crimes e 41% estavam livres, porém, praticavam pequenos furtos. A autora sugere que pesquisas sejam realizadas de forma a entender como a comunidade interage com essa parcela social desligada institucionalmente com o intuito de promover reflexões e atitudes que traduzam menos preconceito. E ainda, apresenta um questionamento que pode ser explorado de forma mais específica por futuras pesquisas: “O que poderia ser feito para o Abrigo ter um efeito de

proteção?” (SALINA, 2007, p. 16). Prada (2007) afirma que o acolhimento institucional é utilizado indiscriminadamente e o desligamento não acontece de forma eficaz.

Porém, de acordo com Polleto e Koller (2008) apesar de a priori a instituição de atendimento ser considerada como um ambiente de risco ao desenvolvimento humano, muitas vezes sua organização e estrutura desencadeiam vivências saudáveis e positivas. É o que aponta o estudo desenvolvido por Dell’Aglío (2000) com crianças e adolescentes institucionalizados onde mais da metade dos participantes apontaram a instituição como algo positivo que aconteceu em suas vidas, pois, a sua acomodação era melhor do que a oferecida no ambiente familiar, à alimentação era oferecida de forma regular e havia um acompanhamento escolar mais sistemático. E mesmo assim, a referida autora atenta ao fato de que as instituições apresentam lacunas nos âmbitos socioeconômicos, no que se refere ao quadro funcional que é insuficiente, em relação ao preparo e acompanhamento dos profissionais que atuam nesta esfera social.

Bronfenbrenner (2004) ressalta que ainda são raras as informações que abrangem as atividades desenvolvidas em ambientes institucionais, os papéis desempenhados pelos profissionais que atuam nesta área, que enfoque as relações entre todos os envolvidos de forma direta ou indireta.

Sendo assim, um estudo que descreva o processo de desligamento institucional de acordo com a opinião de adolescentes que viveram em situação de acolhimento institucional prolongado e de acordo com a opinião das dirigentes da instituição é relevante para maior compreensão do impacto social, das conseqüências positivas ou não, produzidas por esse momento na vida dos adolescentes em questão.

Espera-se que a partir das respostas encontradas os profissionais que prestam serviço em instituição de acolhimento possam nortear suas ações, isto é, na medida em que estes passarem a conhecer um pouco mais da realidade vivenciada pelo adolescente após o seu desligamento, o profissionais poderão repensar suas práticas de modo a oferecer-lhes ainda durante o processo de acolhimento possibilidades de comunicação, de dialogo, trocas afetivas significativas, um atendimento menos mecânico e mais sentimental, pois conforme apontado no corpo deste trabalho, o atendimento oferecido pela Instituição afeta de forma direta o desenvolvimento de todos os acolhidos.

Nesse sentido, a presente pesquisa poderá ainda, adicionar importantes contribuições literárias na área de prevenção aos danos do desenvolvimento da criança e ou do adolescente imerso em situação de acolhimento institucional, não só durante o processo de acolhimento, mas também, durante e após o processo de desligamento institucional, bem

como, fornecer diretrizes e subsídios para outros estudos, para futuros projetos de capacitação na área em questão.

Importa ressaltar que ao trabalhar o processo de desligamento de forma gradativa, eventuais danos que possam por ventura surgir após o desligamento, possivelmente também serão amenizados. Lembrando que, conforme apontado anteriormente, a criança e ou o adolescente acolhido institucionalmente por tempo prolongado é atingido por uma quantidade maior de fatores estressantes que produzem efeitos negativos em diversos aspectos do seu desenvolvimento global.

Têm-se como hipótese que os adolescentes que viveram durante um período prolongado em situação de acolhimento institucional não tiveram uma preparação gradativa para o desligamento, e, conseqüentemente não estavam preparados para reintegração social, devido a vários fatores, por exemplo: escolaridade ainda incompleta, falta de condições financeiras para auto-sustentação, falta de habilidade para lidar com os mais diversos tipos de preconceito, insegurança frente ao novo, timidez excessiva, falta de um suporte emocional, entre outros. E ainda, que o processo de desligamento repentino acarreta algumas conseqüências de ordem emocional como, por exemplo: tristeza, angústia, perda de apetite, e outros. Acredita-se ainda, que a instituição de acolhimento não esteja preparada para cumprir, de fato, sua função social de medida protetiva, devido à falta de capacitação profissional, falta de articulação entre os diversos componentes da rede de proteção à infância e adolescência, falta de estrutura e suporte dos órgãos públicos, falta de conhecimento das leis que abrangem essa questão, entre outros aspectos.

Objetivos

Os objetivos desta pesquisa foram descrever o processo de desligamento institucional de acordo com a opinião de adolescentes que viveram em situação de acolhimento Institucional e das dirigentes e ainda, descrever a Instituição de Acolhimento.

Método

Delineamento de Pesquisa

Tratou-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório.

Participantes

Participaram deste estudo seis adolescentes, sendo dois do sexo masculino e quatro do sexo feminino, que viveram em situação de acolhimento institucional por um período prolongado, isto é, que permaneceram na instituição além dos dois anos que é o tempo máximo previsto pela Lei nº 12.010, art. 19, inciso 2 disposto no ECA (BRASIL, 1990) e ainda, que foram desligados da referida Instituição, por meio do Poder Público por completarem 18 anos. Participaram também, duas dirigentes de Instituições de Acolhimento cujos referidos adolescentes residiram, isto é, dentre os participantes cinco adolescentes ficaram acolhidos na mesma Instituição e um adolescente ficou acolhido em outra Instituição.

Procedimento de escolha das Instituições e triagem dos participantes

Os participantes foram selecionados a partir da consulta dos prontuários existentes no arquivo das Instituições de acolhimento, onde se procurou reconhecê-los segundo tais critérios de seleção: os que permaneceram na Instituição até completar 18 anos e por mais de dois anos, tempo máximo permitido por Lei.

A pesquisa foi realizada em duas Instituições devido ao fato de que a dirigente da primeira Instituição ao ser procurada para ser desenvolvido o referido trabalho, dias depois de ter autorizado sua realização, ter assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, teve o seu mandato finalizado, pois, este tem que ser renovado periodicamente. Porém, antes que deixasse a posição de dirigente respondeu às entrevistas. Na ocasião, também foram coletados dados com uma adolescente que residiu na Instituição em foco e que preenchia os critérios da pesquisa: ter permanecido por mais de dois anos na instituição e ter sido desabrigada ao completar 18 anos. Denomina-se a referida Instituição, Instituição B.

Com o intuito de se conseguir um número maior de participantes, outra Instituição foi procurada com a finalidade de dar continuidade à pesquisa, sendo identificada como Instituição A. A fim de se preservar as identidades dos adolescentes que residiram nesta Instituição e são participantes deste estudo, estes também foram identificados da seguinte forma: P1, P3, P4, P7, P9.

A ordem numérica expressa na identificação dos sujeitos aponta a ordem em que estes foram desligados da Instituição A, por exemplo: o P1, foi o primeiro adolescente a se desligar, P3 foi o terceiro e assim por diante. Importa ressaltar que ao se consultar os prontuários da Instituição, dez participantes foram selecionados para participar da pesquisa, pois, atendiam aos critérios de seleção apontados anteriormente.

Porém, ao entrarmos em contato com os adolescentes selecionados para participar da pesquisa, encontramos a realidade que vem expressa no quadro a seguir:

Quadro 2. Participantes selecionados para participar da pesquisa

Participante	Condição	Sexo
P1	Participou	Masculino
P2	Recluso em sistema prisional	Masculino
P3	Participou	Masculino
P4	Participou	Feminino
P5	Não foi procurado, pois, se encontrava em hospital psiquiátrico.	Feminino
P6	Desistiu	Feminino
P7	Participou	Feminino
P8	Desistiu	Feminino
P9	Participou	Feminino
P10	Recluso em sistema prisional	Masculino
P11	Participou	Feminino

Dos dez participantes selecionados, sendo quatro do sexo masculino e seis do sexo feminino, um encontrava-se recluso em sistema prisional cumprindo pena sob acusação de roubo e tráfico de drogas, e um outro encontrava-se em situação de rua sob o uso contínuo de substância química denominada crack, sendo que foi tentado vários contatos, mas, à medida que se chegava ao local indicado, este já tinha se evadido. A última notícia obtida acerca deste participante é que ele também havia sido detido em sistema prisional sob a acusação de roubo e tráfico de drogas.

Dentre as participantes do sexo feminino, duas, após o estabelecimento de primeiro contato e explicado os objetivos da pesquisa, aceitaram participar, porém, quando houve a tentativa de marcar uma data, um horário para a entrevista, justificaram que não

poderiam mais participar, pois, estavam muito ocupadas. Após várias tentativas de contato, uma vizinha de uma das participantes relatou que o seu respectivo parceiro é uma pessoa considerada de alta periculosidade na cidade, denominado “chefe do tráfico” e no momento encontrava-se recluso, cumprindo pena em sistema prisional. Acredita-se que a participante foi proibida por este, de participar do estudo.

No que se refere à outra participante, também houve várias tentativas de se agendar uma data para a realização da coleta de dados, porém, esta também alegava estar ocupada, sem tempo para o encontro e à medida que o tempo foi passando, percebeu-se, por meio de suas atitudes que a jovem não queria falar sobre o seu passado. Esta evita contato com funcionários da instituição em que viveu, segundo relato destes, bem como com os ex-acolhidos que moraram na instituição na época em que ela também morava, segundo relato de outros adolescentes que também saíram da instituição e a procuraram tempos depois. Importa ressaltar que não dá indício algum nas redes sociais na qual participa (facebook, orkut, entre outros) de que um dia esteve acolhida institucionalmente, tendo em vista que outros ex-acolhidos mantêm fotos da época em que viveram na referida instituição.

A participante em questão, desde a sua chegada na Instituição de acolhimento, foi morar com famílias que pediram sua guarda judicialmente por duas vezes, porém, ambas as famílias acabaram devolvendo-a a justiça, e a Justiça encaminhando de volta à Instituição de Acolhimento.

Dentre os dez participantes selecionados, P1, P3, P4, P7 e P9 participaram efetivamente da pesquisa; P2 e P10 encontravam-se recluso em sistema prisional; P5 não foi procurado, pois se encontrava em situação de internação em hospital psiquiátrico, P6 e P8 desistiram de participar, após aceitarem o convite e assinarem o Termo. Portanto, dentre os 10 participantes selecionados, nove foram contactados e cinco participaram da pesquisa efetivamente. Importa ressaltar que também participou do estudo uma participante da Instituição B, P11.

Local

A entrevista com a dirigente da Instituição A foi realizada no escritório da Instituição em questão e com a dirigente da Instituição B foi realizada na sala de vídeo da referida Instituição. A entrevista realizada com a adolescente da Instituição B também foi realizada na sala de vídeo da referida Instituição, devido ao fato desta ter preferido ir até a Instituição para que a entrevista fosse realizada.

As demais entrevistas foram realizadas no local de escolha dos participantes, descritos a seguir: cozinha da Instituição A, escritório da Instituição A, quarto da Instituição A, cozinha da casa em que reside atualmente, lavanderia da casa em que reside atualmente. Após contato, três dos participantes vieram até a Instituição para a realização da entrevista, sem custo algum para todos eles. No momento da realização da entrevista todos os locais estavam vazios, livres de interferências, a fim de garantir o sigilo do trabalho.

Instrumentos de Coleta de Dados

Os instrumentos utilizados na coleta de dados foram:

1. Roteiro de Entrevista 1 – **“As características da Instituição de Acolhimento”**, segundo a visão da dirigente da Instituição de Acolhimento.

O referido instrumento foi construído pela pesquisadora e teve como objetivo caracterizar a instituição de acolhimento, sua estrutura de funcionamento e os serviços prestados, de acordo com as prerrogativas do ECA (Art. 92) e com base na pesquisa elaborada pelo IPEA - Instituto de Pesquisa Aplicada, apontada por Silva (2003). Tendo em vista que a instituição de acolhimento deve adotar medidas, já citadas anteriormente, a fim de amenizar os efeitos negativos do acolhimento institucional ao desenvolvimento da criança e do adolescente. (Anexo 1).

O instrumento possui sete categorias e cada categoria possui sub-categorias que versam sobre o mesmo assunto e se referem a:

- .1 Caracterização da instituição de acolhimento (instituição governamental ou não governamental; data da fundação da instituição; características da população atendida; atendimentos disponibilizados; motivos que acarretam o acolhimento institucional; recursos financeiros; número de crianças atendidas; profissionais e funções correspondentes);
- .2 Situação familiar das crianças e adolescentes acolhidos (com família e com vínculo; com família e sem vínculo; impedimento judicial; família desaparecida, sem família);
- 1.3 Preservação dos vínculos familiares (incentivo à convivência familiar; visitas domiciliares; visitas dos familiares à instituição; manutenção dos grupos de irmãos);

- 1.4 Apoio à reestruturação familiar (visitas às famílias; acompanhamento social às famílias; organização de reuniões ou grupos de discussão e de apoio com participação da família; encaminhamento à rede social);
- 1.5 Incentivo à convivência com outras famílias (incentivo à integração em família substituta; mantém grupos de apadrinhamento);
- 1.6 Semelhança Residencial (espaços individuais; quantidade de dormitórios; aspectos externos; serviços especializados; critérios de acomodação por quarto);
- 1.7 Comunidade Local (utilização dos serviços comunitários; trabalho voluntário na equipe técnica; voluntários na equipe de serviços complementares).

2. Roteiro de Entrevista 2 – “ **O Desligamento Institucional**”, realizado com o dirigente da instituição de acolhimento

Instrumento elaborado pela pesquisadora (Anexo 2), com o objetivo de obter informações sobre o processo de desligamento institucional no contexto geral: preparação, acompanhamento, causas e conseqüências no desenvolvimento psicossocial dos adolescentes desligados ao completarem 18 anos, segundo a visão do dirigente da instituição de acolhimento.

O referido instrumento possui quatro categorias, que são ainda divididas em subcategorias, sendo elas:

- 2.1 Causas que acarretam o desligamento Institucional e como o processo ocorre (quem notifica o adolescente, entre outros);
- 2.2 Acompanhamento antes, durante e após o desligamento institucional (quem acompanha o processo; local para onde os adolescentes são encaminhados; auxílio estatal; manutenção dos vínculos afetivos);
- 2.3 Conseqüências no desenvolvimento psicossocial da criança e ou adolescente (comportamentos característicos; maneiras para amenizar tais conseqüências);
- 2.4 Preparação gradativa (como o processo ocorre; aspectos trabalhados; profissionais envolvidos; facilidades percebidas; dificuldades percebidas; sugestões para melhoria)

3. Roteiro de Entrevista 3 – “ **As Conseqüências do Desligamento Institucional**”, realizado com os adolescentes que viveram em Instituição de Acolhimento.

Este instrumento foi elaborado pela pesquisadora (Anexo 3) e sua finalidade foi obter informações para descrever, segundo a ótica dos adolescentes, o processo de desligamento institucional e suas implicações na vida afetiva, social, emocional, financeira, cultural, religiosa, do indivíduo imerso em tal situação.

O instrumento é composto por seis categorias, e cada categoria possui outras subcategorias para melhor compreensão de todo o contexto. São elas:

- 3.1 Caracterização do participante (como se descreve; idade; escolaridade; tempo de acolhimento institucional; tempo de desligamento institucional; local em que reside atualmente; profissão);
- 3.2 Causas que acarretam o desligamento institucional;
- 3.3 Preparação Gradativa para o desligamento institucional (tempo de preparação; sentimento presente no momento do desligamento; enfrentamento da situação; apoio; local para onde foi encaminhado; enfrentamento do mundo externo; contatos afetivos estabelecidos);
- 3.4 Acompanhamento antes, durante e após o desligamento institucional (órgãos públicos presentes; apoio familiar e ou dos profissionais da instituição; manutenção dos vínculos afetivos estabelecidos durante o período de acolhimento);
- 3.5 Conseqüências do desligamento institucional (expectativas em relação ao mundo externo; período de adaptação; dificuldades enfrentadas; influências positivas e ou negativas; manutenção financeira; apoio);
- 3.5 Acolhimento Institucional (lembranças; relacionamento social; dificuldades enfrentadas; facilidades; definição do conceito; entre outros).

Procedimentos éticos

Depois de obtida autorização das instituições A e B cujos participantes residiram, a presente pesquisa foi encaminhada ao Comitê de Ética e Pesquisas com Seres Humanos da UFSCAR para avaliação e foi desenvolvido mediante sua aprovação, conforme Parecer número 019/2012, CAAE: 0213. 0. 135. 000 – 11, Processo número 23112.003233/2011-56 (Anexo 6).

A partir da aprovação pelo Comitê, foi agendado então um encontro com as dirigentes das instituições A e B, a fim de lhes explicar os objetivos da pesquisa, os procedimentos da coleta de dados e foi lido e entregue o Termo de Consentimento Livre e

Esclarecido – TCLE (Anexo 4), para que estas o assinassem, consentindo a sua participação na pesquisa.

Procedimentos para a coleta de dados

Foram realizadas as entrevistas com as dirigentes das instituições, utilizando os roteiros 1 (Anexo 1) e 2 (Anexo 2). As entrevistas realizadas com a dirigente da Instituição A, foram feitas em duas etapas distintas, isto é, primeiramente foi agendada uma data para a realização da primeira entrevista e após realização desta, foi agendada uma nova data para a realização da segunda entrevista. Em seguida, foi realizada a consulta aos prontuários dos adolescentes desligados das referidas instituições de acolhimento com o intuito de selecionar os prováveis participantes.

A etapa seguinte foi estabelecer contato com os participantes, com o intuito de agendar um horário para explicação dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos da coleta de dados, leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Anexo 5) consentindo a sua participação na pesquisa, e ainda, destacando o caráter voluntário e a possibilidade de desligamento, sem qualquer prejuízo em sua relação com a pesquisadora, a UFSCar ou qualquer outra instituição envolvida. Na mesma data, foi também agendado um horário para posteriormente ser realizada com estes, a entrevista utilizando o roteiro 3 (Anexo 3).

As gravações das entrevistas foram transcritas para eventual análise dos dados. Os métodos utilizados foram elaborados de forma a não afetar, ou oferecer riscos aos participantes, sendo-lhes garantido sigilo das informações fornecidas. Todos os esforços foram feitos para não expor os participantes a qualquer tipo de prejuízo ou constrangimento. Os dados coletados serão divulgados de forma que os participantes não sejam identificados. No ato da entrevista o pesquisador ficou atento a qualquer sinal de desconforto ou risco, porém, não houve situação alguma que sugerisse a necessidade de interrupção da pesquisa e ou intervenções a fim de amenizar qualquer situação diferenciada, caso ocorresse.

Os cuidados do pesquisador em relação à preservação do bem-estar do participante iniciaram-se antes mesmo da aplicação do roteiro de entrevista, uma vez que foram testados todos os instrumentos com dois adolescentes de idade de 18 anos para verificação da sua adequação e compreensão e ainda, os mesmos foram encaminhados a juízes que avaliaram e sugeriram melhorias aos instrumentos, a fim de apoiar a viabilização dos objetivos deste estudo, no ato da sua elaboração.

Procedimentos de Análise de Dados

Os dados coletados por meio dos instrumentos citados anteriormente, foram submetidos às análises qualitativas a partir da técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). Na análise qualitativa deve ser levada em consideração a presença ou a ausência de determinada característica de conteúdo ou mesmo, um conjunto de características em uma das partes da mensagem (BARDIN, 2011).

Nesta perspectiva Bardin (2011, p. 48) classifica a análise de conteúdo como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens”.

De modo geral, os procedimentos necessários à exploração do conteúdo das mensagens, segundo Bardin (2011) são: a descrição analítica das mensagens, isto é, o tratamento das informações contidas nas mensagens e a numeração das características do texto de forma resumida; a interpretação que se refere ao significado atribuído a tais características; e a inferência ou deduções lógicas que permite uma proposição, devido sua ligação com outras proposições até então, ditas como verdadeiras. As inferências respondem basicamente a dois tipos de perguntas: causas ou antecedentes da mensagem e conseqüências desta, possíveis efeitos provocados pela mensagem.

Especificamente, a organização da análise de conteúdo é dividida em quatro fases: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados; a inferência e a interpretação.

A pré-análise compreende a organização das ideias, de forma a conduzir as operações sucessivas, compreende a formulação das hipóteses, dos objetivos, elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final. Nesta fase já “devem ser determinadas operações de recorte do texto em unidades comparáveis de categorização para análise temática e de modalidade de codificação para o registro dos dados” (BARDIN, 2011, p. 130).

De acordo com Bardin (2011) fazer uma análise temática significa descobrir os sentidos centrais que se dispõem na comunicação e que vem ao encontro do objetivo analítico escolhido, sendo que o tema é utilizado como unidade de registro. E ainda, entende-se por categorização classificar em categorias, os elementos.

A fase da exploração do material consiste em elaborar operações de codificação, onde “(...) os dados brutos são transformados sistemicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo” (BARDIN,

2011, p. 133), decomposição ou enumeração. A última fase denominada de tratamento dos resultados obtidos e interpretação é a fase em que os resultados são tratados a fim de que se tornem significativos e válidos e então, a partir de resultados confiáveis o pesquisador propõe a inferência e adianta as interpretações levando em consideração os objetivos previstos no estudo.

As etapas anteriormente descritas foram às mesmas utilizadas para o desenvolvimento da análise dos dados desta pesquisa, isto é, foi utilizada a análise por categorias temáticas, baseada na noção de temas. A princípio, o material foi preparado, realizou-se a pré-análise, as categorias foram elaboradas conforme os temas que surgiram a partir das respostas dadas, foram identificados os pontos em comum a todos, suas semelhanças, diferenciação e ainda, foram organizados o agrupamento destes.

Finalmente, foram realizados o tratamento e a interpretação dos resultados obtidos, com o intuito de torná-los relevantes e válidos, e só a partir de então foram realizadas a inferência, a interpretação e a articulação dos dados temáticos obtidos com o referencial teórico apontado no desenvolvimento da pesquisa, conforme proposto por Bardin (2011).

Resultados

Os resultados que se seguem, foram obtidos a partir do roteiro de Entrevista “**Características da Instituição de Acolhimento**” aplicado com a dirigente da Instituição A, denominada D1.

1.1 Caracterização da instituição de acolhimento

De acordo com a D1, a Instituição em foco é de caráter não-governamental, isto é, organizada sem fins lucrativos, foi fundada há 14 anos e atende crianças e adolescentes com idade entre 0 a 18 anos de ambos os sexos. A maioria são vítimas de negligência ou abandono, seguida das vítimas de violência sexual que segundo a dirigente é praticada por algum membro da própria família, bem como crianças e adolescentes cujos pais são dependentes químicos, ou se encontram em sistema prisional, ou se prostituem. Em menor frequência, a Instituição acolhe crianças e adolescentes órfãos, principalmente órfãos de pais que vieram a falecer em consequência da AIDS, contraída por intermédio do uso de drogas, entre outros.

Atualmente a Instituição acolhe 12 crianças e adolescentes e ao longo do tempo já acolheu em suas dependências cerca de 200 pessoas, entre estas: bebês, crianças e adolescentes. E ainda, disponibiliza 30 leitos.

1.1.2 Insuficiência de recurso financeiro e suas conseqüências no atendimento oferecido

D1 afirma que a Instituição ideal é aquela que *“Para estar funcionando, tem que ter no mínimo de 5 a 6 funcionários”* e no caso específico da Instituição em foco, esta não possui a quantidade ideal de funcionários, bem como, atendimentos específicos dentro do seu espaço físico, como por exemplo: Psicóloga, Assistente Social, Assistência Odontológica, entre outros. E ainda, o repasse de verba é insuficiente para pagar funcionários com adequações específicas, o recurso existente é utilizado para remunerar dois cuidadores que zelam de 12 crianças e adolescentes que é a população total atendida atualmente, sendo que destes, um cuidador trabalha durante o dia e o outro cuidador durante o período noturno.

Os atendimentos específicos utilizados pelos integrantes da Instituição em foco são os mesmos oferecidos para a comunidade de modo geral, como por exemplo: posto de saúde, consultório dentário, entre outros.

Desde a fundação em 1998 até atualmente, os únicos atendimentos específicos oferecidos foram:

“De assistente social, psicóloga, que já fizeram um bom trabalho. É... Professores de educação física, de artesanato, todo esse tipo de pessoas que já trabalharam aqui voluntariamente, vindo às vezes uma vez por semana, duas vezes por semana, eu tinha uma moça que vinha também, ela fazia artesanato com as crianças, fazia recreação” segundo D1 e complementa: *“Ah! Tinha 2 educadoras por grupo, né? Que fazia o reforço escolar”*.

O recurso financeiro é repassado pelo governo Federal e Estadual, pela DRADS (Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social), bem como, é advindo de doações de terceiros conhecidos ou não e de amigos. Aos finais de semana a Instituição conta com a colaboração de um voluntário que há muitos anos contribui com o cuidado geral das crianças, se refere a um senhor adulto, E., que possui significativo atraso no desenvolvimento intelectual e que faz o que for necessário como, por exemplo: ajuda as crianças e adolescentes arrumar cada qual a sua cama, os orienta escovar os dentes, pentear o cabelo, entre outros. Desde pequeno E. frequenta a Instituição de Acolhimento, sua mãe sempre permitiu com o intuito de que ele pudesse se distrair, brincar, pois, no local em que reside não há crianças ou adolescentes que possam estar com ele durante parte do seu dia.

1.2 Os vínculos familiares e suas possibilidades de manutenção

De acordo com a D1, metade das crianças e adolescentes que são acolhidos possui família e vínculo afetivo com esta, porém, com o passar do tempo tais vínculos vão se extinguindo.

D1 ressalta que: *“Tem vários casos que a família, depois que a criança está aqui, não vem nem visitar. Metade das crianças vive desta forma”*.

Afirma ainda que 20% a 30% das crianças e adolescentes possuem família, porém, não mantêm vínculo afetivo algum com esta, mesmo antes de serem acolhidas. Outras, até são impedidas pelo Juiz da Vara da Infância e Juventude que proíbe tal ocorrência devido ao fato de a família colocar em risco a vida, ou o desenvolvimento da criança e ou adolescentes em foco, mas, se trata de uma taxa bem menor.

A Instituição também acolhe crianças e adolescentes órfãos, porém, são raros os casos em que crianças ou adolescentes são encaminhados para Instituição por motivo de orfandade. Desde que foi fundada, a Instituição acolheu pouquíssimas crianças e adolescentes que se encaixam neste quesito.

Ainda, a Instituição em questão procura desencadear ações de forma a promover a preservação dos vínculos familiares e dentre tais ações, destaca-se: incentivo à convivência com a família de origem; visitas das crianças e adolescentes aos lares de suas famílias; visitas livres dos familiares a Instituição; manutenção ou reconstituição de grupos de irmãos.

De acordo com a entrevistada, a Instituição incentiva à convivência da criança e do adolescente no que se refere à família de origem, através de convites para participação em festas, eventos, que geralmente ocorrem aos finais de semana, mas, observava-se que na maioria esta tentativa é frustrante:

“Eles não manifestam desejo de estar realmente gastando um tempo com a criança (...) realmente não se dispõe a fazer isso”, afirma D1.

Da mesma forma que as tentativas de se promover as visitas das crianças e adolescentes aos lares de suas famílias parecem ser desapontadoras: *“ Nós vamos até a casa, é... Praticamente oferecendo, né... Essa visita (...) Quando a família acolhe a idéia (...) vê que é conveniente para ela (...) vir até aqui, para não ter essa criança lá na casa”*, ressalta D1.

Com relação à manutenção e ou reconstituição dos grupos de irmãos, a instituição procura desenvolver um trabalho, de incentivo, que propicie à criança e ou o adolescente se sentirem parte de uma família e ainda, reforçam o fato de que estes têm que dar continuidade

a esta, independentemente da condição em que vivem, trata-se de um trabalho motivador, de acordo com D1.

Um dos resultados alcançados por intermédio desta ação em específico, se traduz na história relembrada, de forma emocionada pela D1:

“(...) ainda que já tivemos um caso de 5 irmãos aqui, eles vieram de outra cidade e nós conscientizamos eles, o mais velho, de que o mais velho, né? Poderia ser o que cuidasse ali, dos outros, mas, de uma forma assim, não sobrecarregando ele de responsabilidade, mais que eles não deixassem esse laços acabarem, né? Que era um pelo outro mesmo. Eles estavam aqui. Eles formavam uma família e que eles não perdessem esse contato, né? Então, sempre a gente incentivou”.

1.3 Apoio à reestruturação familiar: uma realidade nem sempre possível

Por se tratar de um acompanhamento social, isto é, que engloba visitas domiciliares, inserção em programas de auxílio e proteção à família, a entrevistada acredita que esse tipo de trabalho de apoio à reestruturação familiar, deve ser oferecido pela Assistência Social, pelo Conselho Tutelar em específico, explica:

“(...) porque a gente não tem condições de fazer esse acompanhamento, porque é parte, como diz, é obrigação da Instituição, mais até certo ponto. E eles que fazem esse processo de acompanhar mais de perto”.

1.4 Incentivo à convivência com outras famílias: em busca da sociabilidade

A Instituição em questão incentiva a integração da criança e do adolescente em família substituta, o processo envolve bastante diálogo entre as famílias e as crianças, entre as famílias, as crianças e a equipe técnica da Instituição com o intuito de se conhecerem melhor e para D1 é uma atitude muito importante, pois, possibilita, em alguns casos, a adoção:

“(...) a criança que já perdeu o poder familiar e que esta para adoção e vai que vem um visitante ou outras pessoas, né... De boa índole para conhecer essa criança e se interessa por uma adoção... A gente incentiva, sim. A gente incentiva”.

O incentivo à convivência com outras famílias não para por aí, a Instituição mantém grupos de apadrinhamento das crianças e dos adolescentes acolhidos. Os “padrinhos” são convidados a apadrinhá-los em épocas festivas: Natal, Páscoa, Aniversário, entre outros. Oferecendo-lhes diversos presentes ao seu “afilhado”, como por exemplo: roupa, sapato,

brinquedos, bem como, promovendo a festa de aniversário deste, passeios, finais de semanas em suas casas.

Segundo D1: *“É uma forma deles terem esses vínculos”*.

1.5 A instituição de acolhimento e suas características físicas

Ao se entrevistar a dirigente a fim de se conhecer as características físicas da Instituição coletou-se a informação de que a Instituição procura se assemelhar ao máximo ao aspecto residencial de uma casa dita “comum”. Procura ser um lar agradável, um lar que busca atender o coletivo respeitando as individualidades, ao mesmo tempo em que impõe regras claras de convivência.

Sobre esse aspecto D1 afirma:

“A semelhança residencial é um aspecto que preservamos muito. Eu gosto que todos se sintam como se estivessem em um lar, e vêm a Instituição não com “cara” de Instituição, mas sim, de lar mesmo. Então, cada um tem seu espaço, tem o seu armário, tem a sua cama, não gosto que emprestem roupas uns dos outros, cada um tem a sua roupa, objetos pessoais. Acho que cada um tem que ter o seu espaço para guardar suas “coisinhas”. Tem armários nos quartos, a gente procura melhorar sempre esse quarto, colocar enfeites, quadrinhos com nomes, para que cada um se sinta em casa mesmo, né?! Num lar, num lar de verdade”.

A Instituição possui cinco dormitórios e o número de crianças por quarto é de seis, quando a Instituição está com todas as vagas preenchidas. Também possui áreas externas com semelhança residencial, afirma D1:

“(…). Tem varandas, vasos, é... O jardim, quadros, enfeites. Há! É realmente bem uma casa mesmo, né? Alias a Instituição, ela era uma residência, antigamente. Então...”.

Os quartos são divididos de acordo com a faixa etária e com o sexo da criança e do adolescente, D1 ressalta que:

“Sempre procuramos separar a ala masculina da ala feminina, deixando claro para ambos os sexos que cada um deve respeitar a área do outro. Então, meninos não entram no quarto das meninas e meninas não entram no quarto dos meninos. Sempre foi falado”.

Encerram-se assim, os resultados alcançados a partir dos dados coletados através da entrevista “Características da Instituição de Acolhimento” aplicado com a D1 e iniciam-se os resultados que foram obtidos a partir do mesmo roteiro de entrevista, porém agora, aplicado com a dirigente da Instituição B, denominada D2.

1.1 Caracterização da Instituição de Acolhimento

A Instituição foi fundada no ano de 2000, é de caráter não-governamental, isto é organizada sem fins lucrativos e atende crianças e adolescentes com idade de 0 a 18 anos, de ambos os sexos. Estas são vítimas de: “*Maus tratos, abuso sexual, violência doméstica e negligência familiar*”, segundo D2. Atualmente acolhe nove pessoas, apesar de disponibilizar 13 leitos, isto é, ter capacidade limite para acolher mais quatro integrantes.

Ao longo de seu funcionamento a Instituição acolheu cerca de 200 crianças e adolescentes e dentre estas somente uma adolescente se desligou da Instituição por motivo de ter completado 18 anos, segundo D2. Importa ressaltar que apesar de ter saído só uma adolescente por motivo de maioridade, a estimativa de tempo de acolhimento de alguns adolescentes que viveram e até mesmo vivem na Instituição é cerca de oito a nove anos. Os adolescentes costumam se desligar da Instituição quando estão na idade de 15/16 anos.

1.1.2 Planejamento financeiro e suas conseqüências no atendimento oferecido

A Instituição se mantém financeiramente por meio do repasse de verba “*de subversão das prefeituras pertencentes à comarca de do Município*” afirma D2. E, através dos recursos financeiros disponíveis a Instituição tem condições de remunerar quatro educadoras ou cuidadoras cujas funções são:

“*Cuidar das necessidades básicas das crianças, auxiliá-las nas tarefas, desenvolver atividades de lazer com as mesmas*”, segundo a entrevistada. “*Uma educadora para cada duas crianças, aproximadamente*”, ressalta D2.

Mantém também uma Psicóloga que oferece atendimento individual e familiar à população em foco, bem como, atendimento individual aos funcionários da Instituição. Os atendimentos são realizados na Instituição, bem como, em seu consultório particular. A Instituição também disponibiliza do atendimento oferecido pela Assistente Social que auxilia nos projetos, no atendimento familiar e nos cuidados a todos acolhidos. A Instituição recebe colaboração de dois estagiários: do curso de Pedagogia e do curso de Psicologia, bem como, colaboração de voluntários que desenvolvem trabalhos manuais, artesanais.

Atualmente a Instituição também utiliza seus recursos financeiros para atender necessidades específicas da população em que assiste, como por exemplo: atendimento odontológico, capacitação dos funcionários como medida preventiva, isto é, caso o trabalho voluntário pare de ser desenvolvido:

“(...) o próprio funcionário também foi treinado (...) já demos treinamento para eles aprenderem a desenvolver atividades com as crianças (...) a gente utiliza muito dentro da casa a idéia de que os próprios funcionários, eles podem buscar recursos para trazer as pessoas, os amigos deles, para participarem aqui. (...) então inclui a comunidade no local”, (D2).

A participação da comunidade na Instituição, também é muito valorizado. Inclusive, a Instituição incentiva tal participação como pode ser observado em uma das falas da D2: *“(...) a escola esses dias pediu para desenvolver um trabalho sobre a entidade e sugerimos que fosse feito sobre a nossa entidade. Um grupinho de crianças estiveram aqui, fazendo parte desse trabalho junto com uma das meninas que moram aqui e ficaram assim.... Surpresos de ver como a entidade é diferente de como eles imaginavam lá fora, quem não conhece”.*

1.3 Os vínculos familiares e suas possibilidades de manutenção

De acordo com a D2, cinco dos acolhidos possuem família e mantém vínculos com esta, quatro dos acolhidos também possuem família, porém, não mantém vínculo algum com a mesma. Não há casos cujas famílias são impedidas judicialmente de visitarem seus filhos, bem como, não há casos de famílias desaparecidas e nem há relato de crianças e ou adolescentes que foram acolhidas devido ao fator orfandade.

No caso das famílias que mantém vínculo com os seus membros que foram acolhidos, a Instituição prioriza preservá-los, D2 afirma que dentre várias ações voltadas a tal intento há:

“Incentivo com encontro semanal. É... Tem um dia específico que as famílias vêm fazer visita e nesses encontros estimulam-se as atividades lúdicas entre pais e filhos e também através da terapia comunitária que se desenvolve. Ajudam-se essas famílias a desenvolverem recursos necessários para dar uma sustentação maior às crianças”.

No caso específico de crianças ou adolescentes que permanecem acolhidos por um longo período de tempo sem vínculo algum com os familiares, no momento em que a justiça autoriza a visita da criança ao seu lar de origem na tentativa de reatar tais vínculos, observa-se o insucesso do procedimento, pois, segundo D2:

“(...) a criança pode fazer visitas a sua família extensa, mas ela não aceita (...), por exemplo, ela está na casa desde os (...) três anos de idade, então ela não desenvolveu vínculo com essa família, e, quando ela foi visitar essa família por intermédio da casa que

levou essa criança para fazer uma visita, ela não estabeleceu nenhum tipo de reação, de afeto, de satisfação por estar diante dessa família. E, a partir daí ela mostrou que não queria mais contato com essa família”.

A Instituição também age de forma flexível, acolhedora, em relação aos encontros realizados entre pais e filhos e, caso haja necessidade extrema em reuní-los em outro dia da semana, D2 afirma:

“(...) Nós temos a visita no dia de quarta-feira, mas, se caso a criança foi abrigada e ainda, né, não chegou o dia da visita, nos permitimos. Ontem, por exemplo, um pai esteve aqui e desejou muito vê-las e ele só poderia vir a semana que vem (...) então nos falamos que ele podia aguardar que iriam fazer um contato antes desse dia”.

Completa: *“Então, isso também é importante porque as pessoas nessas... Eu sinto que nessas horas a gente precisa acolhê-los não é só as crianças, mas sim, as famílias. Então a gente as recebe com esse acolhimento, para que elas possam olhar o abrigo com outro olhar. Eles não olham o abrigo mais como aquele que está ali para puni-los, para tirar os filhos, mas sim, um lugar que está para acolhê-los, para também ajuda-los”.*

Outra forma que a Instituição encontrou para preservar os vínculos familiares, foi unindo, fortalecendo os grupos de irmãos, por exemplo:

“(...) as irmãs dormem no mesmo quarto, possuem proximidade no guarda-roupa de seus pertences (...) a irmã mais velha leva e busca a outra irmã no Kumon. Então, a gente trabalha a situação da irmã que leva e busca, incentiva sempre a afetividade entre ambas, a gente trabalha muito essa questão da irmandade”.

1.4 Apoio à reestruturação familiar: humanização do processo

A dirigente da Instituição em foco acredita que o apoio à reestruturação familiar é necessário e deve ser oferecido de acordo com as necessidades individuais de cada família, pois, de acordo com a D2:

“(...) a casa deixa aberto às portas no sentido de continuar dando esse apoio necessário para que eles possam ter um tempo maior de ajuda, não só no tempo mais curto que é o tempo de permanência das crianças dentro da casa”.

Como exemplo que tem dado certo, D2 aponta:

“(...) nós temos uma família que as crianças estiveram conosco por um período de 7 meses, enquanto os pais foram se tratar de dependência química. Quando eles voltaram continuamos trabalhando com esse casal, com essa família. (...) toda semana eles participam

dos encontros semanais (...) uma vez por semana a família é assistida na individualidade dela e na entidade ela é assistida dentro do grupo comunitário, ali da terapia. E também a gente oferece a eles, é, dentro do possível, alimentos, roupas, diante das necessidades a gente vai ajudando. Esse pai já trabalha também, a gente também esteve junto com ele neste sentido, apóia tudo o que ele está desenvolvendo”.

E ainda, a entrevistada aponta para o fato de encaminhar a família para os programas de apoio e auxílio municipais existentes, como um importante recurso para o apoio à reestruturação familiar.

1.5 Incentivo à convivência com outras famílias

Segundo a dirigente entrevistada, o incentivo à convivência com outras famílias só acontece, atualmente, mediante a parecer judicial e o processo ocorre da seguinte forma:

“ (...) o fórum tem a equipe técnica que nos comunica o interesse de uma pessoa para conhecer determinada criança, ai então esta passa os finais de semana com a família, que também pode fazer visitas semanais”.

Observou-se que experiências anteriores não tão bem sucedidas com relação ao incentivo à convivência com outras famílias, levaram a Instituição a proceder de acordo com o exposto acima e sob essa perspectiva, D2 aponta que:

“(...) essas experiências que eu presenciei, assim, anteriormente, deixaram registro de prejuízo nas crianças. Então, elas tinham o desejo de ter uma família idealizada e com esse apadrinhamento promovia muitos, muita confusão, é... Interna nessas crianças. Elas competiam entre si, quem é que tinha mais poder, né? Porque diante do poder aquisitivo de cada padrinho, promovia algum tipo de sentimento nas crianças e nós consideramos que isso não estava sendo saudável para o desenvolvimento delas”.

1.6 A instituição de acolhimento e suas características físicas.

A Instituição é composta por três quartos, sendo que dois quartos acomodam até 6 crianças e um quarto acomoda um bebê e os pertences de todos os acolhidos são distribuídos nos diversos armários embutidos que estão dispersos em todos os cômodos da casa. Segundo D2 *“ a casa (...) tem uma aparência de uma residência comum”.*

Durante a realização da pesquisa observou que a Instituição situa-se no centro da cidade o que facilita a locomoção dos adolescentes, pois estes, vão ao catecismo sozinhos, aos

cursos que freqüentam em horário posterior ao escolar, como por exemplo: curso de informática, curso de capacitação profissional, Kumon, entre outros.

Os cômodos da Instituição são grandes, bem decorados com trabalhos manuais nas quais as próprias crianças e adolescentes confeccionam, possui ainda uma piscina onde estes desenvolvem atividades dirigidas, sala de TV com pufes coloridos espalhados pelo chão, som ambiente, brinquedoteca, entre outros.

Encerra-se assim, os resultados alcançados a partir dos dados coletados através da entrevista “Características da Instituição de Acolhimento” aplicado com a D2 e iniciam-se os resultados que foram obtidos a partir da aplicação da entrevista “O Desligamento Institucional” aplicado com a D1.

2.1 O processo de desligamento institucional

D1 aponta que são vários os motivos que acarretam o desligamento Institucional, entre estes: adoção, inserção em família substituta, retorno à família de origem, maioridade, porém, em qualquer circunstância o momento é permeado por diversos sentimentos, principalmente nos casos cujos desligados são adolescentes que completaram a maioridade e não têm família, não têm escolaridade completa, não têm trabalho. Em relação ao exposto, D1 aponta que:

“eles não tem para onde ir e a gente fica morrendo de, de dó, muita pena de ter que chegar e falar: Olha! A partir de tal dia, quando você fizer 18 anos (...) pela lei, você tem que estar deixando o abrigo (...)”, Completa: “(...) é realmente muito traumático, para quem faz e para quem recebe a noticia, porque fica todo mundo perdido, né?”.

Trata-se de um momento cujo adolescente tem que deixar o seu próprio lar, porque segundo D1:

“(...) quando não são adotados, não são colocados em famílias substitutas e (...) se esgota todas as possibilidades de retorno à família de origem, então, automaticamente, eles acabam ficando na Instituição mesmo, isso é uma realidade. Então, eles acabam fazendo da Instituição, seus próprios lares. É difícil quando chega aos 18 anos (...) porque nessa fase, a Instituição se tornou um lar para eles, eles não enxergam mais como um abrigo, como... Já se tornou um lar”.

O despreparo dos adolescentes em relação a vivenciar a nova realidade após o desligamento Institucional é uma questão que acarreta preocupação à dirigente, pois, esta afirma que:

“(...) por mais que ele tenha sido colocado em serviço de aprendiz, ele não tem condições (...) de se virar para alugar uma casa ou ir para uma república (...) morar com um amigo. Como ele vai se adaptar com pouco dinheiro? (...) às vezes eles ganham pouco, às vezes alguns nem conseguiram trabalhar direito, né?”.

Normalmente, quem notifica sobre o desligamento ao adolescente é a dirigente, ou a coordenadora no caso das Instituições que possuem esse tipo de funcionário, porém, segundo D1 se trata de um momento ambíguo, pois, o que tem que ser feito, nem sempre é o que se quer fazer:

“Então, como que a gente chega pra esse adolescente (...) e diz: “Você agora tem que sair porque você completou 18 anos!” Já tive casos que aconteceu isso. Na verdade não era o que eu queria fazer, porque quando eles ingressam aqui, queremos que eles dêem continuidade ao processo, se tornando funcionários do abrigo”.

2.2 As dificuldades que acompanham o processo de desligamento

Durante o processo de desligamento Institucional, bem como no ato do desligamento, não é realizado nenhum tipo de acompanhamento em específico bem como, não há pessoa alguma, tais como familiares, representantes dos órgãos públicos, entre outros, que acompanhe de fato todo o processo, segundo D1:

“Ninguém. Não há acompanhamento. Não tem. Não tem um órgão específico, não tem nada específico, um profissional designado só para isso”.

E ainda, de acordo com a entrevistada, o maior agravante é que o adolescente não se encontra preparado para trabalhar e ao se desligarem da Instituição não contam com auxílio estatal algum ou qualquer outro tipo de apoio, como por exemplo, apoio emocional para melhor elaboração de todo o processo.

E devido ao tempo em que normalmente o adolescente permaneceu acolhido, a Instituição passa a ser seu ponto de referência mesmo depois de se desligarem desta. Foi possível concluir no ato da realização desta pesquisa que a maioria dos adolescentes que saíram da Instituição a visitam, permanecendo nesta, muitos dias hospedados. Inclusive, uma das adolescentes entrevistadas, todos os meses deixa seu bebê de alguns meses de vida sob a tutela da dirigente em foco para visitar o seu companheiro no presídio. Normalmente, a adolescente demora cinco dias para ir e voltar porque a distância é grande entre a cidade onde se localiza a Instituição de Acolhimento e o presídio.

Da mesma forma que o primeiro adolescente a ser desligado da Instituição, há dez anos visita todos os anos a Instituição, inclusive, se programa com relação às férias do trabalho para poder ficar o mês inteiro. Sob essa perspectiva D1 reafirma:

“(...) a gente acaba se tornando é, uma família para esse jovem (...) ele acaba vendo a Instituição como a casa dele, como o lar que ele conviveu muitos anos, o lar que ele cresceu (...). Eles acabam vivendo muitos anos na Instituição e os vínculos acabam se estreitando, então, isso é automático. Então, eles acabam sim, retornando sempre, é... Vindo visitar, passar o final de ano, isso ocorre bastante. Mantém contato por telefone”.

Cabe ressaltar que durante a realização desta pesquisa, foi presenciado um desligamento de uma criança de nove anos que há quatro anos vivia na Instituição, sem vínculo algum com seus familiares. A criança estava passando uma semana de férias na casa de uma família acolhedora quando a Instituição foi comunicada pelo Conselho Tutelar de que a buscariam no outro dia, pois, o seu genitor havia ganhado na justiça o direito de sua guarda, novamente. E assim, C. retornou da família acolhedora no outro dia e em seguida, recebeu a notícia do seu desligamento. Rapidamente seus pertences foram arrumados e dentro de poucos minutos o carro do Conselho Tutelar da sua cidade natal estava a sua espera na Instituição. Quando C. de fato se deparou com o carro, começou a deferir pontapés contra a porta, amassando-a em diversos lugares e aos prantos C. foi colocada no carro.

2.3 As conseqüências do desligamento para o desenvolvimento psicossocial do adolescente

D1 afirma que, o desligamento em si é um processo que gera diversas conseqüências ao desenvolvimento psicossocial do adolescente:

“Eu creio que acarreta sim (...) uma sensação de desamparo muito grande, (...) depressão, (...) mau comportamento, (...) comportamento assim duvidoso, ou seja, aquele que nós chamamos de “bate a cabeça pra cá e pra lá”, né?! Fica assim desnorteado, sem saber o que fazer, sem saber para onde ir. Então, acho que a sensação de desamparo é maior, é a maior delas”.

No caso específico das adolescentes (sexo feminino), D1 enfatiza que as conseqüências do desligamento são mais evidentes no que se refere à mudança de comportamento, pois:

“Essa menina acaba, às vezes, retornando é... vem visitar depois e ela está grávida, ou está com criança, já nasceu... Ou, já se envolveu numa vida errada, há uma

mudança de comportamento muito grande, porque são por aí e já vai viver de forma errada. Vai viver onde dá certo, e este onde dá certo, pode ser em qualquer lugar, o que vai atingir a vida dessa jovem, dessa adolescente”.

No decorrer do desenvolvimento da pesquisa, D1 afirmou-nos durante conversa informal que a maioria das adolescentes que viveram na Instituição em foco, tiveram filho logo que se desligaram desta, inclusive, uma das adolescentes estava com o seu bebê na Instituição e pudemos ver que a genitora (adolescente) não tinha preocupação alguma com alimentação, higiene da criança, vestimenta. Esta adolescente estava se arrumando para ir embora, depois de ter ficado um longo período de tempo na Instituição, em visita, e passou o horário da alimentação e o bebê não foi alimentado. Ele estava sujo por ter regurgitado várias vezes e ainda tinha defecado. Tempos depois, obteve-se a informação de que ela viajara com a criança por três horas nas condições acima expostas e ao chegar ao destino, deu banho no bebê no banheiro da rodoviária.

Como alternativa para amenizar a situação apresentada D1 aponta que deveria: *“(...) fazer uma república, criar uma república da Instituição mesmo, onde esses jovens pudessem ficar (...) depois do desabrigoamento (...)”.* Ressalta ainda, que: *“(...) o governo tinha que ter uma solução para isso, um projeto (...) de amparo aos desabrigados e que desse condições financeiras para pessoas estarem cuidando desta parte”.* Completa: *“(...) criação de um espaço, de um amparo, de um apoio psicológico, (...) financeiro (...) para esse jovem caminhar sozinho. (...) criação de um projeto (...) a necessidade é muito grande”.*

2.4 Preparação gradativa para o desligamento

A preparação gradativa deveria começar ao menos um ano antes, de acordo com D1, porém, conforme foi apontado no decorrer desta pesquisa, às vezes a notificação do desligamento e o próprio desligamento acontecem simultaneamente.

Basicamente o diálogo é a ferramenta utilizada para preparar o adolescente para esse momento tão decisivo para a sua vida, D1 afirma:

“Conversas. Conversas e explicações tudo assim, em termos de, olha... A lei manda!”. E ainda, é abordada a questão do enfrentamento do mundo, isto é: “(...) é falado sobre (...) como essa pessoa vai encarar (...) realmente enfrentar o mundo aí fora, é... Trabalhar, buscar fazer algo de bom para a vida dela, se manter (...)”.

O medo do desconhecido é um sentimento que permeia a preparação gradativa para o desligamento, pois, segundo D1 o adolescente tem dificuldade em aceitar a nova realidade, pois:

“(...) tem dificuldade de encarar, começa a ter medo do futuro, do que vai ser depois (...)”. Enfatiza ainda, que a maioria dos adolescentes começa a sentir-se rejeitado, excluído pela Instituição a partir do momento em que recebe a notícia.

“É um processo doloroso, em minha opinião é doloroso, seria melhor a gente chegar e falar: “Olha, quando você completar 18 anos, você pode continuar aqui”. Entendeu? Porque para eles é horrível, é horrível. É um sofrimento muito grande”, afirma D1.

Encerram-se assim, os resultados alcançados a partir dos dados coletados através da entrevista “O Desligamento Institucional” aplicado com a D1 e iniciam-se os resultados que foram obtidos a partir da aplicação da mesma entrevista com a D2.

2.1 Desligamento institucional: um processo de construção contínua

Basicamente, são três os motivos que acarretam o desligamento Institucional de acordo com D2:

“(...) as crianças que retornam para as famílias e as crianças que são inseridas em famílias substitutas e também tem a questão de quando atinge a maioridade”.

Em qualquer uma das hipóteses apresentadas, o trabalho é feito de forma gradativa, é um processo de construção contínua, *“é (...) despedida com significado (...)”* afirma D2. Em acordo estabelecido entre a entrevistada e o Juiz ficou estabelecido que as crianças teriam sete dias, após determinação judicial, para serem desligadas da Instituição de Acolhimento.

Mesmo antes desse tempo (sete dias após notificação para que ocorra o desligamento) todo um trabalho foi realizado com os indivíduos acolhidos na referida Instituição, cita D2:

“(...) é feito caixas, essas caixas são encapadas, são construídas por todos. (pausa, a dirigente se emociona). (...) é muito legal quando elas vão construindo. (...). Então, quando essas crianças vão embora é colocado nessas caixas todo o amor que elas tiveram e que elas puderem levar. (...) elas constroem bilhetes (...) escolhem o que querem levar (...) elas escolhem o que elas mais se apegaram (...). Então, elas já sabem que quando vão

embora, o que foi mais importante para elas, vai com elas, até simbolicamente falando, né? (...) elas ficam surpresas (...)”.

Como exemplo para ilustrar a situação relatada, D2 aponta:

“Um dia eu estava fazendo um acompanhamento com uma das adolescentes que estava indo embora e ela falava: “Tia, será que eu posso levar isso?” Aí eu dizia: “Você quer levar isto?” E aí ela falava: “Eu quero”. Isso é muito rico (...) são pessoas que (...) voltam e procuram ajuda. (...) Então, de repente tem coisas que a gente não vai poder fazer por elas, mas, percebo que elas lembram que tem alguém que num determinado momento elas confiaram, que elas terão onde recorrer”.

Interessante pontuar que a Instituição também trabalha a importância de alguns objetos permanecerem na casa devido ao fato de serem bens-comuns a todos, pertencem à comunidade, como por exemplo: o videogame, conforme ressalta D2:

“Trabalhamos o desligamento de algum pertence (...) que é da casa mesmo (...) é trabalhado o que é de todos, o que dá ou não para levar (...)”.

O processo de desligamento Institucional é muito mais do que simplesmente “ir embora”, mediante as palavras ditas por D2. O processo não deve ser um momento de confusão, tristeza, pois:

“(...) não é um ir qualquer, não é abrir um portão como era feito antes, era muito triste, as crianças choravam, ficavam todas desesperadas, porque saía à decisão judicial e imediatamente a pessoa já estava aqui na porta para levar... Aquela confusão. Tinha que pegar as coisas das crianças colocar nas (...) nas sacolas, a família ficava desesperada, tendo que levar a criança naquele momento (...) você ficava triste de ver a carinha deles, de pensar: “Ele está indo... Eu estou ficando...”. Era muito triste, choravam (...). Me desculpe a emoção”, ressalta D2.

Desde o momento da entrada da criança ou do adolescente na Instituição, é enfatizado que o acolhimento é de caráter provisório e que dentro em breve, estas se desligarão da Instituição, conforme aponta D2:

“(...) a gente trabalha muito que aqui não é o lugar delas, que elas têm o espaço, o lugar, onde são amadas. (...) não é um lugar aonde a gente vem para morar para sempre (...) nós temos um ótimo espaço para elas, mas, nós não estamos aqui para iludí-las: “Aqui é um lugar maravilhoso e você tem que ficar aqui”. “Não! Aqui é um lugar que nós vamos atendê-la muito bem enquanto você precisar de nós, mas, aqui não é o seu lugar, o seu lugar ou está por vir ou é aonde você conhece, identifica””.

A comunicação também é uma das ferramentas utilizada pela Instituição que contribui no processo de desligamento, para a clareza do processo, pois, de acordo com a D2:

“(...) audiência (...) tudo é comunicado antes. Temos o PIA (Plano Individual de Atendimento), a gente lê o PIA, lê qualquer procedimento antes deles se apresentarem no Fórum. Faz um acompanhamento com ela: “Olha, você está de acordo com o que nós estamos colocando aqui? Estamos colocando que o seu desenvolvimento foi esse, esse, você concorda?”. (...) Então elas são também informadas. O tempo inteiro elas estão sabendo o que está acontecendo com elas, de como vai ser. Então nunca é novidade”.

2.2 Acompanhamento oferecido no ato do desligamento

O acompanhamento do processo de desligamento é realizado com a presença da equipe técnica e esta acompanha a criança e sua família por um longo período de tempo. Segundo D2:

“Eu procuro (...) ter esse reconhecimento que na hora de ir embora vai ter alguém ali, que vai acompanhar esse desligamento”.

Como não há auxílio estatal e ou projetos municipais que amparem as crianças desligadas da Instituição ao menos por curto período de tempo. A Instituição já elaborou um projeto que foi encaminhado para a Câmara Municipal e aguarda aprovação e que visa atender tais famílias após desligamento, a Instituição prioriza manter vínculo pelo tempo que for necessário, segundo relato da D2:

“Hoje, por exemplo, a gente tem crianças desabrigadas há um tempo e que a gente continua visitando, continua levando aquilo que a gente tem a oferecer, então: calçados, leite (...) se estão precisando de alguma coisa, oferecemos para esses que foram embora freqüentar a entidade. (...) já cheguei a receber uma pessoa que veio me dizer: “Olha, as crianças estão dormindo no chão, eles estão sem cama”, e aí a gente providencia uma cama e dá seqüência ao trabalho, para que essas famílias não fiquem desamparadas”.

A Instituição procura manter este tipo de contato devido ao fato de que outros órgãos públicos não o fazem depois que as crianças se desligam, apesar de grande necessidade e até ser um pedido feito pelas famílias, fato este evidente na fala da D2:

“(...) depois que as crianças saem daqui, que fica claro para mim, que elas não recebem nenhum tipo de visita, de atendimentos feitos pela equipe técnica do fórum. (...) isso eu posso afirmar porque eu faço as visitas e pergunto: “Vocês receberam visita do conselho tutelar? Do setor técnico do fórum?”. “Não, nunca mais vieram!”. (...) tivemos um caso de

uma menina (...) ela foi para uma família substituta e não houve acompanhamento, a senhora pediu que precisava de um acompanhamento e não foi feito, não deram suporte e ela retornou. A adolescente acabou retornando para a Instituição”

2.3 As conseqüências do desligamento para o desenvolvimento psicossocial do adolescente

Segundo D2, o desligamento provoca conseqüências tanto positivas quanto negativas ao desenvolvimento psicossocial não só na vida do adolescente que tem que se desligar da Instituição ao completar 18 anos, bem como, para a vida de qualquer criança que esteja Institucionalizada e:

“(...) desejo de uma família é uma confirmação positiva, porém, o desligamento das pessoas que estiveram com ela no abrigo promove angustia a curto prazo, depois, a liberdade adquirida fala mais alto”, afirma D2.

Trata-se de um momento que provoca mudanças drásticas de comportamento, em alguns casos, e muitas vezes tais mudanças são impostas pelo meio social na qual ela passa a viver. Ocorre que, as novas famílias não consideram a história de vida vivida pela criança ou pelo adolescente anteriormente ao seu desligamento institucional.

Como exemplo, D2 aponta:

“Crianças que foram para família substituta, ao meu ver, mudam drasticamente e é muito serio o que eu observei (...) as crianças são orientadas (...) de que elas não devem ter aproximação com as crianças da casa abrigo, que elas têm que ficar distante. Eu sinto que as famílias gostariam de anular, de apagar, aquela fase da vida desse filho (...) o abrigo seria o último lugar que eles queriam que aquele filho tivesse passado”.

A situação apresentada é comum e grave ao mesmo tempo, a ponto de provocar tristeza e indignação à equipe técnica, de acordo com D2. Chega ao extremo de a família vir pedir ajuda à própria Instituição no sentido de fazer com que esta criança esqueça o seu passado, o tempo em que esteve acolhido, fato este que pode ser confirmado na fala de um dos pais que procuraram D2:

“Quando é que ela vai parar de ver as pessoas do abrigo na rua e atravessar a rua e querer sair correndo para abraçá-la?”. D2 completa expondo sua tristeza: “(...) foi muito triste ver a preocupação desse pai com essa criança, sem dar importância ao que ela sentia. E também com relação a essa mesma criança a família devolveu todas as roupinhas

que ela levou da casa abrigo, sob alegação de que as roupinhas não tinham um significado para ela. E a gente sabia o quanto àquelas roupinhas era importante para ela (...)”.

E ainda cita:

“É muito comum ver isto. A família substituta quer apagar da vida da criança aquele momento. Já vi criança passar, que estiveram na casa abrigo, passar de van da escolinha e abaixar a cabeça quando passa em frente, eu vi ta? Isso ninguém me contou! Abaixa a cabecinha para passar na frente da casa abrigo, para não olhar para dentro da casa (...)”.

Como alternativas para amenizar as conseqüências provocadas pelo desligamento institucional no desenvolvimento psicossocial dos envolvidos, a dirigente em foco aponta para a necessidade de cursos específicos às famílias substitutas, visitas destas a Instituição continuamente, possibilidade de esta família passar final de semana com a criança, integração dos órgãos públicos com a Instituição, maior rigor no cadastro das famílias que desejam adotar, pois, segundo D2:

“Adoção não é simplesmente você ir lá e buscar uma criança que está lá sem família (...) tem uma série de fatores envolvidos, tem uma série de situações preocupantes a se lidar. (...) as pessoas não sabem como fazer quando adotam uma criança, não digo todas, mas, a grande maioria. Porque elas querem transformar uma realidade do qual não dá para ser transformada. (...) eu até propus ao fórum (...) que a gente pudesse fazer um trabalho com as famílias que estão no cadastro”.

2.4 Preparação gradativa para o desligamento: fortalecendo as redes

A preparação gradativa para o desligamento prioriza o fortalecimento das crianças e adolescentes imersos em tal situação, bem como, o fortalecimento da família e a importância desta para a vida e desenvolvimento da criança e adolescente que se desligará, isto é:

“A gente trabalha a importância da família (...) se ela está indo para outra família, ou voltando para a sua família, a gente trabalha a importância desse contexto para ela, do contexto familiar”, afirma D2.

O processo envolve toda equipe que desenvolve trabalho na Instituição, as crianças e os adolescentes acolhidos, pois, visa integrar a todos de forma prazerosa, construtiva. Segundo D2, durante o tempo em que as pessoas permanecem acolhidos, estes passeiam,

desenvolvem várias atividades e tudo vai sendo documentado por meio de fotos e depois é construído um álbum de foto em grupo, porém, cada um tem o seu. D2 ressalta:

“(...) tudo o que elas vão vivendo elas vão documentando (...) e aí quando ela vai embora ela leva esse álbum de foto com ela, a história da vida dela (...) o momento, aquela situação (...) em que todo mundo participa”.

“Como eu disse anteriormente, todo o desligamento e o desfecho da situação é feito junto com elas (...) não é um ir e deixar para trás uma história e agora é outra... (...) é uma situação que se mantêm de forma tranqüila, eu vejo que não já problemas depois com os contatos. Quando a gente vai numa casa e encontra essas crianças, elas vêm com tanto carinho e te recebe (...) É, sabe, essa coisa gostosa?!”, ressalta D2.

A inclusão de todos é algo presente desde o momento da chegada da criança ou do adolescente à Instituição e visa também englobar a todos os membros das famílias destes, bem como é algo que provoca satisfação a todos os envolvidos. Sob essa perspectiva D2 afirma:

“Em dia de reunião, eu incluo todos da família. Então os pequeninos também são incluídos nas terapias que a gente faz. Perguntei para eles porque nos reuníamos e um deles disse: “Para você ajudar a gente”. (...) achei muito lindo, pequenininho, ele respondeu tão espontaneamente que fica claro, inclusive para eles, que a situação deles de ir embora é vista diferente (...) eles levam (...) a idéia de que a ajuda foi importante e ela permanece”.

D2 enfatiza a importância de toda rede social estar participando do processo de preparação gradativa para o desligamento da criança, como por exemplo, a equipe do setor técnico judiciário, apesar de ainda não ser uma realidade vigente, D2 ressalta:

“Isso é o meu desejo que deveria ser diferente em uma entidade, que de fato nós formássemos uma equipe e que essa equipe pudesse funcionar em prol das crianças, porque senão, não estaremos trabalhando de fato em prol das crianças”. Sob essa perspectiva D2 afirma que trabalhos isolados, são *“uma realidade que é furada”.*

Encerram-se assim, os resultados alcançados a partir dos dados coletados através da entrevista “O Desligamento Institucional” aplicado com a D2 e iniciam-se os resultados que foram obtidos a partir do roteiro de entrevista denominado: “As conseqüências do Desligamento Institucional” aplicado com os adolescentes das Instituições A e B.

3.1 Caracterização dos adolescentes

Por meio da análise dos prontuários dos participantes foi possível constatar que os motivos que os levaram a ingressar nas Instituições de Acolhimento foram: orfandade

materna vinculada à prática de violência sexual por parte do genitor; exploração materna (objeto utilizado para a mendicância e prostituição) vinculada à prática de abuso sexual por parte do genitor; abuso sexual praticado por ambos os pais atrelado à violência psicológica e ainda, abandono.

Os participantes em foco, permaneceram nas Instituições por um período que varia de dois a oito anos, uma participante saiu há um ano e quatro meses e os demais, cerca de quatro a dez anos. Dois possuem o ensino médio completo, dois pararam no primeiro ano do ensino médio e dois na oitava série do ensino regular. Dos seis participantes entrevistados quatro trabalham, dois não trabalham, sendo que destes, dois moram sozinhos, um mora com um amigo, um com a família constituída após o casamento (marido e filho), um reside com o esposo e um reside com a filha, conforme pode ser observado na tabela 1 que segue.

Quadro 3 – Características dos participantes

Durante a realização das entrevistas foi possível constatar que os participantes que possuem uma profissão, são profissionais reconhecidos na área e ainda, que permanecem no emprego desde a época em que se desligaram da Instituição de Acolhimento.

Identificação	Idade atual	Escolaridade	Tempo de Institucion.	Com quem Reside	Profissão
P1	28 anos	Ensino regular completo	4 anos	Sozinho	Mecânica de moto
P3	27 anos	Ensino regular completo	6 anos	Sozinho	Cortador de roupa em fábrica
P4	25 anos	Ensino médio completo	6 anos	Com marido e filho	Diarista
P7	20 anos	Ensino médio completo	8 anos	Com a filha bebê	Não trabalha
P9	20 anos	Primeiro ano do ensino médio	5 anos	Com marido	Não trabalha

P11	19 anos	Primeiro ano do ensino médio	2 anos	Com a amiga	Diarista e Garçonete
-----	---------	------------------------------	--------	-------------	----------------------

Importa ressaltar que quando foi pedido durante a entrevista que os participantes se descrevessem, quase todos se descreveram apontando para suas qualidades, habilidades, nenhum participante se descreveu fisicamente, e só um participante não quis responder. E, dentre as diversas qualidades elencadas, podemos citar: Carinhosa, Meiga, Compreensiva, Divertida, Trabalhadeira, Honesto, Responsável. Algumas conotações positivas podem ser observadas nas falas de P1 que afirma:

“Eu me descrevo como uma pessoa trabalhadora, honesta, direita. Tento fazer as coisas corretas dia-a-dia e bola pra frente, né?! Fácil não é”. P11 se descreve da seguinte forma: *“(...) me acho assim, uma menina responsável, menina (...) bonita, capaz de crescer, de conseguir as coisas. É isso!”*.

3.2 Maioridade: um dos motivos que acarretam o desligamento institucional

Segundo o conhecimento de quatro entrevistados, a maioridade, de modo geral, é um dos principais motivos que acarretam o desligamento Institucional, e no caso, também foi o motivo que os levou a se desligar da Instituição e é algo inevitável. Este fator acontece, de acordo com P3:

“(...) pra poder ajudar outras crianças, pra dar lugar pra outras crianças (...)”. Sob essa perspectiva P1 ressalta: *“(...) quando você completa os 18 anos você é obrigado a sair, né... Querendo ou não, não tem como você...”*.

Para P7, o seu desligamento institucional em específico está ligado ao fato de sua família ter a procurado perto de atingir a maioridade, porém, o processo nem sempre acontece da forma planejada, aponta:

“(...) devido aos meus familiares, minha irmã ter vindo, procurado a Instituição pra tirar eu (...) Mas, acabou que fui embora, acabou que minha irmã faleceu e eu fiquei com minha outra irmã”. Sendo assim, a entrevistada acredita que o fato de a família estar apta a receber os filhos de volta, também se caracteriza como um dos motivos que acarretam o desligamento Institucional.

De acordo com P4, o seu desligamento foi algo desejado mesmo que fosse inevitável. Fato este que pode ser observado em sua fala:

“(...) em minha opinião (...) como sempre eu seria a culpada de tudo (...) eu mesmo preferi sair (...)” Completa: “(...) não deu nem tempo (...) com as coisas que estavam acontecendo lá dentro, que eu via muita coisa, muita coisa errada, mesmo que eu ficava na minha, eu não abria a boca pra nada (...)”. A participante afirma ainda, que a maioria é um dos motivos que acarretam o desligamento Institucional, porém, acredita ser algo que acarreta dúvidas: “(...) 18 anos (...) quando tem que deixar (...) E quando você não tem lugar para ir?”, afirma P4.

3.3 O impacto da notificação do desligamento e as redes de apoio

A notificação do desligamento é um momento permeado por diversos sentimentos de acordo com a visão dos entrevistados que viveram nas Instituições pesquisadas, ainda mais quando a notícia é dada próximo ao momento do desligamento em si. De acordo com o P1, o recebimento da notícia foi uma surpresa que na verdade, provocou um choque, medo, incertezas, afirma:

“Foi (...) complicado (...) vamos dizer assim, um choque. Na hora você sente medo. É como se não tivesse na onde pisar, não tem chão mais. Você fica inseguro (...) não sabe para onde vai.”. Completa:

“(...) uma notícia que pega você de surpresa (...) é cruel, assim, na hora, você sente medo (...) porque às vezes você não está preparado para aquilo (...). É como se tivesse que dá um tiro no escuro”. Ressalta: “Fui avisado uns quatro meses antes (...)”.

Para o entrevistado em foco a preparação gradativa para o desligamento deveria acontecer pelo menos um ano antes, o que daria tempo para se profissionalizar e ter onde morar, porque no caso dele em específico foi residir com um amigo que visitava esporadicamente e este, também não estava preparado para recebê-lo no momento:

“(...) fiquei sem rumo (...) sobrou à casa de um amigo (...) ele não estava preparado para me receber. Foi assim por acaso (...)”.

Sob essa perspectiva P3 cita que o momento é de tristeza ainda mais devido ao fato de se ter morado por um longo período de tempo na Instituição: “(...) é triste (...) tem que sair (...) é meio embaçado quando sai não tem para onde ir (...)”. Ainda segundo o entrevistado, ele foi comunicado que deveria se desligar da Instituição três semanas antes e acredita ser necessário um tempo maior para preparação para o desligamento, afirma:

“(...) para organizar, ver um lugar para onde vai, comunicar os parentes (...) porque a gente só tem parente longe, sem ter parente perto, fica meio complicado”. Antes de

estabelecer moradia fixa ressalta que foi morar em diversos lugares e contou com a ajuda de diversas pessoas:

“(...) fui para São Paulo, voltei, procurei meu colega (...) fui pra (...) vim pra (...) fui pra São Paulo mais uma vez, não deu certo, daí eu voltei, agora to aqui”. Completa: *“um patrão me ajudou, colegas, muitas pessoas me ajudaram”*.

P4 também enfatiza que mesmo não ter sido necessário comunicá-la da decisão judicial, o fato de ter que deixar a Instituição também a deixou chateada devido ao fato de não ter para onde ir e devido ao fato de as coisas terem acontecido da forma em que aconteceu. P4 aponta:

“(...) fui ver os meus irmãos, eu cheguei e minhas coisas já não estavam mais no lugar, já estavam em outro lugar (...) eu não tinha alternativa a não ser ir com o meu namorado. Então eu fiquei um bom tempo na casa dele, depois eu casei e estou casada até hoje”. E ainda, cita:

“(...) fiquei chateada porque primeiro lugar não tinha família, não tenho família aqui (...) fui pra casa do meu namorado e foi surpresa para eles, mas, me receberam com o maior carinho”. Como a participante não teve tempo para se preparar, ela acredita que é necessário que o adolescente ao menos tenha um trabalho para se manter, para pagar aluguel, completa: *“(...) para se preparar pra vida, porque do contrário, como a pessoa pode se preparar sem ter um lugarzinho?”*.

A notícia do desligamento também deixou P7 muito chateada, porém, esta não exitou em deixar vir à emoção, isto é, no momento em que soube através do contato telefônico com a irmã, de que deixaria a Instituição dentro de dois meses: *“chorei bastante”*, afirma P7. O choro era resposta a uma situação inusitada em que tudo já estava preparado:

“(...) tudo já estava encaminhado (...) não podia, tipo, é revidar (...) eu não estava preparada (...) acho até, que por mais que se prepare, quando você está acostumado, assim, sempre dá um baque”, aponta P7. No caso específico desta participante, o seu desligamento foi permeado por mais um agravante que era o fato de a pessoa que a recebeu, não estar preparada a tal intento, e sobre essa questão, esta cita que:

“(...) porque na verdade, quem ia me receber era minha irmã que tinha falecido. Como ela faleceu uma outra irmã me recebeu (...) pra falar a verdade, eu acho que ela nem estava preparada e nem estava querendo”.

“(...) uma tragédia (...)”, foi o que pensou P9 no momento em que recebeu a notícia de que deixaria a Instituição. E a tragédia se dá ao fato de que a entrevistada considera que voltar a viver com a mãe novamente, não daria certo:

“*Não estava preparada porque viver com a minha mãe ia ser uma tragédia (...) ela não sabe cuidar de ninguém (...)*”. Mas, se preparar também não é necessário, segundo a participante: “*(...) saiu de lá, já era*”. Foi possível observar que a adolescente, na ocasião, foi morar com a avó apesar desta não estar preparada para recebê-la, de acordo com a sua visão. Depois morou com a tia, e finalmente, casou-se e foi morar com o seu esposo. Assim que se desligou da Instituição P9 também recebeu apoio de amigos, do seu irmão que também vivera na Instituição e juntos, jogavam bola, andavam de bicicleta, momentos descritos com alegria pela participante no ato da realização da pesquisa.

Mesmo sabendo, desde quando foi acolhida, que deixaria a Instituição ao fazer 18 anos, P11 retrata a tristeza presente no momento da notificação, através da sua fala:

“*(...) o coraçõzinho já ficou na mão. Triste, né? Porque no momento você está num lugar bem acolhida (...) você sabe que vai completar aquela certa idade, você vai ter que sair, é meio difícil (...) você vai contando os dias (...) não para você ir embora logo, mas pra vê se você podia fazer alguma coisa (...)*”. O apoio dos funcionários da Instituição foi algo marcante para a vida da entrevistada, pois, segunda esta, estes sempre estavam passando mensagens positivas, animadoras, para ajudá-la a se preparar para o momento em si, porém, P11 ressalta:

“*(...) não me sentia preparada para ir de volta lá pro mundo, porque do portão pra fora é mundo, né? Eles falavam você vai conseguir, você vai ter sua casa, você vai ter... Pra me animar (...) e de tanto eles falarem isso, que eu saí lá fora e falei: “eu e Deus agora”*”.

3.4 Redes de apoio presentes no ato do desligamento: e suas possibilidades de contatos futuros

De acordo com três participantes nenhum representante dos órgãos públicos municipais e ou mesmo estaduais acompanharam o processo de desligamento no ato da sua ocorrência, fato este expresso com muita convicção por P1: “*Não! Ninguém acompanhou! Ninguém! Ninguém!*”

Em contraposição à situação apresentada, dois participantes contaram com o apoio de Conselheiros Tutelares e um participante contou com a colaboração da Psicóloga e da Assistente Social da Instituição de Acolhimento, não só durante o ato do Desligamento, bem como, acompanham atualmente. Em ambos os casos, foram observados que as redes de apoio continuam exercendo sua função, conforme cita, por exemplo, P9:

“A V. me acompanhou. A melhor conselheira que tem e eu tenho amizade com ela até hoje, tem vez que ela para aqui no portão (...)”.

Mesmo existindo tal lacuna em alguns dos casos, no que se refere à presença da rede social pública no ato do desligamento, foi possível constatar que todos os participantes apontaram à presença de outros atores sociais no momento aqui citado, entre estes se podem apontar: alguns colegas, o patrão, a família do namorado, em dois casos foi possível detectar a presença de um dos membros da família de origem, em específico, a irmã, e em outro caso, a tia.

Porém, um dos participantes ressaltou que o acompanhamento foi imposto pelo judiciário à sua irmã e este classifica que a tentativa não foi tão bem sucedida, pois, sentia que esta não estava preparada a tal intento, inclusive, após o desligamento a entrevistada foi residir junto dela, ela afirma que:

“(...) ela nunca esteve preparada, né?! Porque eu penso assim (...) que ela fez por dó (...) penso, na minha cabeça, porque depois que ela me pegou, ela me deu... Chutou-me... Falou assim: “Não dá mais!”. Entendeu? (...) De novo eu achei que ia cair (...) mas, não, eu consegui de novo, levantei (...)”.

3.4.1 Vínculos afetivos mantidos após o desligamento

Foi possível constatar que a maioria dos participantes mantém os vínculos afetivos estabelecidos durante o processo de Acolhimento. Aliás, só dois entrevistados relataram não ter contato algum nem com as crianças e adolescentes que viveram na Instituição durante o tempo em que esteve acolhido, nem com os funcionários da referida Instituição. P9 afirma que o único contato que mantém é: *“Só com meu irmão mesmo, eu gosto demais do meu irmão (...)”.* Importa ressaltar que a entrevistada em foco foi acolhida junto com o irmão, porém, após o desligamento Institucional cada qual foi morar em local distinto, mesmo assim, observa-se que estes procuram manter estabelecidos os vínculos afetivos.

Sob essa perspectiva, P11 argumenta que a manutenção de tais vínculos é significado de apoio, é algo que pode ser praticado sem limites. Quando indagada se mantinha vínculo afetivo com os funcionários, com as crianças e adolescentes, aponta:

“Demais (...) Eu venho (...) sempre venho, trago sorvete para elas (...) Ixe! Quase mato os funcionários, vou a casa deles, venho aqui (...) convivo o dia inteiro com uma pessoa que faz parte daqui (...). Então, é minha família. São pessoas que se eu chegar, vamos supor,

acontecer alguma coisa (...) eu sei que vão estar comigo. É eu saí da casa, mas, para mim, não acabou ali”.

P1 afirma que os seus contatos são mantidos tanto pessoalmente, quanto através de contato telefônico: *“Vejo na medida do possível (...) mas eu ligo, procuro saber um do outro porque é bom, né?”.*

3.5 Expectativas de vida futura

Por intermédio da realização da pesquisa, foi possível detectar que as expectativas de vida futura dos participantes após o desligamento, possuem diversas conotações tanto positivas como negativas que vêm permeadas por diversas sensações como, medo, desapontamento, e até mesmo felicidade. Sob essa perspectiva, P11 ressalta:

“Muitas coisas passaram pela minha cabeça, positivas, negativas, uma hora eu pensava: “Não vai dar tudo certo”, outra hora eu falava assim: “E se eu não conseguir?”. Completa: “Às vezes você fica com medo sabe... Das pessoas terem muito preconceito (...)”. Para P7 não foi diferente, pois, enfatiza: *“(...) imaginei que seria de um jeito tipo... Melhor (...) ou até pior (...)”.*

De acordo com P1, a realidade não permitia imaginar muita coisa, cita:

“(...) não, não imaginava (...) por você não estar preparado, às vezes, você acaba não imaginando muita coisa (...) nem criando expectativas. Você fica perdido”. Para P4 também não foi diferente, enfatiza: *“Hum... Fiquei desapontada e não conseguia imaginar nada”.*

Segundo P3, a vida após o desligamento seria diferente da realidade vivida na Instituição no que se refere à própria manutenção, pois, a partir de então *“Tem que trabalhar, pensar na vida, trabalhar...”*, ressalta o entrevistado. Em contraposição P9 acreditava na maravilha que seria a vida após o desligamento, ressalta que a felicidade estava ligada ao fato de se constituir uma nova família, ou mesmo reencontrar a família de origem: *“Nossa... Maravilhosa! (...) ao sair de lá, se terá a sua família, tem a sua família, tem a sua tia (...)”.*

3.5.1 A realidade encontrada

Após o desligamento, a realidade encontrada pela maioria dos participantes não foi algo tão fácil de ser vivido, foi difícil o período de adaptação e em alguns casos essa adaptação ainda não aconteceu, foi um verdadeiro enfrentamento. Sob essa questão P4 afirma:

“(...) foi horrível. Sabe, na hora que você vê que as coisas não saíram do jeito que você sempre sonhou e acaba sendo no lugar errado... (...) até eu conseguir (...) serviço (...) pra eu conseguir pelo menos ajeitar uma casinha pra mim, mas (...) não deu tempo (...)”. E ainda, afirma que a adaptação foi algo complicado e a maior dificuldade encontrada pela participante foi o fato de arrumar trabalho e conseguir adquirir bens materiais. *“(...) às vezes (...) comprar alguma coisa, fica difícil”*, aponta a entrevistada.

As dificuldades encontradas por P1 após o desligamento, foram: à ausência de apoio, a falta de ter algo certo para gerar renda e sustento, a interrupção dos estudos. O participante ressalta:

“(...) seu eu tivesse pelo menos um algum apoio, algo pra você sair firmado, de repente algo que você gosta, né? Acho que as coisas poderiam ser diferente, né?”. Completa: *“Mais a parte do estudo, por não ter uma formação, tipo um curso (...)”*. Com relação à adaptação, aponta *“Eu ainda, totalmente não me adaptei. To ainda tentando porque não é fácil”*.

De acordo com a P11 a realidade apresentada desencadeou insegurança e tal fator pode ser observado em uma de suas falas:

“No comecinho foi meio tenso, fiquei assim perdida (...) perdida, sabe? O que vou fazer? Por onde eu começo” E ainda, aponta que a sua maior dificuldade foi enxergar as coisas como de fato o são, ter que decidir tudo sozinha:

“(...) dificuldade, assim, ta sendo (...) enxergar as coisas (...). (...) nossa, se tem vontade de fazer aquilo, mas, sempre é bom uma segunda opinião, sempre eu tinha (...) tudo o que vou fazer, eu mesmo tenho que tomar a minha opinião. Então, às vezes é meio chato isso, mas, eu vou melhorando isso e você vai aprendendo também com as coisas”. A mesma sensação teve o P3 que afirma: *“(...) quando se sai se fica meio perdido”*. E ainda, ressalta que tudo está ligado ao fato de ter ficado muito tempo acolhido Institucionalmente e sua maior dificuldade foi morar sozinho e arrumar uma casa.

A realidade encontrada também não foi nada fácil de ser vivida, de acordo com a fala de P7: *“Não foi fácil. Há! Meio difícil”* e ainda, a maior dificuldade enfrentada foi: *“(...) a fome”*, afirma a entrevistada. Em contraposição a todos os depoimentos apresentados, P9 declarou que não teve dificuldades em se adaptar ao novo, apesar de sentir falta dos funcionários da Instituição de Acolhimento. A entrevistada enfatiza que também teve que lidar com uma realidade da qual não estava acostumada, que envolvia drogas, bebidas, afirma: *“(...) porque lá dentro você não tem essas coisas de droga, bebida, essas coisas que passam na televisão”*.

3.5.2 A questão financeira

Os resultados da pesquisa apontaram que todos os participantes tiveram que buscar uma fonte de renda e sustentação logo após o desligamento, uma vez que, não tiveram respaldo financeiro governamental. P1 conseguiu se manter através do trabalho que arrumou na ocasião da ocorrência dos fatos, e neste se mantém atualmente. Não teve apoio financeiro de outras pessoas. A situação também não foi diferente para P3, teve que arrumar um emprego, porém, muitas pessoas o ajudaram durante esse período, entre estas, aponta:

“É, meus familiares, os parentes que são os meus irmãos e o patrão que mais me ajuda”.

De acordo com P4, o trabalho foi essencial para a sua manutenção, sob essa perspectiva a entrevistada ressalta:

“(...) aquele que não tem família, esse que é complicado (...) eu sugiro que tenha um trabalho em primeiro lugar, um lugar onde ele possa (...) se manter (...) trabalhar, pelo menos ele paga um aluguel ou ele começa a se preparar pra vida, porque senão, que jeito que a pessoa vai se preparar para ter um lugarzinho?”. P4 pode contar, na ocasião, com o apoio do seu namorado, atualmente, seu marido.

A entrevistada P7 afirmou que a princípio teve que arrumar um trabalho, porém, atualmente sobrevive da pensão que o governo a oferece. E como rede de apoio, conta esporadicamente, desde o seu desligamento com a ajuda da sua genitora, e da sua irmã. Para P9 a situação foi um pouco diferente, pois, nunca trabalhou e atualmente, sobrevive da renda do marido e de alguma ajuda oferecida pela tia.

Segundo a P11, o seu sustento também é fruto do seu trabalho e da ajuda das suas redes de apoio, aponta:

“(...) trabalho em dois empregos (...) e às vezes as pessoas não ajudam com dinheiro, com alguma coisa de comer, com roupa, não. Mas, essas simples coisas que são mais importantes na vida de uma pessoa (...) quando você encontra essa pessoa ela fala, oi tudo bem com você? (...) ela traz ânimo (...) então, tem várias pessoas e todas essas pessoas me ajudam assim, nesta parte”.

3.6 Lembranças da vida na instituição

As lembranças da vida durante o período em que viveram na Instituição de Acolhimento foram recordadas como fontes de prazer, que envolvem o lúdico, por todos os

participantes. P1 ressalta que as lembranças que tem da Instituição, das crianças, de todos, são lembranças boas, inclusive, aponta que gostaria de ter tido tempo para montar um time de futebol e ter aproveitado mais os estudos durante o tempo em que esteve acolhido.

“A maior dificuldade que eu tinha era não conversar com ninguém (...) mas, me recordo dos colegas que morava aqui, de jogar bola, brincar”, afirma P3. E ainda, ressalta o quanto a Instituição facilitou o seu acesso à escola, e, como forma de agradecimento a tudo que passou, complementa dizendo que seu prazer é *“poder estar ajudando, ela me ajudou, acolheu, então, tento retribuir com alguma coisa”*. Importa ressaltar que durante a entrevista observamos que o participante sempre está visitando a Instituição e na medida do possível, ajuda na limpeza geral do espaço, como por exemplo, corta a grama.

De acordo com P4, as lembranças boas estão atreladas aos passeios em que fazia fora da Instituição e podem ser observadas em sua fala:

“(...) coisa boa foi que uma das funcionárias (...) levou eu (...) para Thermas dos Laranjais (...) fomos ao zoológico (...) fomos para a praia com as crianças todas (...)”. Para P9 as lembranças boas também estão imersas nos passeios dados fora da Instituição, à entrevistada ressalta que gostava muito de ir aos finais de semana para a casa de uma das funcionárias da Instituição, bem como, gostava muito dos esportes praticados na escola, inclusive, se orgulha em dizer que na ocasião, suas notas na escola aumentaram:

“Matemática eu odiava (...) só tirava zero, zero (...) mas depois, eu melhorei, tirei cinco, oito, foi subindo as notas (...)”.

“Há! Lembranças boas que se pudessem voltar, mas, não podem! Se pudesse aproveitaria muito mais” afirma P7, que ainda ressalta ter aprendido a amar mais as pessoas durante o tempo em que esteve acolhida. E, para P11, as lembranças da época em que esteve acolhida, englobam:

“Ixe! Tudo! Coloca tudo no meio (...) brincadeiras (...) pessoas maravilhosas (...) aprendi muito aqui (...) aprendi que todo mundo é igual (...) gostava de fazer uma coisa legal (...) ajudar (...) ajudar a fazer comida (...) eu me sentia poderosa (...)” Completa dizendo que se pudesse teria ajudado muito mais.

3.6.1 A instituição de acolhimento sob a ótica dos adolescentes

Todos os participantes definiram a Instituição de Acolhimento como uma referencia positiva em suas vidas, como algo que realmente veio para oferecer cuidados nos

momentos em que mais precisaram e, conseqüentemente, a citam com grande reconhecimento e gratidão. De acordo com P1, a Instituição foi:

“(...) o melhor que aconteceu em minha vida. Ajudou-me muito”. E ainda, complementa: “(...) antes do acolhimento eu não era nada e depois (...) aprendi muito”.

Fato este que também não é diferente segundo a visão do P3, que afirma:

“A Instituição acolhe muitas crianças que não tem parente e ajuda as pessoas a vencer na vida (...)” Complementa: *“Antes eu não tinha um lugar pra ir morar”.* Sob essa perspectiva P4 também vê a Instituição de Acolhimento como uma possibilidade de habitação para as crianças que não tem onde morar e ainda, cita como exemplo o seu caso:

“Eu ficava de casa em casa, ninguém podia ficar comigo, não sei por que, bom, ninguém ficava por algum motivo. Na minha adolescência eu sofri muito, principalmente com meu pai, fora a perda da minha mãe (...) tive vários problemas com meu pai (...) foi preso (...) daí eu não tinha para onde ir, ficava na casa de uma pessoa (...) a Instituição foi uma das coisas boas que conseguiram, achar um lugar pra mim (...) não tem outro lugar não”.

Um ambiente tranqüilo, cuja pessoa tem tudo o que precisa, um lugar onde se pode esquecer dos problemas é a definição que P7 dá a Instituição de Acolhimento. E, para a entrevistada durante o período em que esteve acolhida, sua vida era:

“(...) bem tranqüila, tinha responsabilidades, mas, era só eu. Agora tenho uma filha, tenho praticamente uma família e já tenho que por em prática aquilo que aprendi na Instituição”. Para P9 a Instituição era o local onde se estava protegido das drogas, bebidas, um lugar onde podia ser divertir: *“(...) eu colocava piscina pra eles se divertirem, jogava futebol, basquete”.*

Sob o mesmo ponto de vista versa a P11, ao afirmar:

“(...) um lugar de acolhimento, que acolhe aquelas pessoas assim, aquelas crianças que estão abandonadas (...) separadas dos pais (...)”. E ainda, a entrevistada faz questão de enfatizar que é um local que colabora para o desenvolvimento da pessoa, para a sua identidade, para a elevação da sua autoestima:

“A minha vida antes era muito complicada (...) depois (...) fui mudando (...) eu senti valor da minha vida (...) porque antes eu não me valorizava (...) a casa foi uma benção (...) passado os momentos eu fui me desenvolvendo (...) fui entendendo que eu tinha que dar valor em mim”.

3.6.2 Sugestões dos adolescentes que se referem ao processo de desligamento institucional

Foi possível constatar que a maioria dos entrevistados enfatizou que se pudessem modificar algo com relação aos procedimentos adotados pela Instituição de Acolhimento, mudariam a forma como é conduzido o desligamento Institucional devido ao fator maioridade de modo a garantir ao adolescente maior segurança e estabilidade para enfrentar a nova realidade que se apresenta, priorizando prepará-lo para viver o momento do desligamento com mais tranquilidade. Sob essa perspectiva P1 ressalta:

“Eu acho que mudaria esse negocio de você sair com 18 anos. Acho que tentaria arrumar uma maneira da pessoa sair mais segura de si. Dava um apoio a mais para ela chegar lá fora e saber o que vai fazer (...) pra não ficar com medo, assustada com as coisas que vai viver lá fora. Tentaria mudar nesta parte”.

“Bom, primeiro eu dividiria as turminhas dos pequenos, dos grandes, dos adolescentes e quando os adolescentes já esta completando (...) 13, 15 anos ou 16, eu iria já preparando eles pra saída (...) aqueles que têm família volta pra família, àqueles que não tem deveria ao menos ajeitar um lugar pra eles poderem ficar, por enquanto, até uns 25 anos, até lá ele já tem um emprego bom (...) já está preparado (...) pra namorar, pra casar, pra viver a vida deles. Eu acho, em minha opinião”, aponta P4.

De acordo com P11, várias atividades podem colaborar para amenizar os impactos do desligamento Institucional entre elas, o modelo das reuniões realizadas pela Instituição de Acolhimento na qual fez parte, porque acredita ser de grande importância; porém, também convidaria para a reunião as pessoas que já se desligaram da Instituição há mais tempo. Também adotaria projetos de conscientização que abordassem a realidade fora da Instituição, cita:

“(...) projetos também para crianças para elas irem crescendo sabendo o que é o mundo, apesar dela sair daqui (...) morar com os pais, ou com adotivo, alguma coisa sempre vai tentar levar elas para o mundo de novo (...) quantas pessoas não chegaram a mim e falaram: “E aí, vamos para a avenida?”. (...) montar projeto pros desabrigados, pras pessoas que saíram, uma palestra, uma conversa (...) uma reunião (...) montar um café da tarde (...) porque as vezes eu tenho vontade de vir aqui, tomar um café da tarde (...) eu acho legal isso”.

DISCUSSÃO

De acordo com a pesquisa realizada por Silva (2003), das 589 Instituições pesquisadas e que oferecem programa de acolhimento, 65% destas são não-governamentais (ONGs), 58,6% são Instituições novas, isto é, fundadas a partir da promulgação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), 78,1% acolhem ambos os sexos e 53,% trabalha com a faixa etária ampliada: 0 a 18 anos. A maioria dos abrigos (85,9%) acolhe qualquer criança ou adolescente em situação de risco social ou pessoal e, os motivos que acarretaram o acolhimento são: pobreza (24,2%), abandono (18,9%), violência doméstica (11,7%), dependência química dos pais e ou responsáveis (11,4%), situação de rua (7,0%) e orfandade (5,2%).

A realidade encontrada a partir do desenvolvimento desta pesquisa também retrata as características das Instituições parecidas com as Instituições pesquisadas por Silva (2003). As duas Instituições são descritas como não-governamentais, fundadas a partir da promulgação do ECA, acolhem ambos os sexos com idade de 0 a 18 anos. No que se refere aos motivos mais freqüentes que acarretam o desligamento, fatores de risco, a Instituição A aponta que a maioria das crianças e ou adolescentes são acolhidos devido ao fator negligência ou abandono, seguido da violência sexual; e, ainda, devido dependência química dos pais ou responsáveis e inclusão no sistema prisional ou ingresso na rede de prostituição, e em menor freqüência, orfandade. Os motivos que acarretam o acolhimento de acordo com a realidade da Instituição B são: Maus tratos, abuso sexual, violência doméstica e negligência familiar.

Foi possível constatar durante a realização das entrevistas com as dirigentes das Instituições pesquisadas, especificamente quando abordamos os motivos que acarretam o ingresso de crianças e adolescentes às Instituições de Acolhimento, certa confusão com relação à definição dos tipos de violência por parte dos entrevistados.

De acordo com Williams et al. (2009) os tipos de abuso ou maus tratos contra criança e adolescente são: abuso físico que se trata de danos físicos ou potenciais; abuso psicológico ou emocional que se caracteriza relações danosas (inapropriadas, insuficientes ou inconsistentes) em termos do desenvolvimento emocional da criança; abuso sexual que refere-se o envolvimento da criança em atividade sexual sem o seu consentimento e tem por objetivo satisfazer a necessidade de outra pessoa; negligência consiste no ato de omissão ou desatenção por parte do cuidador em relação ao suprimento das necessidades básicas da criança acarretando-lhe danos ou risco elevado de danos; exploração sexual comercial que traduz no envolvimento da criança ou adolescente em trabalho sexuais ilegais; bullying que

compreende atitudes agressivas contra uma pessoa ou contra seus pares causando dor, angústia, intimidação da vítima; violência armada e se refere a participação de uma criança ou adolescente menor de 18 anos em alguma forma de violência armada organizada. Trata-se de fatores de risco que afetam o desenvolvimento humano de alguma forma.

Nessa perspectiva, Yunes e Szymanski (2001) ressaltam que os fatores de risco estão relacionados a acontecimentos que afetam de forma negativa a vida da pessoa provocando um aumento na probabilidade desta apresentar problemas de ordem: física, sociais ou emocionais. Segundo Polleto e Koller (2008) tais fatores estão presentes em contextos ecológicos, tais como: família, instituição, escola e o ambiente. Sob essa perspectiva, Nunes (1993) resalta que estes também provocam déficits nos aspectos motores, sensoriais e mentais.

Pires e Miyazaki (2005, p. 43) ressaltam a importância dos profissionais estarem preparados para identificar corretamente os diversos tipos de violência praticada contra a criança e ou adolescente a fim de que se possa agir adequadamente frente aos casos de suspeita e ou confirmação de sua prática. “As conseqüências da violência podem ser divididas em psicológicas, comportamentais, sociais e físicas (...)” e no caso da violência doméstica, vários estudos demonstraram que crianças submetidas a tal intento, quando comparadas às que não sofreram, apresentam comportamentos mais agressivos, baixa auto-estima, déficit de atenção, hiperatividade, dificuldade de relacionamento interpessoal, comportamento abusivo, baixo rendimento escolar, transtorno de conduta, gravidez indesejada, uso abusivo de drogas, capacidade cognitiva e de linguagem inferiores, estresse, dor por viverem em constante estado de alerta.

Moura (1992, apud, LIMA, 2006, p. 5) aponta que maus tratos compreendem “actos ou omissões que ofendem de uma forma grave os direitos da criança, comprometendo seriamente o seu normal desenvolvimento”. Tais atos ou omissões praticados por qualquer pessoa, instituição ou sociedade, que acabam por privar a criança de usufruir de seus direitos e liberdade, que interferem no seu desenvolvimento E podem resultar em danos físicos e ou psicológicos (LIMA, 2006).

Entende-se por negligência ou abandono, de acordo com Volic e Baptista (2005) uma atitude não acidental, uma ação negativa ou mesmo, ausência de forma voluntária dos exercícios de cuidados básicos por parte dos responsáveis, e, que provocam repercussões negativas graves na vida de quem é cuidado. Tais atitudes também são caracterizadas pela dor e ou prejuízo proporcionado quando as necessidades do outro não são supridas.

Benetti (2002) enfatiza que a negligência ou abandono é a forma mais freqüente de maus tratos, são atos ou omissões que acarretam danos de ordem: psicológicos, cognitivos, físicos à criança e adolescente, como por exemplo: ausência das condições mínimas de sobrevivência e atenção, exposição da criança a violência familiar, uso de drogas, prostituição e ainda, casos de abandono sem supervisão adequada tanto no lar, quanto nas ruas.

Outra característica que as Instituições devem priorizar, para cumprir de fato a função social que lhes competem, está relacionada ao atendimento em pequenos grupos segundo recomendação do ECA. Silva (2003) detectou por meio da sua pesquisa que 57,6% das Instituições pesquisadas atendem até 25 crianças e adolescentes, e foi possível observar que as Instituições pesquisadas por intermédio deste estudo, também priorizam o atendimento em pequenos grupos, pois a Instituição A acolhe 12 crianças e adolescente e a Instituição B acolhe nove crianças e adolescentes.

Desta forma este fato evita superlotação, bem como os efeitos negativos que atingem o desenvolvimento social, cognitivo, afetivo, da criança quando esta é afastada do ambiente natural e levada a conviver com muitas pessoas, privada de atenção exclusiva e atendimento individualizado (CAVALCANTE, MAGALHÃES e PONTES, 2009; MARANHÃO, 2000). O que diminui também os riscos oferecidos à saúde, pois, de acordo com Cavalcante, Magalhães e Pontes (2009), a convivência institucional cujo cuidado é coletivo, há compartilhamento de ambientes, objetos pessoais, aumentam a incidência de doenças infecto-contagiosas, problemas dermatológicos e de ordem emocional.

No que se refere aos recursos financeiros, Silva (2003) aponta que os abrigos são financiados por 41,5% dos recursos públicos, sendo que 18,1% correspondem aos recursos municipais, 15,9% aos recursos estaduais e 7,5% aos recursos federais e ainda, os 58,5% restantes correspondem aos recursos privados.

As instituições A e B também recebem os recursos públicos oferecidos, porém, a dirigente da Instituição A afirma que estes não são suficientes para manter a qualidade da Instituição, conseqüentemente, há restrição nos atendimentos oferecidos. Em contraposição, a Instituição B consegue através dos recursos públicos repassados, manter o quadro de funcionários estável, além de oferecer atendimentos especializados em Instituições privadas, como por exemplo, atendimento psicológico, atendimento odontológico, atendimentos educacionais especializados (Kumon), entre outros.

Com relação ao exposto, Salina (2007) afirma que as dificuldades que as Instituições enfrentam durante o desenvolvimento do seu trabalho, podem influenciar no desenvolvimento das crianças e adolescentes que necessitam dessa rede de proteção. Importa

ressaltar que a prática eficiente dos profissionais envolvidos com tal parcela social, pode contribuir com a prevenção de deficiências às quais os abrigados estão sujeitos. E a prevenção, de acordo com Formiga e Pedrazzani (2004), colabora impedindo a instalação ou ocorrência de fatos ou fenômenos que possam prejudicar a vida da pessoa em todos os seus aspectos. E caso, a pessoa já tenha sido afetado, a prevenção age de modo a evitar a sua progressão.

Uma das formas, dentre tantas, de se prevenir o agravamento das deficiências, diz respeito à preservação dos vínculos familiares, não desmembramento de grupos de irmãos. De acordo com Silva (2003, p 8):

A família é reconhecidamente fundamental no trabalho de proteção integral a crianças e adolescentes. Quando há necessidade de afastamento da família, os esforços devem acontecer para que as referências familiares não sejam perdidas. Para tanto, deve-se buscar o fortalecimento e manutenção dos vínculos afetivos entre os abrigados e sua família.

Silva (2003) ressalta que das Instituições pesquisadas, somente 6,6% desenvolvem o mínimo de ações em prol da preservação dos vínculos familiares.

No caso específico das Instituições participantes desta pesquisa, a Instituição A tenta desenvolver ações que visam à preservação dos vínculos familiares, porém, a família não adere às referidas propostas, mas, com relação ao não desmembramento de grupos de irmãos esta tem conseguido êxito. A existência de cuidado entre irmãos favorece o desenvolvimento da socialização, aumenta a capacidade de enfrentamento das adversidades (BOLSONI, 2000).

Em contraposição a situação apresentada, a Instituição B desenvolve ações que envolvem a participação familiar desde o ingresso da criança e ou adolescente na Instituição de Acolhimento, de forma lúdica, prazerosa, inclusive, prioriza a manutenção dos grupos de irmãos. Sob essa perspectiva Rutter (1987) afirma que a família deve ser sinônimo de proteção, incentivo, afeto, disciplina, entre outros. E famílias que vivem em condição peculiar, ambiental, onde há violação dos direitos básicos, comprometem de forma direta o desenvolvimento de todos os seus membros, afirmam Habigzang e Koller (2011).

O próprio ECA (BRASIL, 2009) em seu Art. 19, prevê que a criança e o adolescente tem o direito de ser criado e educado em sua família de origem ou, em família

substituta, e, em qualquer condição deve ser assegurada a sua convivência familiar e comunitária.

Toda família, segundo Valente (2009) deveria receber apoio social, político, econômico, antes que lhes fossem retirados os seus filhos e encaminhados à Instituição de Acolhimento. Até mesmo após o Acolhimento, para que as famílias “possam desenvolver as condições para receber seus filhos de volta, superadas as dificuldades que determinaram o afastamento” (SILVA, 2003, p 10). A autora enfatiza ainda, que a reestruturação familiar depende muito mais de políticas públicas; porém, as Instituições podem realizar ações de resgate da família, acionar outras políticas públicas e rede de proteção social. Das Instituições pesquisadas por Silva (2003) 14,1% desenvolvem atividades que visam o apoio à reestruturação familiar.

No caso das Instituições pesquisadas, a Instituição B procura apoiar a família não só durante o período de acolhimento, bem como, após o desligamento Institucional através de reuniões, encontros, discussões em grupo, entre outros. A Instituição A acredita que o apoio à reestruturação familiar cabe aos órgãos públicos executá-lo.

Com relação ao incentivo à convivência com outras famílias, Silva (2003) concluiu por meio da pesquisa em que realizou que 23,8% das Instituições promovem este tipo de atividade, isto é, incentivam a integração em família substituta e mantém programas de apadrinhamento, fato este que segundo a referida autora é uma forma de garantir o direito à convivência familiar cujas chances de retorno para suas famílias de origem são inexistentes, além disso, é uma forma alternativa de acolhimento. Dentro desta perspectiva a Instituição A vê tal alternativa como possibilidade de a criança e ou adolescente Acolhido Institucionalmente, ter um novo lar. Por outro lado, a Instituição B acredita que tal procedimento gera disputa entre as crianças e adolescentes acolhidos, portanto, só oferece este tipo de serviço quando solicitado pela justiça que encaminha as famílias acolhedoras.

Outro princípio que o ECA aponta como medida cuja Instituição de Acolhimento deve priorizar em prol da melhoria da qualidade de vida dos seus assistidos, trata-se da semelhança residencial que a Instituição deve ter, priorizando os espaços individuais para guarda de objetos pessoais, espaço externo com características residenciais, acomodação dentro do limite, entre outros. Silva (2003) ressalta que 17,5% das Instituições pesquisadas apresentam as adequações exigidas por Lei. No caso específico das Instituições participantes desta pesquisa, ambas priorizam os aspectos aqui ressaltados. De acordo com Silva (2003) a Instituição deve oferecer um acolhimento mais semelhante possível ao de uma família, isto significa que deve aparentar uma residência comum.

No que diz respeito à convivência comunitária, as duas Instituições pesquisadas possuem trabalhos voluntários, bem como, permitem a participação da comunidade em seu processo educacional. A Instituição A utiliza os serviços especializados existentes na comunidade e a Instituição B não os utiliza devido ao fato de utilizar os atendimentos oferecidos em consultórios particulares. De acordo com a pesquisa realizada por Silva (2003) 34,1% das Instituições pesquisadas participam na vida da comunidade local e 18,5% permitem a participação de pessoas da comunidade no processo educativo. O contato com a realidade externa evita alienação e a inadequação à vida em comunidade, da mesma forma que a participação da comunidade nas atividades internas à Instituição “proporciona a garantia do direito à convivência comunitária, facilitando o estabelecimento de novos vínculos e relações, bem como a oxigenação das práticas e rotinas institucionais” (SILVA, 2003, p. 14).

O ECA (BRASIL, 2009) prevê em seu Art. 92 que a Instituição de Acolhimento deve realizar trabalho de preparação gradativa para o desligamento Institucional. Em relação a essa questão Prada (2007) afirma que o acolhimento institucional é utilizado indiscriminadamente e o desligamento não acontece de forma eficaz. Segundo Oliveira e Sapiro (2007), o procedimento é mais complexo que o próprio ingresso da criança e ou adolescente na Instituição, é um momento que também preocupa os funcionários, pois muitas pessoas acolhidas permanecem por muito tempo acolhido e a Instituição acaba sendo a única referência para muitos deles. Além do que, ao se desligarem da Instituição não completaram a escolaridade, não possuem emprego fixo, não tem auxílio financeiro algum para se manterem fora da Instituição. O adolescente acaba deixando sua vida para trás, que reforça o fato de que o desligamento institucional ainda é pouco discutido e especificado no campo das políticas públicas e sociais.

Nesta perspectiva, a dirigente D1 entrevistada durante a realização desta pesquisa ressaltou que o processo de desligamento é traumático tanto para quem dá, quanto para quem recebe a notícia, um momento em que o adolescente tem que deixar o seu lar sem ter dinheiro, emprego fixo, moradia. Um momento que a dirigente tem que fazer algo contra a sua vontade, que é notificar o adolescente que terá que se desligar da casa. Na realidade da Instituição dirigida pela entrevistada, D1, não há nenhum órgão público que acompanha o processo e depois do desligamento o adolescente acaba retornando para a Instituição para visitar, pois, esta acaba sendo seu único ponto de referência.

De acordo com a D2, no caso específico da Instituição na qual assiste, o processo de desligamento é uma construção contínua, é uma despedida com significado, pois, desde o ingresso da criança ou do adolescente na Instituição é trabalhado o desligamento por meio de

recursos lúdicos, trabalhados em conjunto com todos os residentes da casa. O acolhimento é abordado com algo passageiro, em que há possibilidade de melhoria de vida futura, um novo lar. Todos os procedimentos adotados pela Instituição são comunicados às crianças e aos adolescentes e mesmo durante o processo de desligamento, sempre está presente um funcionário da Instituição que acompanha todo o processo. Mesmo após o desligamento, o acompanhamento continua por intermédio de visitas domiciliares, participação das reuniões oferecidas pela Instituição, entre outros.

D2 aponta ainda, que o desligamento provoca conseqüências tanto positivas quanto negativas, mas, que tudo se resolve em curto prazo de tempo, que é algo passageiro. Em alguns casos, há mudanças drásticas de comportamento devido à imposição da nova família, porém, os vínculos afetivos permanecem estabelecidos. A preparação gradativa para o desligamento tem sua fundamentação pautada no princípio de fortalecimento das redes de apoio, fortalecimento das famílias, e da própria equipe técnica da Instituição. Importa ressaltar que, ao trabalhar o processo de desligamento de forma gradativa ainda durante o acolhimento institucional, eventuais danos que possam por ventura surgir após o desligamento, possivelmente também serão amenizados.

Em se tratando das conseqüências que o desligamento Institucional pode provocar no desenvolvimento psicossocial das crianças e adolescentes, segundo a visão dos participantes desta pesquisa, que viveram em situação de Acolhimento por tempo prolongado e se desligaram devido ao fator maioridade, a própria notificação do desligamento provoca diversos sentimentos, como por exemplo, medo, insegurança, incerteza, tristeza devido ao fato de não se sentirem preparados para vivenciar tal situação, mesmo no caso da adolescente que foi notificada ao ingressar na Instituição. Em alguns casos, foi possível constatar que a estabilização veio depois de muito ir e vir, isto é, o adolescente ao se desligar da Instituição mudou de cidade várias vezes, morou com diversas pessoas, até conseguir estabelecer moradia fixa.

Frente ao imposto pela lei, os adolescentes enfatizaram que só restou se conformarem com a situação vigente e mesmo que naquele momento a tristeza estivesse presente, a situação impunha que deixassem a Instituição para ceder lugar a outras crianças. Em alguns casos, nenhum órgão público acompanhou o processo de desligamento, o único apoio veio por parte de amigos, parentes, e em outros casos, conselheiros tutelares acompanharam o processo e até mesmo, os funcionários da Instituição. As conseqüências do processo segundo a visão dos entrevistados, é que as pessoas que os acolheram no ato do desligamento também não estavam preparadas para vivenciar este momento, nem mesmo os

adolescentes tinham condições financeiras para se manterem, ou mesmo tinham emprego e ou condições de assumir um aluguel, entre outros.

A realidade encontrada após o desligamento não foi para todos a desejada, pois, tiveram que enfrentar novos desafios dos quais estavam protegidos durante o tempo em que estiveram acolhidos, como por exemplo: a busca por emprego, a busca por uma nova família, a dificuldade em adquirir as coisas (comprar), a dificuldade relacionada ao fato de não ter tido escolaridade completa, de não ter feito um curso, o sentimento de solidão, a saudade dos funcionários da Instituição, entre outras.

Sob essa perspectiva, Salina (2007) aponta que os programas de ressocialização deveriam ser mais eficazes. Poletto e Koller (2008) reiteram que a ausência de redes de apoio tanto sociais quanto afetivas, a baixa escolaridade, o baixo status sociais, podem ser considerados como disparadores negativos que afetam o desenvolvimento não só dos jovens, mas também, das crianças em desenvolvimento. Importa enfatizar que a situação de vida quando precária, as impossibilidades de superações, a falta de esperança, também podem agravar ainda mais as condições de vulnerabilidade do sujeito imerso em tal situação. Boing e Crepaldi (2004) afirmam a necessidade de a Instituição de acolhimento estar desenvolvendo, durante o processo de acolhimento, ações que tentem minimizar os prejuízos decorrentes do abandono.

Os entrevistados afirmaram, ainda, que a Instituição de acolhimento teve significado positivo em suas vidas, tendo em vista ao que passavam antes do processo de acolhimento. Todos se referiram à Instituição como um lugar que os acolheram no momento em que mais precisavam, um lugar tranquilo, um lugar onde se aprende muitas coisas, inclusive a valorizar-se, um lugar onde se está protegido. A Instituição foi lembrada evidenciando-se os momentos de brincadeira, descontração, felicidade. Sob essa perspectiva Zem-Mascarenhas e Dupas (2001) concluíram que a criança institucionalizada, de modo geral, reconhece que a instituição lhe provê os cuidados necessários para sobrevivência, porém, esta sente falta do convívio familiar e deseja para lá retornar, ao mesmo tempo em que apresenta não saber como será o seu futuro, se um dia volta ou não para casa e, ainda, como as coisas acontecerão.

Como alternativas para prevenir ou amenizar o impacto das conseqüências do desligamento ao desenvolvimento psicossocial da pessoa imersa em tal situação, os entrevistados apontaram que é necessário apoiar a pessoa para que esta deixe a Instituição seguro de si, seguro com relação ao futuro, a necessidade de preparar os adolescentes para o momento do desligamento desde a idade dos 13 anos em diante, a necessidade de acolher os

adolescentes até a idade de 25 anos até que tenham condições de sobreviver e constituir uma nova família, a necessidade de reuniões e palestras que abordem questões relacionadas ao mundo fora da Instituição, palestras instrutivas, entre outros.

Sobre essa questão, as dirigentes entrevistadas também apontaram para a necessidade de cursos específicos às famílias substitutas, visitas destas a Instituição continuamente, possibilidade desta família passar final de semana com a criança, integração dos órgãos públicos com a Instituição, maior rigor no cadastro das famílias que desejam adotar, criação de uma república que estes jovens ficassem após o desligamento e até se estabelecerem financeiramente, amparo financeiro estatal, espaço de apoio psicológico, criação de um projeto de amparo aos jovens desabrigados, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se através da realização desta pesquisa que nem todas as Instituições de Acolhimento conseguem cumprir de fato, todas as prerrogativas impostas pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) devido a falta de capacitação profissional, devido a falta de planejamento, ausência de políticas públicas e diretrizes que orientem, esclareçam de forma clara e específica como proceder, principalmente no que se refere ao desligamento institucional. Porém, esperar que mudanças aconteçam não é o suficiente, é necessário que os profissionais busquem alternativas que possibilitem a superação das problemáticas em questão, bem como, possibilitem a redução das lacunas existentes e a extinção dos seus possíveis prejuízos.

A priori faz-se necessário conhecer a realidade na qual está imersa a população a que se assiste, isto é, a pessoa em condições especiais, os fatores de risco que as circundam, suas possíveis causas, bem como, as suas conseqüências para a vida destas. A partir de então é essencial que se elaborem estratégias, métodos, técnicas para evitar tal ocorrência, prevenirem-nas ou mesmo amenizar as já instaladas. Em suma, necessário definir a problemática, estudá-la e criar ferramentas adequadas que auxiliem na resolução desta.

Sendo assim, espera-se que os resultados alcançados nesta pesquisa, venham servir como base para outros pesquisadores (outras pesquisas) no que se refere à criação de programas, metodologias específicas, cartilhas, treinamento e/ou outros instrumentos, ferramentas que auxiliem na preparação gradativa do desligamento de adolescentes em situação de acolhimento institucional com o intuito de amenizar os impactos negativos do momento em questão.

Foi possível concluir através desta pesquisa que o processo de desligamento ocasiona vários sentimentos negativos, dentre estes: medo, tristeza, insegurança, ansiedade, pois, o adolescente julga não estar preparado emocionalmente, financeiramente, socialmente, culturalmente para enfrentar a nova realidade que lhe surge.

Normalmente, para o adolescente que passou anos de sua vida em situação de acolhimento, a instituição passa a ser seu único ponto de referência. Constatou-se a partir dos resultados obtidos por intermédio da aplicação dos roteiros de entrevista, que a maioria dos adolescentes que se desligaram da instituição acabam retornando à instituição no momento em que mais precisam de ajuda e esta é lembrada como sinônimo de “salvadora” de uma situação na qual viviam e não viam solução.

Desta forma, é inquestionável a importância de se fortalecer os vínculos familiares, os vínculos comunitários, as redes de apoio dos indivíduos envolvidos em situação de acolhimento para que estes possam se sentir acolhidos também no momento do desligamento institucional.

No caso da família, o ideal seria que esta participasse junto à criança e ou adolescente das atividades desenvolvidas na própria instituição durante o período de acolhimento, pois, os resultados desta pesquisa apontaram que tal parceria pode fortalecer os vínculos familiares que permanecem ativos, pós-desligamento. A família deve ser assistida de alguma forma e necessita de apoio no que se refere a sua reestruturação para poder receber de volta a criança ou o adolescente, para tal, deve ser inserida em programas de acompanhamento familiar, em programas de auxílio estatal, em programas de geração de renda, em programas de capacitação profissional, em programas que colaborem no fortalecimento dos vínculos comunitários, em programas que colaborem para o desenvolvimento de suas potencialidades, competências, entre outros, para que de fato tenha condições de cumprir sua função social.

Porém, as políticas públicas não oferecem embasamento teórico, prático, para que tais ações sejam de fato executadas, há desarticulações entre os diversos setores sociais que deveriam assumir tais papéis em sistema de parceria, o que se encontra são ações “solitárias” que agem entre ensaios e erros.

É evidente a importância da capacitação profissional de todas as pessoas que estão envolvidas de forma direta ou indiretamente com as atividades desenvolvidas em Instituição de Acolhimento, pois, alguns cuidadores ainda não se sentem preparados para desempenhar suas funções, não têm clareza no que se refere às ações que devem ou não desencadear, sentem dificuldades na tarefa de educar, não sabem como preparar os adolescentes para o seu desligamento da instituição, entre outros. Para tal, o recurso financeiro também deve ser bem administrado.

Há muito que se fazer, analisar, pesquisar, compreender, desenvolver, criar no âmbito das Instituições de Acolhimento para que estas consigam ser instrumentos de ações voltados ao cumprimento de sua função social de medida protetiva, de caráter provisório e excepcional. E assim, tanto as crianças e os adolescentes acolhidos poderão, de fato, ter os seus direitos enquanto cidadãos, cuidados, preservados. Lembrando que, toda e qualquer ação que vise reduzir os estressores presentes no ato do desligamento, também produz efeito positivo para o desenvolvimento global da pessoa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLEN, M. C. **The high-risk infant.** *Pediatric Clinics of North America*, v. 40, p. 479-490, 1993.
- AMARAL, L. A. **Conhecendo a deficiência: em companhia de Hércules.** São Paulo: Robe Editorial, 1995.
- ALMEIDA, L. M. **Da prevenção primordial à prevenção quartenária.** *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, v. 23, n. 1, jan- jun. Portugal, 2005.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Editora Edições 70, 2011.
- BARROS, R. C.; FIAMENGGHI, G. A. **Interações afetivas de crianças abrigadas: um estudo etnográfico.** *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, vol. 12, n. 5, set/out. Rio de Janeiro, 2007.
- BENETTI, D. S. **Crianças e adolescentes abrigados no Brasil: uma reconstrução histórica.** Monografia apresentada para conclusão de curso de Especialização em Terapia Familiar Sistêmica pela FAMERP. FAMERP: SJRP, 2008.
- BENETTI, S. P. C. Maus tratos da criança: abordagem preventiva. In: HULTZ, C. S. (org.). **Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
- BOING, E.; CREPALDI, M. A. **Os efeitos do abandono para o desenvolvimento psicológico de bebês e a maternagem como fator de proteção.** *Estudos de Psicologia (Campinas)*, vol. 21, n. 3, set/dez. Campinas, 2004.
- BOLSONI, J. **Interação entre irmãos: empatia e fatores de risco e proteção.** Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. UFRGS: Porto Alegre, 2000.
- BOWLBY, J. **Cuidados maternos e saúde mental.** São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente:** Lei n. 8.069/1990.
- BRASIL. **Declaração de Salamanca e enquadramento da ação na área das necessidades educativas especiais.** Conferência mundial sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade. Salamanca: UNESCO, 1994.
- BRASIL. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica.** Ministério da Educação. Brasília: MEC/SEESP, 2001.
- BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente:** Lei n. 12.010/2009.
- BRASIL. **LDBEN: Lei de diretrizes e bases da educação nacional.** Nº 9394, 1996.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRAZELTON, T. B.; GREENSPAN, S. I. **As necessidades essenciais das crianças. O que toda criança precisa para crescer, aprender e se desenvolver.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados.** Porto Alegre: Artmed, 1996.

BRONFENBRENNER, U. **Making human beings human: bioecological perspective on human development.** London: Sage, 2004.

CAVALCANTE, L. I.; MAGALHÃES, C. M. C.; PONTES, F. A. R. **Institucionalização precoce e prolongada de crianças: discutindo aspectos decisivos para o desenvolvimento.** Rev. Aletheia, n. 25, p. 20-34, jan./jun., Canoas: Editora ULBRA, 2007.

CAVALCANTE, L. I.; MAGALHÃES, C. M. C.; PONTES, F. A. R. **Processos de saúde e doença entre crianças institucionalizadas: uma visão ecológica.** Revista Ciência e Saúde Coletiva, vol. 14, n. 2, mar/abril. Rio de Janeiro, 2009.

CARDOSO-BUCKLEY, M. C. F. **Valores influenciando a visão do ser humano e pesquisa em educação especial: uma reflexão.** Revista Brasileira de Educação Especial, vol. 17, n. spe 1, p. 17 – 22, 2011.

CLARK, E. G.; LEAVELL, H. R. Levels of application of preventive medicine. In: LEAVELL, H. R.; CLARK, E. G. (Orgs.). **Preventive medicine for the doctor in his community: an epidemiologic approach.** 3ª ed. New York: Mc Graw-Hill, 1965.

CUENO, M. R. **Abrigamento prolongado: os filhos do esquecimento. A institucionalização prolongada de crianças e as marcas que ficam.** Terceiro Censo da população infante juvenil abrigada no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: MCA, 2009.

DALLARI, D. A. **Viver em sociedade.** São Paulo: Editora Moderna, 1985.

DELL'AGLIO, D. D. **O processo de coping, institucionalização e eventos de vida em crianças e adolescentes.** Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. UFRGS: Porto Alegre, 2000.

FORMIGA, C. K. M. R.; PEDRAZZANI, E. S. **A prevenção de deficiências no alvo da educação especial.** Revista Brasileira de Educação Especial, v. 10, n.1, p. 107 – 122 jan./abr. Marília, 2004.

GOLDSTEIN, J.; FREUD, A.; SOLNIT, A. J. **No interesse da criança?** São Paulo: Martins Fontes, 1987.

HABIGZANG, L. F.; KOLLER, S. H. **Intervenção psicológica para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual: manual de capacitação profissional.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

HONORA, M.; FRIZANCO, M. L. E. **Esclarecendo as deficiências: aspectos teóricos e práticos para contribuição com uma sociedade inclusiva.** São Paulo: Ciranda Cultural, 2008.

LIDCHI, V. G.; Fatores de riscos e de proteção; modelo ecológico do abuso de crianças e adolescentes. In: WILLIAMS, L. C. A. et al. **Fortalecendo a rede de proteção da criança e do adolescente.** São Carlos: UFSCAR, 2009.

LIMA, L. A. **Os maus tratos infantis.** Monografia apresentada no curso de Pós-Graduação em Prevenção dos maus tratos a menores. Portugal: Universidade Internacional de Lisboa, 2006.

MAIA, J. M. D; WILLIAMS, L. C. A. **Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área.** Temas em Psicologia, vol. 13, n. 2, p. 91-103, 2005.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Editora Moderna, 2003.

MARANHÃO, D. G. **O processo de saúde-doença e os cuidados com a saúde na perspectiva dos educadores infantis.** Caderno de Saúde Pública, vol. 16, n. 4, p. 1143-1148, 2000.

MAZZOTTA, M. J. S. **Fundamentos de educação especial.** São Paulo: Pioneira, 1982.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação escolar: comum ou especial?** São Paulo: Pioneira, 1986.

MAZZOTTA, M. J. S. **Trabalho docente e formação de professores de educação especial.** São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1993.

MENDES, E. G. **Sobre a definição na área de educação especial.** São Carlos: UFSCAR, 2000.

MENDES, E. G. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil.** Revista Brasileira de Educação, v.11, n. 33. set./dez., 2006.

NUNES, L. R. DE P. **A educação especial em creches. Análises da análise do comportamento do conceito à aplicação.** Temas em Psicologia, v. 3, p. 109 – 116, 1993.

OLIVEIRA, M. **Prevenção das deficiências**. Londrina: Paraná, 2009. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2317-8.pdf?PHPSESSID=2010011408385091> Acesso em 25 de junho de 2011.

OLIVEIRA, A. P. G.; SAPIRO, C. M. **Políticas públicas para adolescentes em vulnerabilidade social: abrigo e provisoriedade**. Psicologia: Ciência e Profissão, vol. 27, n. 4, p. 624 – 631. Brasília, 2007.

PESSOTTI, I. **Deficiência Mental: da superstição à ciência**. São Paulo: TAQ-EDUSP, 1984.

PIRES, A. L. D.; MIYAZAKI, M. C. O. S. **Maus tratos contra crianças e adolescentes : revisão da literatura para profissionais da saúde**. Revista Arquivos de Ciências da Saúde, v. 12, n. 1, p. 42 – 49, jan/mar., Umuarama: UNIPAR, 2005.

POLETTI, M.; KOLLER, S. H. **Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção**. Estudos de Psicologia, v. 3, n. 25, p. 405 – 416, jul/set., Campinas, 2008.

PRADA, C. G. **Avaliação de um programa de práticas educativas para monitoras de um abrigo infantil**. Dissertação de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. São Carlos: UFSCAR, 2007.

RAPPAPORT, C. R.; FIORI, W. R.; HERZBERG, E. **Psicologia do Desenvolvimento. A infância inicial: o bebê e sua mãe**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1981.

RUIZ, V. M.; OLIVEIRA, M. J. V. **A dimensão afetiva da ação pedagógica**. Revista Pedagógica UNIPINHAL, vol. 01, n. 03, jan/dez. Espírito Santo do Pinhal, 2005.

RUTTER, M. **Maternal deprivation reassessed**. Harmondsworth: Penguin Books, 1972.

RUTTER, M. **Resilience in the face of adversity: protective factors and resistance to psychiatric disorder**. British Journal of Psychiatry, v. 147, n. 6, p. 598 – 611, 1985.

RUTTER, M. **Psychosocial resilience and protective mechanisms**. American Journal of Orthopsychiatry, v. 57, n. 3, p. 316 – 331, 1987.

SALINA, A. **O abrigo como fator de risco e proteção: indicadores e avaliação institucional**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. São Carlos: UFSCAR, 2007.

SANTOS, M. P. **Educação inclusiva: redefinindo a educação especial.** Revista Ponto de Vista, n. 3, p. 103 – 118. Florianópolis, 2002.

SIAULYS, M. O. C. **Brincar para todos.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Especial, 2005.

SIGAL, J.; PERRY, J. C.; ROSSIGNOL, M. I.; QUIMET, M. C. **Unwanted infants: psychological and physical consequences of inadequate orphanage care 50 years later.** American Journal of Orthopsychiatry 73, p. 3-12, 2003.

SILVA, E.; R.; A. **Levantamento nacional de abrigos para crianças e adolescentes da Rede SAC,** 2003. Disponível em: <http://www.portaldovoluntariosbc.com.br/press/uploadArquivos/109726162757.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2008.

UFSCAR. **Programa de pós-graduação em educação especial.** São Carlos: UFSCAR, 2012. Disponível em: <http://www.ppgees.ufscar.br/linhas-de-pesquisa>. Acesso em 10 de maio de 2012.

VALENTE, J. A. G. A importância do acolhimento familiar em defesa da convivência familiar e comunitária. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **2º Colóquio internacional sobre acolhimento familiar.** Brasília, 2009.

VOLIC, C.; BAPTISTA, M. V. **Aproximações ao conceito de negligência.** São Paulo: NCA/PUC, 2005.

WALKER, S. P.; WACHS, T. D.; GARDNER, J. M.; LOZOFF, B.; WASSERMAN, G. A.; POLLITT, E.; **Child development: risk factors for adverse outcomes in developing countries.** The Lancet, v. 369, n. 556, p. 145 – 157, 2007.

WILLIAMS, L. C. A.; (et al). **Fortalecendo a rede de proteção da criança e do adolescentes.** Laprev: São Carlos, 2009.

YUNES, M. A.; SZYMANSKI, H. Resiliência: noção, conceitos afins e considerações crítica. In: TAVARES, J. (Org.). **Resiliência e educação 1.** São Paulo, Cortez, 2001.

ZEM-MASCARENHAS, S. H.; DUPAS, G. **Conhecendo a experiência de crianças institucionalizadas.** Revista da Escola de Enfermagem da USP, vol. 35, n. 4, dez. São Paulo: USP, 2000.

ANEXOS

Anexo 1 - As Características da Instituição de Acolhimento

Roteiro de Entrevista 1 (realizada com o dirigente da instituição de acolhimento)

Caracterização da instituição de acolhimento de acordo com as prerrogativas do ECA (Art. 92) e com base na pesquisa elaborada pelo IPEA - Instituto de Pesquisa Aplicada, apontada por Silva (2003) e adaptado pela pesquisadora desta pesquisa:

1.1 Caracterização da instituição de acolhimento

1.1.1 Instituição governamental ou não-governamental?

1.1.2 Data da Fundação da Instituição:

1.1.3 Características da população atendida:

1.1.4 Idade:

1.1.5 Sexo:

1.1.6 Quais atendimentos o abrigo disponibiliza?

1.1.7 Motivos do ingresso das crianças e ou adolescentes na instituição de acolhimento:

1.1.8 Como a instituição de acolhimento se mantém?

1.1.9 Qual é a capacidade de atendimento da instituição?

1.1.1.1 Quantas crianças e adolescentes vivem atualmente na instituição?

1.1.1.2 Quantas crianças e adolescentes passaram pela instituição desde a sua fundação?

1.1.1.3 Número de Profissionais atuantes e funções correspondentes

1.2 Crianças e adolescentes acolhidas, segundo situação familiar atualmente:

1.2.1 Com família e com vínculo: _____

1.2.2 Com família e sem vínculo: _____

1.2.3 Impedimento Judicial: _____

1.2.4 Família desaparecida: _____

1.2.5 Sem família: _____

1.3 Preservação dos vínculos familiares:

1.3.1 A instituição de acolhimento incentiva a convivência com a família de origem? De que forma o processo ocorre?

1.3.2 Promove visitas das crianças e dos adolescentes aos lares de suas famílias? De que forma o processo ocorre?

1.3.3 Permite visitas livres dos familiares ao abrigo? De que forma o processo ocorre?

1.3.4 Prioriza a manutenção ou reconstituição de grupos de irmãos? De que forma o processo ocorre?

1.4 Apoio à reestruturação familiar:

1.4.1 Realiza visitas domiciliares? De que forma o processo ocorre?

1.4.2 Oferece acompanhamento social à família? Que tipo de acompanhamento? De que forma o processo ocorre?

1.4.3 Organiza reuniões ou grupos de discussão e de apoio com a participação da família? De que forma o processo ocorre?

1.4.4 Encaminha a família para inserção em programas de auxílio/ proteção à família? De que forma o processo ocorre?

1.5 Incentivo à convivência com outras famílias:

1.5.1 Incentiva a integração da criança e ou do adolescente em família substituta? De que forma o processo ocorre?

1.5.2 Mantém grupos de apadrinhamento das crianças e ou dos adolescentes acolhidos? De que forma o processo ocorre?

1.6 Semelhança Residencial:

1.6.1 A instituição de acolhimento possui espaços individuais para guarda de objetos pessoais? Onde estes ficam guardados?

1.6.2 Qual a quantidade de dormitórios que a instituição possui.

1.6.3 Tem aspectos externos com características residenciais. Quais são esses aspectos?

1.6.4 Possui áreas exclusivas para serviços especializados? Em caso afirmativo, quais são esses serviços?

1.6.5 Acomoda quantas crianças e ou adolescentes por quarto? Há divisão de quartos por idade e ou sexo? Como funciona esse sistema?

1.6.6 Quantos educadores por crianças e adolescentes a instituição possui?

1.7 Comunidade Local:

1.7.1 Utiliza serviços existentes na comunidade? Quais são eles?

1.7.2 Possui trabalho voluntário na equipe técnica? De quais áreas profissionais?

1.7.3 Possui voluntário na equipe de serviços complementares? De quais áreas profissionais?

Anexo 2 – O Desligamento Institucional

Roteiro de Entrevista 2 (realizada com o dirigente da instituição de acolhimento) elaborada pela pesquisadora desta pesquisa.

Desligamento Institucional: preparação gradativa, acompanhamento, causas e conseqüências no desenvolvimento psicossocial das crianças e adolescentes, segundo a visão do dirigente do abrigo.

2.1 Causas que acarretam o desligamento institucional

2.1.1 Quais são os motivos que acarretam o desligamento institucional?

2.1.2 Como ocorre esse processo?

2.1.3 Quem notifica a criança e ou adolescente sobre o desligamento institucional?

2.1.4 Até que idade a instituição acolhe?

2.2 Acompanhamento

2.2.1 Quem acompanha o processo de desligamento institucional no ato do desligamento (familiares, órgãos públicos, etc)?

2.2.2 Para onde são encaminhadas as crianças e ou adolescentes que são desligados da instituição?

2.2.3 Existe algum auxílio estatal que ampare financeiro e emocionalmente as crianças e os adolescentes que são desligados da instituição?

2.2.4 Algum funcionário do abrigo, ou o próprio dirigente mantém vínculo com a criança e ou adolescente desligado da instituição? Por quanto tempo?

2.2.5 Após o desligamento institucional, as crianças e ou adolescentes desligadas da instituição são acompanhadas por algum órgão público? Por quanto tempo?

2.3 Conseqüências

2.3.1 Em sua opinião, o desligamento institucional acarreta algum tipo de conseqüência (positivas ou negativas, ou ambas) para o desenvolvimento psicossocial da criança e/ou adolescente envolvido em tal situação? Quais são os comportamentos característicos observados de acordo com a sua visão?

2.3.2 O que poderia ser feito para amenizar as conseqüências do desligamento institucional no que se refere ao desenvolvimento psicossocial da criança e ou adolescente imerso em tal situação?

2.4 Preparação gradativa

2.4.1 Há uma preparação gradativa para o desligamento institucional?

2.4.2 Quanto tempo antes?

2.4.3 Como é realizado esse processo de preparação gradativa?

2.4.4 Quais aspectos são trabalhados durante esse processo?

2.4.5 Quais são os profissionais envolvidos nesse preparo?

2.4.6 Que facilidades são percebidas?

2.4.7 Que dificuldades são percebidas?

2.4.8 Sugestões para a melhoria

Anexo 3 – As Conseqüências do Desligamento Institucional

Roteiro de Entrevista 3 (realizada com o participante da pesquisa) elaborado pela pesquisadora desta pesquisa

Desligamento Institucional: preparação gradativa, acompanhamento, causas e conseqüências no desenvolvimento psicossocial das crianças e adolescentes, segundo a visão do adolescente.

Identificação: Indivíduo do prontuário de número: _____

3.1 Caracterização do participante

3.1.1 Como você se descreve?

3.1.2 Quantos anos você tem?

3.1.3 Você está estudando? Em que série está? Ou até que série estudou?

3.1.4 Quanto tempo viveu na instituição de acolhimento?

3.1.5 Quanto tempo faz que você está desligado da instituição?

3.1.6 Mora com quem atualmente?

3.1.7 Trabalha? Em caso afirmativo, em qual ramo (ou local) e função?

3.2 Causas que acarretam o desligamento institucional

3.2.1 Você sabe dizer qual o motivo que acarretou o seu desligamento da instituição?

3.2.2 Você sabe dizer, de modo geral, quais são os motivos que acarretam o desligamento institucional de uma criança ou adolescente?

3.3 Preparação gradativa para o desligamento institucional

3.3.1 Como você soube que seria desligado da instituição?

3.3.2 Quanto tempo antes do seu desligamento você foi comunicado que seria desligado da instituição?

3.3.3 Como você se sentiu no momento em que recebeu a notícia?

3.3.4 Você se sentia preparado para viver esse momento da sua vida? Por quê?

3.3.5 Quanto tempo antes você teve ou acha que deveria ter tido para se preparar para esse momento?

3.3.6 Algum profissional da instituição contribuiu para lhe preparar para o seu desligamento da instituição? Em caso afirmativo, qual (is)?

3.3.7 Você sabia para onde seria encaminhado?

3.3.8 Para onde você foi, de fato, logo que se desligou da instituição?

3.3.9 Você considera que as pessoas que te receberam após o desligamento também estavam preparadas para esse momento?

3.3.1.1 Você mantinha contato com essa pessoa? Ou com essas pessoas? Como era esse contato?

3.4 Acompanhamento

3.4.1 Algum representante dos órgãos públicos lhe acompanhou durante o seu processo de desligamento institucional? Quem?

3.4.2 Alguma pessoa que você estabeleceu ou já tinha estabelecido vínculo afetivo te acompanhou durante o seu processo de desligamento institucional? Quem?

3.4.3 Você mantém contato ou manteve contato com as crianças ou adolescentes que viveram com você durante o período em que esteve acolhido? Por quanto tempo?

3.4.4 Você mantém contato ou manteve contato com os funcionários da instituição ou com o dirigente? Por quanto tempo?

3.5 Conseqüências

3.5.1 Como você imaginou que seria sua vida após o desligamento institucional?

3.5.2 Aconteceu ou está acontecendo da forma que você imaginava?

3.5.3 Como foi ou está sendo o seu período de adaptação fora da instituição?

3.5.4 Quais as maiores dificuldades que você teve que enfrentar ou está enfrentando após o período em que você foi desligado da instituição?

3.5.5 O fato de você já ter sido acolhido institucionalmente influenciou ou influencia a sua vida em quais aspectos?

3.5.6 Como você se mantém financeiramente?

3.5.7 Quais são as pessoas que te ajudaram ou têm te ajudado desde que você saiu da instituição que o abrigou?

3.6 Durante o período de acolhimento institucional

3.6.1 Quais as lembranças que você tem do período em que você esteve acolhido instituição?

3.6.2 Como era o seu relacionamento com amigos da escola, professores, funcionários da instituição, pessoas da comunidade em geral, durante o tempo em que esteve abrigado?

3.6.3 Quais eram as suas maiores dificuldades durante o período em que esteve acolhido institucionalmente? E as maiores facilidades?

3.6.4 Descreva o abrigo com poucas palavras.

6.5 Existe alguma coisa que você gostaria de ter feito durante o período em que esteve acolhido? O que seria?

6.6 Se você pudesse voltar no tempo, o que faria diferente?

6.7 Como você descreve sua vida antes e depois do acolhimento?

6.8 Se você fosse dirigente de uma instituição de acolhimento, o que você faria igual à instituição em que você morou? E o que você faria diferente?

Anexo 4

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

Eu, Daniella Simões Benetti, aluna de pós-graduação do programa de Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos, orientada pela Prof^a. Dr^a. Rachel de Faria Brino, convido você para participar da pesquisa de mestrado, intitulada “Adolescentes em situação de acolhimento institucional prolongado: análise do processo de desligamento”.

Alguns trabalhos científicos apontam que apesar de o ECA prever no art. 92 que deve haver uma preparação gradativa para o desligamento, este procedimento é tão ou mais complexo que o ingresso da criança e do adolescente na instituição, pouco empregado e são raros os estudos acerca dessa questão. É um momento que preocupa aos funcionários das instituições, pois eles não sabem como agir frente ao desligamento, e em muitos casos os adolescentes deixam a instituição com o nível de escolaridade incompleto o que o impede de arrumar um emprego, bem como, em muitos casos os adolescentes não têm para onde ir e acabam por deixar para trás uma vida, a sua história e sugere-se ainda, que este seja acompanhado por um período de tempo após desligamento institucional, mas, não há órgão competente que desempenhe essa função.

Esta pesquisa tem como objetivos: a) Descrever o processo de desligamento institucional de acordo com a opinião de adolescentes que viveram em situação de acolhimento Institucional por um período prolongado; b) Descrever o funcionamento de uma instituição de acolhimento. Você foi selecionado e sua participação é voluntária. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder a um roteiro de entrevista com questões acerca dos objetivos da pesquisa. As entrevistas serão conduzidas em local reservado.

Podem ocorrer alguns desconfortos, pois você poderá se sentir incomodado ao falar a respeito do assunto, bem como despendará tempo ao participar da pesquisa. Porém, os procedimentos foram planejados de forma a minimizar os desconfortos e riscos que você poderá vir a ter. Foram tomados cuidados para que os instrumentos escolhidos e as questões elaboradas o deixassem responder livremente, sem pressioná-lo ou direcioná-lo. Participando desta pesquisa, você poderá contribuir para a produção de conhecimento que venha colaborar com a literatura na área, e assim, apontar caminhos e soluções para que outros adolescentes que vivem em situação de acolhimento institucional passem pelo processo de desligamento institucional com mais preparo, segurança, confiabilidade, com um “norte” diferente para a vida, com apoio, dignidade e oportunidade. Neste sentido ainda, apontar caminhos para que outros profissionais que desenvolvem trabalho em instituição de acolhimento possam se sentir mais seguros com relação à sua prática educativa e que de fato possam colaborar para que o processo seja o melhor possível, em todos os aspectos. E que, outras instituições se conscientizem da importância do seu papel não só no processo de desligamento institucional, como também no ingresso, durante o processo de acolhimento e após o desligamento.

Os instrumentos serão respondidos individualmente na presença do pesquisador, com a finalidade de oferecer esclarecimentos quando necessário, além de garantir que todo o processo aconteça da melhor forma possível. Quaisquer dúvidas quanto aos procedimentos de pesquisa podem ser dirigidas a mim ou à minha orientadora a qualquer momento, antes ou durante a pesquisa, e serão esclarecidas. Você tem a liberdade de aceitar participar ou não, podendo interromper a sua participação a qualquer momento, sob qualquer condição, sem nenhuma penalização ou prejuízo em sua relação com a pesquisadora, a UFSCar ou qualquer outra instituição envolvida.

Está assegurado seu anonimato, e as informações obtidas por meio da pesquisa serão confidenciais. O estudo tem fins acadêmicos e científicos, e as divulgações decorrentes deste não poderão identificá-lo, identificar sua família de qualquer maneira ou seu local de trabalho; sendo assim, será usado um código para a sua identificação. Sua participação é isenta de despesas.

Você receberá uma cópia desse termo com o nome, o telefone e o email da pesquisadora.

Daniella Simões Benetti

Fone: (XX) XXXX XXXX email: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. A pesquisadora me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar, que funciona na Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: cephumanos@power.ufscar.br

_____, ____ de _____ de 2011

Nome e Assinatura do Participante

Anexo 5

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

Eu, Daniella Simões Benetti, aluna de pós-graduação do programa de Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos, orientada pela Prof^ª. Dr^ª. Rachel de Faria Brino, convido você para participar da pesquisa de mestrado, intitulada “Adolescentes em situação de acolhimento institucional prolongado: análise do processo de desligamento”.

Alguns trabalhos científicos apontam que apesar de o ECA prever no art. 92 que deve haver uma preparação gradativa para o desligamento, este procedimento é tão ou mais complexo que o ingresso da criança e do adolescente na instituição, pouco empregado e são raros os estudos acerca dessa questão. É um momento que preocupa aos funcionários das instituições, pois eles não sabem como agir frente ao desligamento, e em muitos casos os adolescentes deixam a instituição com o nível de escolaridade incompleto o que o impede de arrumar um emprego, bem como, em muitos casos os adolescentes não têm para onde ir e acabam por deixar para trás uma vida, a sua história e sugere-se ainda, que este seja acompanhado por um período de tempo após desligamento institucional, mas, não há órgão competente que desempenhe essa função.

Esta pesquisa tem como objetivos: a) Descrever o processo de desligamento institucional de acordo com a opinião de adolescentes que viveram em situação de acolhimento Institucional por um período prolongado; b) Descrever o funcionamento de uma instituição de acolhimento. Você foi selecionado e sua participação é voluntária. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder a um roteiro de entrevista com questões acerca dos objetivos da pesquisa. As entrevistas serão conduzidas em local reservado.

Podem ocorrer alguns desconfortos, pois você poderá se sentir incomodado ao falar a respeito do assunto, bem como despendará tempo ao participar da pesquisa. Porém, os procedimentos foram planejados de forma a minimizar os desconfortos e riscos que você poderá vir a ter. Foram tomados cuidados para que os instrumentos escolhidos e as questões elaboradas o deixassem responder livremente, sem pressioná-lo ou direcioná-lo. Participando desta pesquisa, você poderá contribuir para a produção de conhecimento que venha colaborar com a literatura na área, e assim, apontar caminhos e soluções para que outros adolescentes que vivem em situação de acolhimento institucional passem pelo processo de desligamento institucional com mais preparo, segurança, confiabilidade, com um “norte” diferente para a vida, com apoio, dignidade e oportunidade. Neste sentido ainda, apontar caminhos para que os profissionais que desenvolvem trabalho em instituição de acolhimento possam se sentir mais seguros com relação à sua prática educativa e que de fato possam colaborar para que o processo seja o melhor possível, em todos os aspectos. E que, as instituições se conscientizem da importância do seu papel não só no processo de desligamento institucional, como também no ingresso, durante o processo de acolhimento e após o desligamento.

Os instrumentos serão respondidos individualmente na presença do pesquisador, com a finalidade de oferecer esclarecimentos quando necessário, além de garantir que todo o processo aconteça da melhor forma possível. Quaisquer dúvidas quanto aos procedimentos de pesquisa podem ser dirigidas a mim ou à minha orientadora a qualquer momento, antes ou durante a pesquisa, e serão esclarecidas. Você tem a liberdade de aceitar participar ou não, podendo interromper a sua participação a qualquer momento, sob qualquer condição, sem nenhuma penalização ou prejuízo em sua relação com a pesquisadora, a UFSCar ou qualquer outra instituição envolvida.

Está assegurado seu anonimato, e as informações obtidas por meio da pesquisa serão confidenciais. O estudo tem fins acadêmicos e científicos, e as divulgações decorrentes deste não poderão identificá-lo, identificar sua família de qualquer maneira ou seu local de trabalho; sendo assim, será usado um código para a sua identificação. Sua participação é isenta de despesas.

Você receberá uma cópia desse termo com o nome, o telefone e o email da pesquisadora.

Daniella Simões Benetti

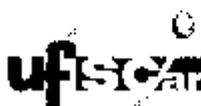
Fone: (XX) XXXX XXXX email: XXXXXXXXXXXXXXXXX

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. A pesquisadora me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar, que funciona na Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: cephumanos@power.ufscar.br

_____, ____ de _____ de 2011

Nome e Assinatura do Participante

Anexo 6 – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisas em Seres Humanos



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA EM SERES HUMANOS
Via Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676
CEP: 13.565-905 - São Carlos - SP - Brasil
Fones: (016) 3351-0028 Fax: (016) 3351-0025 Tulex: 182369 - SCUF - BR
caphumanos@power.ufscar.br <http://www.proppq.ufscar.br>

Parecer Nº. 019/2012

CAAR: 0213.0.135.000-11

Título do projeto: Adolescentes em situação de acolhimento institucional prolongado: análise do processo de desligamento

Pesquisadores (as): DANIELLA SIMOES BENETTI

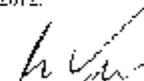
Conclusão

As pendências apontadas no Parecer nº. 476/2011 foram satisfatoriamente resolvidas. **Projeto aprovado.** Atende as exigências contidas na Resolução 195/96, do Conselho Nacional de Saúde.

Normas a serem seguidas

- O sujeito da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cotidiano (Res. CNS 196/96, Item IV.1.f) e deve receber uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, se íntegra, por ele assinado (Item IV.3.d).
- O sujeito de pesquisa ou seu representante, quando for o caso, deverá rubricar todas as folhas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE– e apoiar sua assinatura na última página do referido Termo.
- O pesquisador responsável deverá, da mesma forma, rubricar todas as folhas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE– e apoiar sua assinatura na última página do referido Termo.
- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade pelo CEP que o aprovou (Res. CNS Item III.3.2), aguardando seu parecer, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa (Item V.3) que requerem ação imediata.
- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que afetam o curso normal do estudo (Res. CNS Item V.4). É papel do pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e enviar notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – junto com seu posicionamento.
- Eventuais modificações ou alterações no protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Em caso de projetos de Grupo I ou II apresentadas anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também à mesma, junto com o parecer opinatório do CEP, para serem juntadas ao processo inicial (Res. 25/199, Item III.3.g).
- Relatórios parciais e finais devem ser apresentados ao CEP, inicialmente dentro de 1 (um) ano a partir do estudo e ao término do estudo.

São Carlos, 27 de Janeiro de 2012.


Prof. Dr. Daniel Vendruscolo
Coordenador do CEP/UFSCar